

relação que se estabelece da militância e a diferença de atuação em cada um destes atores? Espaços diferentes, formas de agir diferente?

- *Qual é, na opinião das lideranças, a diferença entre movimentos sociais, partidos políticos e governo? E quando são de um mesmo campo político? Qual o tipo de relação política que estabelecem entre si? Quais as virtudes na interação e quais os problemas?*
- *A criação de inúmeros espaços, institucionalizados, de participação popular pelo Estado é considerado uma vitória pelo movimento? Isto cria novos desafios? Quais os problemas e quais as virtudes deste novo momento para a atuação pública da UMM?*
- *Quais os elementos positivos de ser militante de um movimento social?*
- *Quais os novos desafios para os movimentos sociais hoje?*

4. Políticas sociais;
 5. Política de subsídio
 6. Urbanização de favela;
 7. Políticas habitacionais “regionais” (centro);
 8. Plano Diretor e Planos Regionais;
 9. Articulação entre as políticas dos diversos níveis de governo, municipal, estadual e federal;
- Como foi a política participativa da gestão de modo geral? E na Secretaria de Habitação?
 1. Como era a interlocução entre movimento e governo no dia-a-dia?
 2. Como avaliam o Orçamento Participativo da gestão Marta? Qual foi a participação da UMM no OP?
 3. Como avaliam o Conselho Municipal de Habitação?
 4. Como avaliam a Conferência Municipal de Habitação?
 5. Como avaliam o processo participativo do Plano Diretor?
 - Levando em conta que o **mutirão** e a **urbanização de favela** foram marcas do governo Erundina, quais foram as principais contribuições/marcas que a gestão Marta Suplicy deu para uma política habitacional?
 - Quais as principais vitórias e as principais derrotas da UMM neste governo? Porquê?
 - Olhando para trás, o que havia de importante no programa da então candidata Marta que não foi realizado?
 - Qual foi a postura do movimento durante o governo Marta? *Avaliar a estratégia adotada pelo movimento à luz da história. O que a União podia ter feito para ampliar suas conquistas*
 - Como foi sua participação na elaboração do programa e na campanha da então candidata Marta? Coordenou equipe? Foi chamada para compor o governo? Sua participação era valorizada **antes** e **depois** da campanha?

3. *Relação movimento / partido*

- Quais os elementos positivos e negativos da interação movimentos social e partido político? Porquê?
- Qual é, a seu ver, a diferença básica entre PT e UMM?
- Como o movimento avalia a participação de suas lideranças em governos, partidos políticos e demais espaços da política institucional? *Como vêem a*

VIII. Anexos

Questionário lideranças UMM

1. Questões Iniciais

- Quais as influências da militância em sua vida privada? A militância incentivou sua vida escolar
- Onde você trabalhava durante a gestão Erundina? E no governo Maluf / Pitta? E durante a gestão Marta Suplicy?
- Qual é a sua profissão? Está empregado? Onde trabalha?
- Você participa em qual dos movimentos de moradia? Qual é a região que atua? Quando entrou no movimento?
- Em linhas gerais como é a atuação política e quais são os objetivos da UMM?
 1. Como funciona a organização interna da UMM? Grupos de base, plenárias, assembleias, reuniões de coordenação...
 2. Quantos filiados a União têm?
 3. Balanço histórico do número de filiados: qual foi o momento em que o movimento mais cresceu?
 4. Qual o orçamento anua da União?
- Traçar um breve histórico da União
- Nesta breve avaliação da trajetória política do movimento, qual tem sido o norte político da União, o *Socialismo*? Onde se baseia a força política da UMM?

2. Governos Marta e a UMM

- Avaliação pormenorizada da gestão petista de Marta Suplicy. Como avaliam os seguintes itens:
 1. Mutirões;
 2. Regularização fundiária;
 3. Pós-ocupação dos conjuntos concluídos, o que foi feito;

SANTO, Boaventura de S. *“Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa”*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro 2002.

SEHAB e COHAB. *“Balanço qualitativo de gestão: 2001 - 2004”*. Secretaria Municipal de Habitação e Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, São Paulo, 2004.

SECRETARIA DE GOVERNO; *“Balanço de gestão”*. Secretaria de Governo da Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 2004.

SECRETARIA DE GOVERNO; *“Sumário de dados: 2004”*. Secretaria de Governo, da Prefeitura Municipal de São Paulo, São Paulo, 2004.

SENPLA. *“Construção de moradias na periferia de São Paulo: aspectos sociais, econômicos e institucionais”*. Estudos e Pesquisas n30, São Paulo, 1979.

SILVA, Ana Amélia da (org.). *“Moradia e Cidadania: um debate em movimento”*. Publicações Pólis, n20, Instituto Pólis, São Paulo, 1994.

SINGER, P. e BRANT, V. C. *“São Paulo: o povo em movimento”*. Vozes, Petrópolis, 1980.

TELLES, Vera da Silva. *“Anos 70: experiências e práticas cotidianas”*. IN KRISCHKE, P., e MAINWARING, S. (orgs.) *“A igreja nas bases em tempos de transição”*. LPM/CEDEC, Porto Alegre, 1986.

TELLES, Vera da Silva. *“Movimentos sociais: reflexões sobre a experiência dos anos 70”*. In WARREN, I. S., e KRISCHKE, P. (org). *“Uma revolução no cotidiano: os novos movimentos sociais na América do Sul”*. Brasiliense, São Paulo, 1987.

TELLES, Vera da Silva e SADER, Eder. *“Entre a fábrica e o sindicato, os dilemas da oposição sindical metalúrgica em São Paulo”*. In Desvios, n1, São Paulo, 1982.

TEIXEIRA, Ana Cláudia C. e TATAGIBA, Luciana. *“Participação no contexto da descentralização”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2005.

THOMPSON, E. P. *“A formação da classe operária inglesa”*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987.

VILLAS-BOAS, Renata. *“São Paulo: conflitos e negociações na disputa pela cidade”*. Publicações Pólis, n23, Instituto Pólis, São Paulo, 1996.

PARTIDO dos TRABALHADORES, *“Resoluções de Encontros e Congressos”*. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1998.

PARTIDO dos TRABALHADORES, *“Resoluções de Encontros e Congressos: 1979-2002”*. Editora Fundação Perseu Abramo e Fundação Rosa Luxemburgo, São Paulo, 2005.

KOWARICK, Lúcio. *“Escritos urbanos”*. Editora 34, São Paulo 2000.

KOWARICK, Lúcio. *“A espoliação urbana”*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1979.

KOWARICK, Lúcio. *“Lutas urbanas e movimentos populares: alguns pontos para reflexão”*. Espaços e Debates. Vol. N3, São Paulo, 1983.

KOWARICK, Lúcio. *“Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público”*. São Paulo em perspectiva. Cortez, vol.5, n2, São Paulo 1991a.

KOWARICK, Lúcio (org.) *“As lutas e a cidade”*. Paz e Terra/CEDEC/UNRISD, São Paulo, 1994.

RANCIÈRE, Jaques. *“O desentendimento”*. Editora 34, São Paulo 1996.

COHAB. *“Balanço: 2001 - 2004”*. Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo, São Paulo, 2004.

RONCONI, Reginaldo. *“Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (o programa Funaps comunitário)”*. Dissertação de mestrado em Arquitetura da EESC – USP, São Carlos, 1995.

ROSSETO, Rossela. *“Fundo Municipal de Habitação”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2003.

RISEK, Cibele S., BERGAMINI, Maria A. e BARROS, Joana. *“A política de produção habitacional por mutirões autogestionário: construindo algumas questões”*. No prelo.

SADER, Eder. *“Quando novos personagens entram em cena”*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo. Paz e Terra, São Paulo 1980.

SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. *“Sobre ‘classes populares’ no pensamento sociológico brasileiro (notas de leitura sobre acontecimentos recentes)”* In Cardoso, Ruth (org). *“A aventura antropológica”*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1986.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia e TELLES, Vera da Silva. *“Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico”*. Revista Brasileira de História, n6, 1983.

GOHN, Maria da Glória. *"História dos movimentos e lutas sociais"*. Edições Loyola, São Paulo, 1995.

GOHN, Maria da Glória. *"Teoria dos Movimentos Sociais"*. Edições Loyola, São Paulo, 1997.

Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática. *"Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática"*, in Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas IFCH/UNICAMP. Campinas, 1999.

HABERMAS, J. *"The theory of communicative action"*. Beacon Press, Boston 1984.

JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, UMMSP, São Paulo, 1990 - 1992.

LEFORT, Claude. *"Pensando o Político"*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1991.

MUÇOUÇAH, P.S. e ALMEIDA, M. *"Mutirão e autogestão em São Paulo"*. In Publicações Pólis n4. Instituto Pólis, São Paulo 1994.

OLIVEIRA, Francisco de. *"Passagem na neblina"*, in: Classes sociais em mudanças e a luta pelo socialismo. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *"Os direitos do antivalor"*. Editora Paz e Terra, Petrópolis, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. *"Elegia para uma re(li)gião"*. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. *"A economia brasileira: crítica a razão dualista"*. Estudos Cebrap, n2, outubro, São Paulo.

OLIVEIRA, Francisco de e PAOLI, Maria Célia. *"Os sentidos da democracia"*. Editora Vozes/FAPESP/NEDIC, São Paulo 1999.

PAOLI, Maria Célia. *"Os trabalhadores urbanos na fala dos outros. Tempo, espaço e classe na história operária brasileira"*. In LOPES, José S. L. (coord.) *"Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora"*. UFRJ/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1987.

PALUMBO, Adriana P.; PEREIRA, Márcia A.; BALTRUSIS, Nelson (orgs). *"Direito à Moradia: uma contribuição para o debate"*. União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional e Paulinas, São Paulo, 1992.

CARDOSO, Adauto Lucio. *“Balanço da política municipal de habitação: 2001-2003”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2004.

CARDOSO, Ruth. *“Movimentos Sociais na América Latina”*. Vol1, n3. São Paulo.

CASTEL, Robert. *“As metamorfoses da questão social”*. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.

CIMBALISTA, Renato e MOREIRA, Tomás. *“O Conselho Municipal de Habitação em São Paulo”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2002.

DAGNINO, Evelina. *“Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil”*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). *“Anos 90: Política e Sociedade no Brasil”*. Editora Brasiliense. São Paulo, 1994

DAGNINO, Evelina, ESCOBAR, Arturo e ALVAREZ, Sonia E. (orgs.). *“Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos”*. Editora UFMG. Belo Horizonte, 2000.

EVERS, Tillman et al. *“Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina”*. IN MOISÉS, J. *“a et al. Cidade, povo e poder”*. CEDEC/Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

FASE (org.). *“Direito a Moradia – Uma contribuição para o debate”*. Editora Paulinas, São Paulo, 1992.

FELTRAN, Gabriel S. *“Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo”*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 2003.

FELIPE, Joel Pereira. *“Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar de arquiteto”*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *“Déficit habitacional no Brasil”*. Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2001.

GABINETE do VEREADOR NABIL BONDUKI. *“Plano Diretor Estratégico: cartilha de formação”*. Câmara Municipal de São Paulo, São Paulo, 2003.

GOHN, Maria da Glória. *“Reivindicações populares urbanas”*. Editora Cortez, São Paulo, 1982.

GUEDES, Odilon. *“Orçamento: leitura comparada: 2004-2005”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2005.

VII Bibliografia

- ARENDDT, Hannah. *“A Condição Humana”*. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1999.
- ARENDDT, Hannah. *“Entre o Passado e o Futuro”*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2002.
- ARENDDT, Hannah. *“Crises da República”*. Editora Perspectiva, São Paulo, 2004.
- ARENDDT, Hannah. *“Homens em Tempos Sombrios”*. Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1987.
- ARENDDT, Hannah. *“Da Revolução”*. Editora Ática e Editora da Universidade de Brasília, 1990.
- ARENDDT, Hannah. *“Origens do Totalitarismo”*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.
- AMARAL, Ângela de A. C. *“Habitação na Cidade de São Paulo”*. Instituto Pólis e PUC-SP, São Paulo, 2001.
- BOCCHI, Carmen P., e CAMARGO, Ivani V. *“Os movimentos sociais por moradia durante o primeiro ano de gestão do PT na prefeitura de São Paulo”*. Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo 1990.
- BISILLIAT-GARDET, J. (org). *“Mutirão: utopia e necessidade”*. Secretaria Municipal de Cultura, São Paulo 1991.
- BONDUKI, Nabil (org). *“Habitat”*. Studio Nobel, São Paulo 1996.
- BONDUKI, Nabil. *“Habitar São Paulo”*. Estação Liberdade, São Paulo 2000.
- BONDUKI, Nabil. *“Notas e hipóteses sobre a evolução da habitação popular em São Paulo”*. Manuscrito inédito, 1980.
- BONDUKI, Nabil. *“Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular no desenvolvimento de projetos habitacionais”*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986a.
- BONDUKI, Nabil. *“Habitação e família: por que casa própria?”*. In KOWARICK, Lúcio (org.), *“Modo e condição de vida: uma análise das desigualdades sociais em São Paulo”*. CEDEC, São Paulo, 1986b.
- BONDUKI, Nabil. *“Origens da habitação social no Brasil”*. Estação Liberdade/FAPESP, São Paulo 1998.

preceitos democráticos cotidianamente, isto por refutarmos, completamente, a possibilidade de vermos germinar em nosso meio social as sementes do totalitarismo.

desde obedeça a rígidas formas legais e mecanismos transparentes, é preciso superar a situação degradante, do ponto de vista organizacional⁸⁰, em que se encontram hoje os movimentos sociais. E esta ação deve ser tomada por toda a sociedade.

Acredito que a atuação pública destes sujeitos pode contribuir ainda mais para que desenvolvamos os ditames de nossa vida democrática. Elaborar políticas públicas, acompanhar sua execução e fiscalizar a ação do estado são apenas alguns dos exemplos do caminho que a institucionalização de sua ação social pode tomar. Sob uma plataforma ambiciosa de ampliação dos canais participativos, o poder transformador destes elementos democratizantes pode confrontar-se com as formas conservadoras que ainda se fazem presentes em nosso meio social. Faz-se necessário tomar atitude radical rumo a este sentido. Precisamos romper totalmente com os resquícios autoritários presentes em nossa cultura política, e com isso continuar a desenvolver práticas políticas emancipatórias e, conseqüentemente, mover o espírito democrático em nosso país.

A construção cotidiana de nossa democracia necessita que transformemos alguns elementos, estruturais, de nossa condição social. É preciso ampliar a luta no campo legal, para que possamos aumentar a influência popular neste importante espaço de reprodução da sociedade, assim como é fundamental que criemos novas formas de interface entre estado e sociedade civil, além de ampliarmos as parcerias entre estes atores. Mais controle social, mais transparência nas ações do poder público e maior visibilidade para as ações *movimentistas*: estes são os ingredientes de uma ação política que inove rumo à ampliação da democracia. Estes pontos nada mais são que parte constitutiva da atuação dos movimentos sociais brasileiros ao longo de sua história. A efetivação destes elementos, em sua plenitude, são as bases para uma sociabilidade política efetivamente democrática. E não podemos pensar uma sociedade democrática sem a ativa participação popular.

Devemos pautar a atuação social dos atores políticos e jamais deixá-los esquecer que a democracia é um conjunto de valores e procedimentos fundamental, e do qual não iremos abrir mão. Desta forma, a relação entre movimento social, partido político e governo deve, necessariamente, seguir os

⁸⁰ Aqui nos referimos aos problemas de ordem prática enfrentada cotidianamente pelos atores

Estes novos lugares de atuação política são as maiores vitórias que a interação entre a forma partido e a forma movimento conseguiu efetivar. Mas é aí que residem, a nosso ver, os maiores desafios à atuação conjunta destes atores. Uma nova sociabilidade política está sendo criada por estes espaços institucionais de participação política, e seu sentido, assim como seu significado, ainda estão em disputa, pois esta experiência histórica, mesmo que extraordinária, é ambígua, como visto na fala das lideranças que entrevistamos. Se por um lado todas as lideranças com as quais falamos valorizam o fato dos conselhos municipais existirem e funcionarem regularmente, mérito, no caso da cidade de São Paulo, da administração Marta Suplicy, por outro discordam da maneira como esta gestão construiu sua forma de atuação neste espaço. A superação desta contradição é um grande desafio para o contínuo processo de construção da democracia no Brasil, e segundo nossa opinião, só será feito a partir da efetiva valorização da ação dos movimentos sociais no espaço público nacional. Para tanto é preciso retomar, e valorizar, a enorme contribuição dos atores populares à vida democrática de nosso país.

A luta pela abertura do estado brasileiro à participação social e à reconfiguração da forma com que o poder público se relacionava com a sociedade civil, teve como um de seus atores mais importantes às organizações populares. Mais do que isto, sua forte atuação social e expressiva inserção no cenário político contribuíram para que mudanças significativas na cultura de nossa sociedade fossem concretizadas. É a partir deste momento que a política institucional começa a ser aberta à ação popular; estes são os primeiros passos e as conseqüências imediatas das suas primeiras vitórias. Com o passar do tempo e com a consolidação de uma parte das transformações pretendidas, abrem-se novos espaços de atuação para os movimentos, espaços estes que ainda estão sendo ocupados lentamente e com intensidade variada. Mas é fato que atores populares como a UMM não tem condições materiais, como vimos, de estarem presentes em todos os lugares onde são requisitados.

Mas como estamos falando da trajetória de nosso país e das conquistas sociais de grande relevância para toda a sociedade, é premente que discutamos, publicamente, a resolução dos problemas que hoje condicionam a participação popular nas ações estatais. Seja por financiamento público direto, ou indireto, e

Nossa abordagem, acadêmica, da interação entre movimento social e estado é crítica ao modo como ela se desenvolveu no passado recente, mas vê na história política do país formas positivas de interação, como visto no período da transição democrática. Este momento histórico expõe, a nosso ver, a potencialidade que a interface entre atores distintos pode trazer para a vida pública de nossa sociedade, pois era pautada por princípios democráticos. O caso do Partido dos Trabalhadores, criado neste período, ilustra muito bem o que estamos falando. O PT é muito diferente dos demais partidos presentes na vida pública brasileira, pois ele incorpora elementos democráticos à cultura política nacional com intensidade singular. Ao mesmo tempo, obteve expressivas vitórias eleitorais e colocou, como nenhum outro ator da política institucional, os movimentos sociais como protagonistas da história política brasileira. Este partido foi, e ainda é, o interlocutor mais importante das organizações populares na atualidade.

Ao mesmo tempo, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo têm em seu passado fonte importante de inspiração. Sua grande inovação à política nacional, a nosso ver, foi ter politizado as demandas sociais, as carências cotidianas e tê-las transformado em instrumento para a ação política. A União, assim como muitos outros movimentos populares, obteve sucesso ao reconfigurar o anseio pela casa própria em luta por direitos sociais e pela cidadania. O atendimento da necessidade acontecia, tão somente, pela via do embate político, era fruto da ação política coletiva, portanto.

Encontramos no passado da UMM e do PT, cada um a seu modo, o que Arendt designou de **“ato fundador”**, ou seja, no momento em que incorporam componentes realmente novos à cultura política de sua sociedade à medida que surgem e se desenvolvem, tornam este momento memorável. Isto quer dizer que estes atores, mesmo sob as condições mais degradantes, podem-se voltar ao próprio passado e resgatar em sua trajetória um modo de agir virtuoso. Mas não só o passado específico de cada um destes sujeitos é digno de ser lembrado. O próprio itinerário conjunto é, também, fonte de virtuosidade. Foi a partir de trabalhos em forma de parcerias, que partido e movimento criaram políticas públicas criativas, legislações inovadoras e consolidaram espaços participativos institucionalizados no bojo de um estado nacional de cultura autoritária.

significativamente as características intrínsecas ao seu modo de atuar socialmente. Concordo com este ponto de vista. A existência de governabilidades que não preservem a distinção entre as diferentes formas de se organizar e atuar politicamente na sociedade são nocivas à democracia.

Por essa razão um dos maiores desafios que encontramos na análise da vida pública brasileira na atualidade é o acompanhamento de todo o intenso processo de institucionalização por que tem passado os movimentos sociais. Vemos que a continuidade dessa movimentação integradora leva, inevitavelmente, a aproximação dos corpos políticos, por meio da adoção de estratégias políticas similares e da elaboração de táticas comuns em sua inserção social conjunta. O problema que enfatizamos em nosso trabalho não está aí. O relacionamento cada vez mais intenso entre estes atores parece ser o caminho natural a ser trilhado no atual contexto de nosso sistema democrático. Nosso questionamento é com relação à forma como isto acontece. Ou seja, é necessário que esta interação preserve as características intrínsecas a cada sujeito em ação, onde tanto o itinerário quanto o modo de agir de cada um dos envolvidos seja valorizado de fato, e em sua plenitude.

O antagonismo entre as formas constitutivas dos sujeitos políticos, característica imanente à intensidade do relacionamento analisado, deve ser resolvido sob parâmetros democráticos e não autoritários, como visto no governo Marta Suplicy. Uma das constatações de nosso trabalho é que o modo de governar das administrações influencia, e muito, o cotidiano das organizações populares. Esta influência pode ser positiva, se a gestão optar pelo emprego de procedimentos democráticos no diálogo com os movimentos sociais: definir, previamente, qual será o local onde as demandas populares serão apresentadas ao poder público; como será feito este atendimento; como se dará a negociação em torno das possibilidades e capacidades tanto do estado quanto do movimento; como se dará a resolução dos conflitos, imanescentes a esta interação, e o mais importantes de todos, ser transparente quando a real efetividade dos mecanismos de participação criados e desenvolvidos pela gestão. Estes elementos politizam o ato de dialogar e colocam a interlocução entre atores distintos em patamares éticos necessários. Fundamentais.

populares, não há claro interesse em se entender, de forma apropriada, todo este novo panorama. Ainda mais grave, o tema referente aos novos rumos de sua atuação social deixou de ser debatido publicamente. Vemos que a institucionalização das organizações populares já não é discutida pelos próprios movimentos, pelos partidos políticos e nem pelos governos: este é, a nosso ver, um dos grandes riscos para a democracia em nosso país.

Tentamos evidenciar, em nossa dissertação, ao analisar a relação entre UMMSP e administração Marta Suplicy, que existem mudanças nos papéis desempenhados por organizações populares junto às administrações governamentais do campo da esquerda de nosso país. Tais mudanças têm-se mostrado problemáticas, em virtude do uso, por parte da referida gestão, de mecanismos e instrumentos que visavam antes de qualquer coisa o controle político das entidades civis: uma típica ação autoritária, portanto.

Em um contexto histórico, como explicitado em nossa análise, onde um partido político tem sua força política anulada, os movimentos sociais encontram-se gravemente fragilizados e o governo é controlado por um restrito grupo de indivíduos, a institucionalização dos atores populares é uma ameaça ao regime político democrático e à vida na democracia, pois o que se têm é uma governabilidade que incorpora elementos pertencentes aos regimes totalitários europeus, conforme descrito por Hannah Arendt⁷⁹. Isto porque nossa análise do período descrito destaca a dificuldade de se distinguir os sujeitos sociais entre si, dado o adiantado estágio em que se encontrava o processo de fusão de suas estruturas, processo este, vale frisar, construído deliberadamente. Não sabíamos ao certo onde terminava o governo da Prefeitura, onde começava o partido político e muito menos onde se situava o movimento popular.

Para Arendt, é fundamental na vida política democrática de uma nação que se consiga, de forma satisfatória, delimitar os corpos dos atores sociais em ação no cenário político local. Isto quer dizer que é inadmissível, para os padrões e valores democráticos arendtianos, que a interação entre sociedade civil e estado aconteça de tal modo que não seja possível diferenciá-los, pois isto anulado

⁷⁹ Isto não quer dizer que estávamos diante de um governo nazista, ou stalinista. Queremos dizer, com esta afirmação, que alguns pontos da governabilidade construída na segunda administração petista da PMSP, possuía semelhanças aos elementos destacados pela filósofa alemã em questão, em suas análises sobre os regimes totalitários.

depende economicamente direta ou indiretamente do PT, a sua capacidade em ditar as próprias regras e de seguir seus próprios caminhos ainda é consideravelmente forte. Por isso voltamos a dizer: não acreditamos na aplicação “clássica” do termo. Para além do que já foi dito nas etapas anteriores de nosso trabalho, vemos que novidades do ponto de vista político, como o distanciamento entre o projeto político de organizações populares, como a União, em relação aos partidos políticos com características semelhantes ao PT, devem ser abordados de forma apropriada. É preciso entender o que nos foi dito por alguns líderes do movimento, sobre a existência, cada vez maior, de indivíduos dentro da estrutura partidária petista que menosprezam sua atuação política. O fenômeno da delegação de papéis sociais cada vez menos importantes às organizações populares, por integrantes das estruturas da política institucional que visam tão somente à ascensão ao poder do estado, é característico de nosso tempo. Esta questão, fundamental no meu entendimento, deve ser interpretada com novas abordagens, a partir de novos conceitos.

Torna-se premente, para a análise social, entender a posição real que os movimentos sociais ocupam nos grandes projetos políticos para a sociedade brasileira: qual é o lugar de sua participação e como sua contribuição política se articula com o resultado final pretendido pelo campo social em que está inserido. Com isso queremos dizer que o conceito de *autonomia*, usado para se entender a realidade dos movimentos sociais, perdeu centralidade nos dias de hoje, e que novas formas de entendê-los fazem-se necessárias. Estes são exemplos, ilustrativos, da necessidade de renovação do pensamento social que trata do tema, e só passando por mudanças, é que o estudo das organizações populares voltará a ocupar lugar de destaque na produção acadêmica brasileira.

Vivemos atualmente em um cenário sócio-econômico muito diferente ao encontrado no período de transição democrática, entre os fins da década de 80 e começo dos 90. Como descrito por Risek, Bergamini e Barros no texto abordado previamente, hoje temos desemprego massivo, e o desmonte da capacidade de intervenção do estado em conjunto com a nova inserção social da sociedade civil reconfiguraram o cenário político nacional. E todas estas mudanças não têm sido abordadas reflexivamente, de maneira prioritária, por nenhum dos atores em cena na política brasileira. Deve-se dizer que, principalmente no caso dos atores

dissertação possa contribuir para uma mudança, radical, deste panorama, e aumente significativamente os vínculos com as formas populares de ação social.

Quando retomamos elementos da teoria social voltadas ao estudo dos movimentos sociais, e formuladas no passado recente, vemos que conceitos outrora relevantes, com *autonomia* e *identidade*, centrais para esta literatura, já não respondem plenamente às atuais indagações sobre quem são, como atuam e o que pretendem, atores políticos como a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

No caso da noção da *identidade*, vemos que tanto as entidades populares quanto suas lideranças têm clareza das singularidades que os definem como militantes de organizações populares, isto porque traços como a luta por demandas específicas, a horizontalidade estrutural das associações e a proximidade com a base social popular continuam sendo características muito fortes, a ponto de não deixarem dúvidas aos líderes entrevistados sobre quem são e quais os limites de sua atuação. Os elementos que os definem enquanto membros de movimentos continuam sendo semelhantes aos de vinte anos atrás. Problemas atuais, como a relação entre partido e organização civil, parecem estar imbricados nos rumos do regime político democrático, mais precisamente em seus sentidos na atualidade: a institucionalização dos atores populares, que decorre deste processo, tem imprimido uma aproximação cada vez mais intensa entre as agendas *movimentista* e partidária, e o resultado dela não tem sido a interpenetração, mútua, de uma na outra e, portanto, algo novo. O que observamos é a sobreposição de uma na outra. No caso, é a lógica intrínseca aos partidos que está penetrando nos movimentos, impondo a estes seu modo peculiar de funcionamento, marcadamente voltada para as disputas pelo aparelho estatal e por meio do processo eleitoral. Como descrito no capítulo anterior, este processo de “contaminação” encontra-se em estágio avançado, mas acreditamos que, mais interessante que analisar este processo sob a ótica da identidade, a noção *arendtiana* de distinção faz mais sentido na atualidade, como veremos à frente.

O aspecto da *autonomia*, tal como confeccionado na literatura sociológica, parece estar um pouco fora de foco quando aplicado às vicissitudes presentes. Ainda apresenta validade, mas não aborda com a mesma eficiência as questões contemporâneas. Mesmo em casos como o da UMMSP, onde o movimento

VI. Conclusão

Para além das conclusões já feitas no decorrer do texto, retomaremos nosso itinerário no estudo dos movimentos sociais de modo a propor novos questionamentos sobre o tema. Nosso interesse em fazer esta dissertação de mestrado foi despertado, antes de qualquer coisa, pela militância. Entrei em contato, primeiramente, com a lógica *movimentista*, quando atuei ao longo de quase sete anos no movimento estudantil uspiano. Depois, nos trabalhos nos legislativos municipal e federal, pude conhecer a diversidade de ações e reflexões criadas pelos parlamentares pertencentes a estas casas de leis. Já no Gabinete da Prefeita de São Paulo, a observação do modo de funcionamento do Poder Executivo, marcado pela grande estrutura física e impressionante força política, revelou-me as grandes contradições presentes no modo da esquerda brasileira gerir o poder público na atualidade. Sem dúvida nenhuma, minha vivência é marcada pelo enorme desconforto causado pelos conflitos entre teoria e prática, entre o passado virtuoso e o presente degenerado. Foi analisando a maneira como se relacionavam movimento social, partido político e governo que resolvemos refletir sobre os destinos da democracia brasileira hoje. É sobre o resultado político da interação entre atores sociais, portanto de sociabilidade política, que falamos nesta dissertação de mestrado.

Neste sentido, o que nos interessa responder são questões que giram em torno, necessariamente, da negociação estabelecida entre estado e organizações civis de caráter eminentemente popular, tendo em vista que o resultado da interface entre a política em sua forma institucional com a não institucional tem impacto direto na maneira como se configuram as relações sociais em nossa sociedade.

Como procuramos mostrar, a literatura acadêmica que aborda a atuação pública dos movimentos sociais urbanos encontra-se muito defasada na atualidade, isto porque o referido tema ocupa lugar marginal não só na pauta da Sociologia, mas também da Ciência Política, etc. Entendemos que este deslocamento na produção dessas áreas significa, mesmo que implicitamente, a desvalorização da atuação política destes atores, da forma como são concebidas na atualidade. Como mencionado nas primeiras páginas, não comungo desta opinião. Espero que esta

Morais...ele...sabe bem aonde ele vai resolver essa questão. Ele vai lá e liga para o Lula ou para o Fernando Henrique, ou para a Marta e fala: 'e aí como é que vai ser? E a próxima eleição. Como é que fica?' É assim que são tratadas as coisas. E no movimento social não é assim. A capacidade de lobby do movimento popular é infinitamente pequena, menor do que os setores da elite, os grandes poderes, os bancos... então organizar os canais de participação e consolida-los, eles são importantes porque é..são espaços que você de certa forma garante algum grau de interferência no campo institucional, por exemplo, quando nos perdemos o Conselho Municipal de Habitação, toda vez que nos fomos falar com o prefeito ele vai falar o seguinte: olha vocês não ganharam o Conselho Municipal de Habitação. 'Por que vocês estão aqui enchendo meu saco?' Então, quando você sobre essas derrotas mesmo que parciais é fundamental você garantir os espaços institucionais de participação. Seja num grêmio na universidade...porque tem os que defendem os interesses de lá e os que defendem os interesses de cá. E nesses espaços você constrói pactuações que te abrem campo para você poder fazer pressão e fazer também as suas mobilizações. Então eu que sempre no primeiro momento ao construir os espaços de participação você abre mão da sua capacidade de pressão. Não. Você tem que saber combinar a possibilidade de abrir mais e mais canais de participação, ou seja, quando você vai em certa medida, democratizando a relação e a interlocução com o Estado, pois o Estado em si é extremamente autoritário tem muito poder."

- *Z: Vamos só voltar só um pouquinho, lá atrás, onde eu disse que quando eu comecei na oposição do sindicato tinha o sindicato, tinha a central sindical e precisava de um partido dirigente. Então, o movimento não é diferente porque tem algo no movimento que precisa se tornar em lei. Como é que vai se tornar em lei se a gente não tem, né?*
- *G: E porque que é importante essa disputa institucional para o movimento, que é a coisa da legislação? É só a legislação?*
- *Z: Nem só a legislação porque eu, particularmente, acho de fundamental importância se nós tivéssemos na nossa base, por exemplo, na UMM, como já tivemos, o Henrique (Pacheco, PT-SP, ex-deputado estadual), ou outro companheiro. Porque a gente sabe que esses companheiros, eu lembro que tanto num como no outro gabinete na Assembléia Legislativa quanto na Câmara Municipal, a gente fazia reunião lá na estrutura dos companheiros, como se fosse a sala da União. Então é importante“.*

É interessante notar que a institucionalização dos movimentos sociais é vista, por suas lideranças, como consequência de seu longo caminho de lutas sociais. Não é vista como um problema, muito pelo contrário, é decorrência desejável das opções políticas que as organizações populares foram tomando no decorrer de suas trajetórias. Não é tido como ameaça a sua existência, e sim entendido como continuação da trilha que já vêm seguindo; um caminho difícil e arduo, mas que deve continuar a ser percorrido. Quando indagamos os entrevistados sobre quais seriam os novos desafios postados à frente de suas entidades, vemos como resposta recorrente a luta para consolidar os espaços participativos criados no bojo do poder público, fruto aliás, de vitórias históricas de entidades como a UMMSP. Cito João:

- *“G: E a última pergunta é a seguinte. Como você avalia a criação dos espaços institucionais do Estado? Isso foi uma vitória para o movimento? É...o fato do...O movimento de moradia é um dos principais responsáveis pela criação dos Conselho Municipal de Habitação, pelo Fundo Municipal de Habitação e pela Conferência Municipal de Habitação, mas a institucionalização da ação do movimento ela cria também uma série de novos problemas para o movimento. Como é que você avalia isso?*
- *J: A gente poderia ver isso...um pouco como é que os empresários funcionam? Como é que eles fazem seu Lobby? Eles pegam um jato em São Paulo, vai lá fala com Ministro de Fazenda, ou com o Ministro de Cultura...e depois eles resolvem essas questões lá. Se não resolve ele convoca o presidente da república e ele vem aqui na FIESP, não só o Lula, nem o Fernando Henrique mas o Sarney, mas todos os presidentes. O movimento popular não. Ele precisa sistematizar o seu Lobby ele precisa criar canais de participação e de interlocução com o governo. Ou os setores mais organizados, as elites mais organizadas com maior capacidade de pressão eles também participam desses canais né, mas eles priorizam esse processo e a gente também relativiza, porque eles sabem que...onde a lei não está garantindo os seus interesses ele sabe aonde ele vai buscar e aonde ele vai viabiliza-los. Se ele quer mexer com uma lei de imposto ou qualquer coisa ele...O Antonio Ermínio de*

enraizamento da cultura de democrática em nossa sociedade, tal como feito pelos mesmos sujeitos sociais em momento de nossa história recente. **É necessário, portanto, fazer uma concessão ao passado, para que o futuro não seja igual ao presente.**

Na conversa com Zito, a relação entre política institucional e não-institucional aparece como fundamental. Mas desde que as delimitações e contornos que configuram as diferenças estruturais entre partidos políticos e movimentos sociais sejam respeitadas, pois segundo Zito, elas são a garantia de um futuro promissor para quem milita nos movimentos sociais. Sem elas, na opinião desta liderança, não há condições de se continuar atuando politicamente na sociedade, como se faz hoje em dia:

- *G: Eu queria que você me dissesse quais são os elementos positivos e negativos da interação entre movimento social e partido político. Até que ponto é bom e quando começa a ficar ruim?*
- *Z: Até que ponto é bom é quando você tem um trabalho e os seus parceiros acreditam no teu trabalho, reconhecem teu trabalho e procuram de alguma forma estrutura o seu trabalho que, é o famoso sem fins lucrativos e aí ele é um parceiro e é muito positivo. O que eu acho negativo é quando tanto a liderança quanto o parlamentar, digamos assim, atrela o partido ao movimento ou ao contrário atrela o movimento se atrela ao partido. Aí eu acho, na minha avaliação, não teria mais graça ser um líder de movimento, movimento comunitário porque uma coisa ta ligado na outra e eu acho que é diferente. São coisas diferentes. As reivindicações da sua periferia, da sua base, seu movimento é uma. A questão do parlamentar é outra, totalmente diferente e que podemos trabalhar como parceiros, mas com as suas independências. Então de um lado é muito positivo você ter um parceiro, nem só ter a estrutura, mas também a presença do parlamentar lá na tua base, onde o povo confia, acredita que você tem um parlamentar que um dia você votou nele e ele ta lá, na periferia, que muitos da direita não tem coragem de olhar para a cara do povo pobre que dá seu voto.*
- *G: E qual é pra você a diferença básica entre UMM e PT?*
- *Z: A diferença básica é alguma das que eu te coloquei no primeiro momento. O básico que eu acho é que a UMM é um movimento propositivo que propõe políticas públicas. Propõe políticas, mas com a sua independência, sua autonomia enquanto UMM. Muitos do governos do PT e nossos parceiros, às vezes se usufruem até dessas propostas honestas e passa a ser lei, projeto de lei. Exemplo aí do Roberto Gouveia (PT-SP), é outro parlamentar que tem projeto de lei, que na verdade o conteúdo, o objetivo saiu foi daqui da UMM e, mas a UMM, ela é esse movimento autônomo, diferente do parlamentar.*
- *G: Então, para eu entender, assim, enquanto você respeita a autonomia, o movimento ele cria e ele pode municiar o parlamento. O parlamentar... e o partido, ele é um porta voz do movimento na política institucional. E aí quando deixa de ser bom é quando o movimento, quando o partido começa a se apoderar da estrutura do partido... do movimento social. Então o partido, que é forjado pra disputa eleitoral, ele começa a usar da capilaridade dos movimentos, da força na base, pra ganhar voto, né?*

- *“J: Se você for ver no PT a forma de burocratização e capitulação, a perda de autonomia... porque você tem um partido de esquerda e tem que ter uma certa autonomia em relação aos governos locais para poder ter a crítica...partido é partido, governo é governo, movimento é movimento, sociedade é sociedade, então...você tem campos, atribuições e papéis diferenciados. Você não pode transformar o partido em correia de transmissão daquele governo de plantão. Você tem que separar essas questões, eu acho que o PT...não soube, matou...as organizações populares, as novas iniciativas de organizações sociais...porque...como você não tem no partido geração de novos quadros de novidades, de fortalecimento dos movimentos sociais, porque esse por outro lado é um papel de um partido de esquerda. Fortalecer as instituições de esquerda, fortalecer a sociedade civil, dar grau de autonomia e de crítica aos setores intelectualizados, para formular novidades, estabelecer relações com a Universidade... acho que o PT foi perdendo isso, tanto é que ele foi perdendo essa áurea...”*
- *G: Mais você acha que essa crise também da forma com que o movimento vem se relacionando com o partido? O movimento também tem culpa nessa crise?*
- *J: Eu acho é muito mais da forma com que o partido e os parlamentares se relacionam com o movimento do que de como o movimento se relaciona com o partido. Porque eu acho que os parlamentares e o partido tem mais condição de perceber e de compreender que ele não pode cooptar os movimentos sociais, que ele tem que dar à autonomia e garantir a autonomia dos movimentos. Isso não significa que ele não possa fortalecer, com formação, capacitação, com formação de novos quadros para poder interferir nos movimentos sociais e nos comitês, e nos núcleos de organização...**As políticas de núcleos e de formação no PT...as tradicionais, para falar do passado né...não aquele núcleo para poder fortalecer o meu grupo, o grupo interno, da disputa interna, para se promover...eu to falando dos espaços de debate, divergentes que o PT tinha na sua origem e foi se perdendo há muito tempo...nesses últimos tempos até de acabar com os Diretórios Zonais, criar uma espécie de distrito...Mas você pode dizer o seguinte: o PT mudou, a sociedade se modernizou, não sei o que aconteceu, o mundo é outro, não é mais o mundo do fim da ditadura...então vocês ficam se apegando ao passado para não tentar ver o presente que é um mundo novo. Eu acho que você tem que ter um equilíbrio, eu acho que tem que haver um resgate dentro do PT das antigas e boas práticas de interlocução com o movimento organizado, do fortalecimento da formação e da capacitação, o PT tem que fazer um novo gesto para a sociedade e para os movimentos organizados, então essa é a expectativa desse novo momento do PT. Eu acho que essa crise, ela...você sabe que toda crise é boa e importante para você enxergar. Tomara que... eu to muito preocupado com os Encontros Estadual e Municipal do PT aqui. Com o que eu soube, porque eu não fui. Se for aquilo que eu vi aqui, eu acho que não mudou nada. Não é... Eu fui no ato em defesa do Zé Dirceu, por exemplo... não acho que é essa a questão. É a forma autoritária e superior que se impõe as suas posições. Se isso não mudar é...profundamente no PT...e você continuar aprofundando essa relação de cabo eleitoral, você não tem chance de alterar no curto no médio prazo um novo jeito de construir o PT.”***

O contexto político, como nota João, mudou profundamente e ele tem afetado, e muito, a relação entre partido e movimento social. Mas é preciso resgatar, no passado, o valor desta aliança. Torna-se preciso, mais uma vez, pautar este relacionamento com elementos democráticos, que contribuam com o

- *M: Agora, o PT, né? O Partido dos Trabalhadores, ele nasceu dos movimentos sociais, ou seja, sindical e popular. Ele nasceu nas Comunidades Eclesiais de Base. Ele nasceu onde que o povo está. Durante alguns anos o PT está afastando e ta tendo uma corrente dentro do PT, que inclusive é a corrente da Marta que acha que tem que ser a mídia que manda no PT. Os formadores de opinião e assim por diante. Eu sou totalmente contra os formadores de opinião. Eu sou a favor dos formadores de opinião como o Mário, como o João, como o Manuel, que faz a formação de opinião lá onde que o povo está. O povo excluído da sociedade. Agora, formadores de opinião de classe média, em favor da classe rica, eu sou totalmente contra. E o PT ta com esse dilema. Então tem grupos dentro do PT que hoje acredita nesses formadores de opinião. Então, como foi feito na campanha da Marta. Não é a profissionalização da campanha, foi a profissionalização da campanha com formadores de opinião. Então loteou para vereadores de determinadas regiões, pra contratar cinco, dez, quinze, vinte pessoas. Vereadores que... são vereadores de direita. Então isso pra mim é tentarem contratar. A mesma coisa é o seguinte, é como eu falei pra você. Vai lá e contrata o Cândido Malta, contrata o Gilberto Dimenstein. Você acha que isso ia ganhar a eleição? Pode até ganhar, mas não vai ser um governo nosso, dos trabalhadores. É isso que eu penso.*
- *G: Você acha que o partido hoje se importa com os movimentos sociais, como no passado?*
- *M: Não se importa, mas tem algumas companheiras que se importam com isso.*
- *G: Mas o Partido, de um modo geral?*
- *M: O Partido não, mas nós temos que mudar o partido. Não temos que ficar só colocando que o PT não serve. Nós temos que ter força pra mudar esse pensamento do PT. Tem gente que acha que os movimentos são correia de transmissão do partido. Eu não acho que seja.*
- *G: Então só pra retomar, você tava falando do movimento ser correia de transmissão do partido. Por quê que você não concorda com essa idéia?*
- *M: Porque o movimento tem que ser autônomo. O movimento tem que conversar com todos os prefeitos, todos os governadores, todos os partidos. Ele tem que ser autônomo, e ele tem que ter a sua luta. Porque senão o partido ganha uma prefeitura e o movimento fica inerte. E muitas vezes, como aconteceu na Prefeitura Municipal de São Paulo...*
- *G: Quando?*
- *M: Na gestão da Marta. ...você pode ter retaliação."*

A mudança ocorrida no modo como o Partido dos Trabalhadores se relaciona com os movimentos sociais pode ser vista como algo indesejado, mas real, segundo os nossos entrevistados. Uma das conseqüências desse processo é a gradativa desnaturalização da relação, antes umbilical, entre ambos os atores, justamente por ter transformado em demasiado os próprios sujeitos em interação. Tornou-se problema, passou a ser problematizada, mas deve-se dizer: não a inviabiliza. Segundo o ponto de vista das lideranças da União, a relação entre partido e movimento precisa mudar, mas continua estratégica. Citaremos mais um trecho, interessantíssimo, de nossa entrevista com João:

A frustração com o papel desempenhado pela UMM, no decorrer da gestão Marta, também é estendida a atuação do Partido dos Trabalhadores. É importante dizer que para estas lideranças o que está sendo criticado é um processo que não se inicia no referido governo, mas ganhou enorme intensidade durante o seu desenrolar. A experiência política que resulta deste governo petista de São Paulo marca o fim de um período onde a relação entre movimentos sociais e PT era vista com grande naturalidade, e enaltecida organicidade. A outrora indissociável relação, por vezes visceral, entre os atores passa, agora, a ser questionada. Não apenas por nós pesquisadores, mas pelas próprias lideranças populares. Como evidenciam as falas que se seguem. Jussara, primeiramente:

“O partido, ele só tem relação com o movimento quando ele precisa de mobilização. E voto. E acha que é muito automático tudo isso. É por isso que eu digo que o movimento é apartidário, entendeu? As lideranças sim, que tem responsabilidade política que ta num partido e tem que defender esse partido de unhas e dentes, ela acaba se sujeitando a essas determinações. Porque hoje é determinação. Não é mais diálogo. O partido determina e você vai fazer e acabou. Não (o partido não valoriza o militante de movimento social), pra eles, eles achavam melhor se não existisse, né? Durante um período. Porque tem dois estados de espírito, né? Tem um ano antes da eleição é um estado de espírito. Um ano depois que ganha a eleição é um outro estado de espírito, pior. E aí assim vai. E assim vai, quando tem interesse... o ano que tem interesse nós somos tudo. Os ‘porreta’, os que carregam mesmo a bandeira... no discurso. Agora depois que ganha... ‘vem cá, eu te conheço?’. É assim”.

Ou segundo Roberto:

“A diferença é que na época, pelo que eu enxergava que o PT e os movimentos sociais, a UMM, elas brigavam pela questão ética, pela questão da corrupção que não poderia ter, pela questão da produção, pela questão de mudança, que tinha que ter democracia, que tinha que ter toda autonomia, o PT perdeu essa história e a UMM não vai perder. Nós somos éticos. Nós somos democráticos. Nós queremos produções, formações, desde a moradia até o pós-morada, a educação, a saúde, o transporte. Então nós temos diferença, é por isso que nós não podemos talvez ter vínculo com um partido. Nós não perdemos nossa ética. Nem perdemos nossa lealdade. Eu acho que a união ela desde quando, se o PT tem 25 anos, a união tem 20. Nesses 20 anos, o que ela fez foi a formação dos professores, a ética, os cursos. Eu acho que na verdade capacitou vários e vários companheiros, na verdade ela produziu mais de 50 mil moradias, então nós continuamos com a bandeira da ética, por isso ninguém pode confundir falar “ah, o movimento de moradia é petista, eles também são iguais”, não somos. Não to falando que o partido em si são todos, mas hoje na verdade, na visão da população o PT, quando se fala em PT eles conseguem falar que é todos, não é igual a nós, nós conseguimos ter essa diferença. Nós achamos que nós somos diferentes, nós somos diferentes, por mais que nós somos petista.”

Ou como problematizado por Mário, em um trecho de nossa entrevista:

“Não acho que faltou autonomia para a UMM. Eu acho que em algum momento da conjuntura né, eu acho que a UMM poderia ter tido um grau maior de tensionamento... eu acho que ela poderia ter tencionado o governo Marta né, mas sem deixar de... apesar de que ela conseguiu um passo interessante, ela conseguiu negociar vários Mutirões... Por que acho que esse tensionamento, maior um pouquinho, era bom para o Paulo. Até um certo ponto, para a secretaria para a disputa interna e tudo mais. Mas o duro é saber até que ponto isso... porque você sabe que a Marta é vingativa e rancorosa. Ela e o grupo dela. É gente nociva, eu não gosto... dos princípios dele...”

Ou na visão de José, quando indagado sobre os riscos de a União pressionar a Sehab:

“Era um risco grande, né. De a gente acabar entrando em confronto muito forte com a Prefeitura. E desgastar muito mais que... o programa dela já não falava muito de habitação. Então eu acho que poderia ter pressionado mais, feito ocupação, só que desgastava muito mais. A gente tinha uma avaliação que ela ganhando o segundo mandato aí seria muito mais fácil, e infelizmente nós acabamos pecando talvez por não exigir mais da Marta, pressionando mais. E, por outro lado, pecando porque não conseguimos reeleger ela, reeleição”

Na avaliação de Roberto, a própria postura do movimento deve ser criticada, pois seu posicionamento político acabou voltando-se contra os seus interesses:

“Acredito também que alguns momentos nós do movimento falhamos, né, acho que a gente tem muito, acho que a gente tá aprendendo muito, né, que quando nós trabalhamos pra que um governo democrático ele, entre nós falamos assim ‘ah, esse é o nosso governo’. Eu acho que até onde ele é um governo da cidade, até onde ele é o governo do movimento que ajudou. Eu acho que ele não acaba sendo movimento é, governo do movimento, mas um governo para governar, ter governabilidade na cidade, respeitar a autonomia de todos, né. Então a gente falhou por não ter mais feito mais críticas construtivas no governo Marta, da gente ter feito alguns, um ou dois atos só, achando que tudo ia correr bem, né, e a gente acabou, na verdade, perdendo muitas coisas. (...) Acho que ela (a UMM) tem que mudar um pouco a visão dela, até aonde nós somos movimento e até aonde o governo é nosso e até aonde o governo não é. (...) Acho que não só as pessoas olhavam e falavam que a UMM é do governo, acho que as próprias lideranças caíram nesse contexto de que o governo era nosso e aí não fomos pra cima antes, o que deveríamos, fomos atrasados, e ainda com críticas construtivas, alguns ainda não gostaram, outros achavam que tinha que ir, então eu acho que a União ela tem que, todos os tipos de governo que entrar, acho que no primeiro ano ir pra cima. (...) Principalmente quando é que nós falamos ‘é nosso governo’ que nós acomodamos, acho que aí piorou: nós vamos ter que incomodar, que aí se tem à porta aberta, se tem o diálogo, você tem que ir pra cima. (...) se nós tivesse pressionado mais nos primeiros anos de governo, que vimos que as coisas tava meia parada, com certeza hoje nós não tava passando a dificuldade nessa gestão que estamos passando. E sem esperança, na verdade.”

Concentração do poder político em um pequeno, e restrito, grupo que comanda, de fato, a administração; utilização de práticas violentas com o intuito de coibir as vozes dissonantes, mesmo que elas pertençam ao seu campo político; emprego de métodos (políticas públicas, no caso) que tinham como objetivo desnortear a atuação política de organizações civis: enfim, estes são mais alguns pontos de destaque da gestão analisada, segundo a visão das lideranças populares que entrevistamos. Quando somamos estas informações às outras já citadas, vemos configurar na análise que os militantes populares fazem do referido governo um quadro assustador, pois é marcado por traços adversos aos princípios da vida em democracia. Mais que isso, os pontos citados são marcas de um modo de agir autoritário, e de uma conduta política onde pode-se destacar elementos, valores e procedimentos, característicos de regimes totalitários. Mas é importante fazer diferenciações. Estamos diante de um governo que desenvolveu uma governabilidade conservadora, um modo de agir social a partir das estruturas estatais que caracterizamos como autoritária, e com alguma semelhança, conforme já pontuado anteriormente, com os governos totalitários, nos moldes encontrados por Hannah Arendt.

Mesmo quando se analisa as entrevistas das lideranças da UMM é possível destacar a presença de componentes característicos do modo de ação política praticado em regimes totalitários. Ao buscar anular os conflitos decorrentes da interação estado/movimentos sociais, ao diluir os antagonismos inerentes a este processo, ao tentar fundir estruturas sociais tão diferentes e ao lançar mão de instrumentos políticos autoritários; a segunda gestão petista da municipalidade paulistana adotou um modelo de ação social contrário ao desejável quando se vive em uma sociedade democrática.

Apesar de tudo o que já foi descrito aqui pelas entrevistas dos líderes populares, poderíamos ser levados a pensar que apenas uma pequena parte dessas pessoas vê de maneira crítica a relação que se estabeleceu entre movimento social, partido político e governo na administração Marta Suplicy. Mas isto não é verdade, tanto que quase a totalidade de nossos entrevistados interpreta a interação entre estes atores de forma negativa, como será visto nas falas a seguir, a começar por João:

que está aqui nos centros urbanos. Quando eu estou colocando assim, no Brasil 80% da população mora nos centros urbanos, então o governo usa mecanismo para controlar essa população. Tanto de direita como de esquerda. Porque senão vira um caos social. Eu acho que a esquerda tenta fazer esses mecanismos de participação e aí faz aquele estardalhaço: 'Vai ter participação popular', e assim por diante. Mas o próprio sistema controla essa participação “.

Perguntamos a este mesmo interlocutor sobre os resultados da estratégia elaborada pela União em sua atuação junto ao governo municipal do PT, e vemos uma situação muito ruim, como descrita neste trecho de nossa entrevista:

- *“M: O movimento, ele tem que pensar no que ele pode avançar para o seu bem estar da população que milita neste movimento. Muitas vezes o movimento radicaliza e não avança. Vai aparecer no jornal, vai aparecer em capa... mas não consegue uma moradia. O governo da Marta teve muito disso. A partir do momento que nós radicalizasse, existia, no governo da Marta, um núcleo muito duro de governo, que ia radicalizar com a gente. Então eu acho que a União fez a proposta correta. Ela poderia radicalizar mais, mas sabendo que ia correr um risco muito forte, porque o governo da Marta foi um governo onde poucos decidiam. Era um problema que nós tínhamos. Então tinha a figura da Marta e mais três, quatro pessoas que mandavam no governo. ‘Ah, e porque vocês num foi pra cima, pra derrubar esse povo aí?’. Ninguém derrubou esse povo. Acabou a eleição, parecia que tinha ganhado a eleição, eles continuavam mandando ainda. Então essa é uma crítica interna que eu tenho ao Partido dos Trabalhadores, que a gestão da Marta foi um governo centralizado. Muito centralizado.*
- *G: Mas você acha que se a União tivesse ido pra cima e peitado pra aumentar a porcentagem...*
- *M: Não ia conseguir.*
- *G: Você acha que não ia conseguir. E ainda ia sofrer retaliação.*
- *M: Ia sofrer retaliação, tenho certeza absoluta.*
- *G: Mas de que tipo?*
- *M: De não fazer os projetos, de não... simplesmente ignorar o movimento. (...) O problema maior que teve na prefeitura com os movimentos é isso. O movimento quer poder. (...) O sistema que está colocado aí não quer distribuir poder. Por exemplo, quando você faz um movimento, por exemplo, pra construir uma lombada. O povo quebra a rua pra fazer uma lombada. Você acha que o prefeito gosta? Não gosta. Por que? Porque ele quer ir lá ‘eu fiz a lombada’. Não foi o movimento que conquistou. É diferente. O movimento conquistou. Então se você tem, na cidade a sociedade inerte, o Prefeito adora. Então assim, na gestão da Marta na cidade de São Paulo, você tinha várias pessoas no governo que pensavam dessa maneira. Que pensam dessa maneira. Então assim, a Prefeitura não pressionou, mas eu sabia que se eu fosse fazer coisas que queimassem o governo, colocasse o governo em exposição, ia ter retaliação. Eu sabia disso. Pessoal. Mas podia ter. Eu não trabalho em Prefeitura, também. Mas tinha que autorizar onde que eu trabalhava, sei lá. Então assim, existe governo que trabalha dessa maneira. Existe governo que quer ignorar o movimento. E esses governos que quer ignorar os movimentos é pior ainda. (...) Mas ao mesmo tempo o que eu quero demonstrar que onde é que você tem uma carência da população? Nos serviços. Então os movimentos pressionam. De uma ou outra maneira vai pressionando. Aí o governo vem cooptando algumas lideranças, assim por diante.”*

- G: Só duas grandes mobilizações?
- J: *É. E nesse ano a União (de 2005) já fez cinco mobilizações...Duas nos quatro anos de governo...No governo federal já fizemos acampamento...porque tinha uma interlocução com o governo muito intensa...porque é...é...há sempre aquela dúvida. Qual é o grau de autonomia do movimento...onde as lideranças são petistas, onde vão trabalhar no governo e como isso interfere no grau de pressão e mobilização do movimento social em governos ditos populares. (...) Mas no primeiro momento o risco é dizer o seguinte: há governo popular diminui o grau de pressão, há governo conservador de direita aumenta o grau de pressão. É fato também que é possível você enxergar o maior avanço das políticas sociais nos governos ditos populares. Comparativamente, os avanços do governo, Marta em relação aos avanços do governo Pitta e Maluf, eles são infinitamente...e mesmo agora no governo Serra, ainda não sabemos até onde ele vai chegar mas... ninguém sabe se ano que vem ele é candidato a presidente...vai passar para o PFL a Prefeitura e você vai ver o que vai virar... São muito diferenciados, o grau de amarrar acordo com as associações no governo popular eles são mais construídos do que em um governo conservador né, de repente isso também gera um outro tipo de pactuação evitando uma pressão maior. Só estou mostrando que...*
- G: *De fato diminuiu a intensidade de manifestação de pressão do governo na gestão Marta.*
- J: *É. Isso é um fato.*
- G: *Aqui em São Paulo o movimento sai fortalecido?*
J: *Não. Ele não sai fortalecido...”“.*

Destacamos mais duas grandes marcas, recorrentes nas falas das lideranças da UMM, que a nosso ver ilustram o segundo governo petista da cidade de São Paulo. A primeira diz respeito ao fato de a negociação entre estado e movimento social acontecer de forma declaradamente desigual, onde a força da máquina pública é posta em prática, de modo a colocar o ator popular em clara situação de inferioridade. A segunda característica deste governo foi à forma como distorceu os princípios que regiam, de modo geral, as políticas participativas até então empregadas em várias administrações municipais onde o PT era governo.

Estes dois elementos encontram-se presentes em várias das narrativas que coletamos, por vezes de maneira implícita, o que não é o caso da fala de Mário, que veremos a seguir. Quando o indagamos sobre a inexistência de diálogo entre os atores institucional e não-institucional, ele comentou:

“Não, dialogou. Mas na hora de decidir a Prefeitura é de um poder muito forte. O governo é muito forte. Então, em tese, o que estou colocando é um pensamento que eu tenho hoje. A União dos Movimentos de Moradia é o maior movimento que tem na cidade de São Paulo. Juntando com os outros movimentos, com associações de moradores, nós somos um movimento muito forte. Mas nós ainda não temos a consciência de luta. A União de Movimento de Moradia tem essa consciência. E o que eu estou falando é nos somos pequenos pro tamanho da cidade de São Paulo. E também, você tem uma questão ideológica colocada. Quem é que mora nos centros urbanos? A população de baixa renda

“O segundo governo do PT encabeçado pela Marta Suplicy está marcado pelo pragmatismo... então enquanto o governo da Luiza foi um governo muito mais da emoção, da novidade, do carisma digamos assim... você tem por outro lado um outro governo marcado pelo pragmatismo eu acho que... isso foi tudo em função da primeira eleição e a política... o primeiro ponto foi como foram às políticas de aliança da Marta Suplicy aqui em São Paulo... há méritos nessa política, mas há muitos questionamentos... Então, eu acho que o excesso de pragmatismo nas alianças levou o governo a fazer alianças com partidos e com pessoas na Câmara Municipal impensáveis na época, são momentos diferenciados... Isso traz consequência do ponto de vista ético e... eu não estou dizendo que o governo da Marta Suplicy não foi um governo ético... mas para a sociedade, para os formadores de opinião, o processo de pragmatismo gera muito... muitos questionamentos... a forma como os acordos foram construídos, esse eu acho que é a primeira questão... e... acho que o pragmatismo da gestão quiseram colocar no processo eleitoral, a centralização do processo, a profissionalização da campanha, coisa que o PT não está acostumado, você podia ter feito uma coisa dividida da profissionalização junto com a militância...então, houve muitos problemas nessa questão”

A relação entre Poder Público e o partido político aparece nesta outra fala, de Solange:

“Na verdade não houve relação entre do governo com o partido. O partido ficou uma coisa muito impressionante porque... até hoje eu faço uma avaliação no seguinte. Teve dois governos petistas aqui no município de São Paulo, um com a Luiza Erundina e outro com a Marta. Na época da Luiza Erundina, era muito rigoroso. O PT enfiava o nariz até onde não era chamado. No governo Marta deixou corre frouxo e o contrário, era a Marta e algumas pessoas ligadas à Marta que dominavam tudo isso. E o partido em si deixou a desejar, porque em nenhum momento chamava pra falar ‘não, você tem que cumprir o nosso projeto’. Pra eles, como em alguns segmentos que estavam super bem como transporte, saúde, então deixou correndo frouxo e aguardando um momento o governo tem que cumprir o que o partido foi determinado” (...) “(o partido, PT, poderia ter pressionado...) o governo a cumprir o próprio plano de governo que tinha sido elaborado. Tinha sido elaborado, a final de contas, pelo partido. E isso não existiu. Então ficou algumas pessoas com poder de força dentro do governo, mas não houve essa relação governo/partido por parte do governo. “

Em um contexto onde até mesmo o partido governante (em seu nível municipal) foi anulado enquanto sujeito político autônomo, nossas indagações ganham força á medida que vislumbramos consequências prejudiciais ao movimento social, que decorrem de suas próprias escolhas acerca do papel desempenhado pela entidade perante a administração. Cito um trecho de nosso diálogo com João, novamente:

- *“G: E como você avalia a política participativa da gestão de modo geral? Como você avalia que foi a relação movimento social e governo durante a gestão Marta?”*
- *J: Em relação a UMM eu acho que de **média autonomia**. Porque o movimento tendo a capacidade de pressão direta junto à prefeitura e conseguiu fazer duas grandes mobilizações no governo da Marta, então...*

- *J: “O OP pra mim é, a princípio assim... a idéia do OP é extremamente democrática. Se fosse bem intencionado funcionaria. Mas ele serviu pro governo segurar movimento, segurar comunidade, segurar política social. E eu acho que a idéia é essa. Onde tiver um instrumento de participação popular, que é extremamente democrático, a gente irá participar, não tenha dúvida. E de tudo. Agora, não podem deixar também passar em branco que o governo às vezes usa desse instrumento extremamente democrático por incapacidade de atendimento social.*
- *G: Mas porque que você acha que o movimento acaba caindo nessa cilada?*
- *J: Essa cilada? Pela defesa da participação popular e da democracia.*
- *G: Quer dizer, o movimento vai participar...*
- *J: Pra enaltecer essa proposta democrática.*
- *G: E aí falta recurso...*
- *J: Aí dizem ‘olha, tudo bem. O que você pediu é legal. Nós sabemos o que vamos fazer, mas esse ano não dá pra fazer, vamos tentar o ano que vem’. Aí o ano que vem você vai de novo pro o OP, pedir de novo, porque a prefeitura alega que não tem recurso, o secretário vai lá e diz ‘Não, o que nós vamos fazer é outra coisa’, ‘porque tem gente na frente’, ‘tem outras prioridades’, ‘a cidade é muito grande’ e assim vai enrolando e não sai nada pra ninguém. Agora, que é válido, é.”*

E afinal, cito a avaliação de Roberto:

“Eu acho que a gestão participativa... eu acho que foi, cara, assim, [risos] artificial. Eu acho que não teve participação de verdade entre governo e população. O PT quando apostou que seria a nossa prefeita, companheira Marta Suplicy, mas ele veio com uma modificação tremenda. Ele não veio com aquela cara de Partido dos Trabalhadores, veio com uma outra cara talvez e não alcançou a questão da participação. Ela foi frágil, teve várias alianças, foi toda uma modificação dentro do Partido, principalmente em relação à participação... gestão da prefeita Marta e gestão de população de São Paulo. Acho que pra mim faltou muito. Esqueceram que na verdade, o que se torna um partido e um prefeito democrático é quando, de verdade, você tem participação com a população. Quando não se tem, isso é um engodo, não existe”.

Estas duas últimas avaliações do OP da gestão petista de 2001/04 abrem caminho para a parte derradeira deste capítulo, onde entraremos em contato com as opiniões dos líderes da UMM sobre a construção da governabilidade da gestão Marta Suplicy e de como isto exerceu influência no modo de agir político dos movimentos sociais neste período, isto porque é fundamental entendermos qual foi, na visão de nossos entrevistados, a real inserção das organizações sociais neste governo. É importante frisar, que alguns destes militantes estabelecem conexão direta entre a lógica de funcionamento do governo com o papel político desempenhado neste período pelos atores sociais em cena na cidade de São Paulo. Vejam a análise que João faz da conjuntura política municipal:

“Então, eu tenho, na verdade um elogio, ao mesmo tempo eu tenho críticas. Porque o Orçamento Participativo foi um momento onde deu abertura para todos os movimentos e toda a sociedade civil participasse. Tanto que na primeira Conferência das Cidades Municipal e na primeira discussão do Orçamento Participativo, a União, todos os movimentos jogaram pesado e participaram. Mas aí do segundo ano a gente começou a perceber que quando dividia por subprefeituras, era muita coisa e não tinha verba pra tudo isso. Então aí que baixou. Acabou tendo uma decaída na participação, porque as pessoas gostam de debater e aprofundar, mas também que ver as coisas implantadas. E aí a gente tinha coisas que a gente era aprovada como número um e chegava o outro ano do orçamento e aquela coisa deixava de ser o número um e não tinha nem começado. Talvez o orçamento, ele até poderia até ser re-dividido por subprefeituras, mas tinha que ter um momento de se juntar e tirar, por exemplo, na Conferência das Cidades, o quê que era prioridade de verdade, por região, pra não ter mil e uma prioridades e na verdade não implantar, não conseguir implantar metade. Então, já no terceiro ano deu uma baixo-estima no pessoal de participar, tanto que quando chegou na terceira conferência nós já pegávamos o mesmo documento e repetia o mesmo documento. Não tinha nem a necessidade da gente estar participando, tudo, porque a gente já sabia o que queria e as reivindicações já tinham acontecido. De um modo geral ela abriu à participação. Agora, a questão que eu coloquei. Mas não basta só participar, porque quando a gente fala de políticas públicas com participação popular, você tem que ir, você tem que debater, você tem que elaborar a política, mas você tem que implementar a política. Se não implementa, não adianta você só ir lá e fazer fala, fazer discurso, fazer isso e fazer aquilo, porque você se cansa, se desgasta enquanto entidade e não vê a coisa na prática acontecendo.”

A análise de João:

“Eu acho que tinha problemas políticos na viabilização e a alteração das diretrizes do OP em um segundo momento, como se você mudasse as regras do jogo com a bola andando, com o processo, então foi um problema sério essa questão do OP. Acho que tem um outro problema na participação que é preciso dizer. Que foi a Construção da primeira Conferência das Cidades no ano de 2003. Então o OP gerou muita expectativa, eu não estou aqui fazendo uma avaliação formal do OP, porque como eu havia dito, porque como iniciativa política ele foi mais interessante do que na época da Luiza, ele foi a tentativa de dar uma articulação maior sobre as políticas de participação no âmbito do município, que é um desafio você construir políticas de participação em um município grande igual São Paulo e dar uma certa organicidade e formalidade para um processo de participação popular amplo massivo como tem que ser o OP e a discussão do orçamento. Sem prejuízo dessa avaliação eu diria que o OP gerou muita expectativa, poucas realizações e muita frustração.”

Jussara já é mais contundente em sua crítica. Ela acredita que existiu interesse escuso nas ações governamental, e que permeavam iniciativas como o Orçamento Participativo da administração Marta. Reproduzo aqui um trecho de nossa entrevista:

“Então, eu lembro, eu participei de todas as conferências, municipais, estaduais e federal, e eu acho que foi um puta dum avanço, a primeira conferência foi excelente. O problema é que, eu lembro como que fosse hoje, que o que foi aprovado na conferência, não foi cumprido nos quatro anos. Exatamente. Aí que, mais uma vez, eu acho que a questão participativa no governo, ela se fechou a grupos. Porque se abrisse geral, eu tinha convicção plena que as coisas acontecia. Pois eu costumo sempre dizer pros meus companheiros, minhas companheiras, que o movimento, ele é autônomo, independente da direção do movimento ser governo. Mas o movimento é que tem que ser autônomo. O que eu quero dizer com isso que independente do governo e o movimento, mas se o governo se propôs a fazer aquilo pra o movimento e não faz, o movimento tem que ir pra cima do governo. Independe. E isso não aconteceu. Isso foi cortado no meio”

E agora Solange:

“As Conferências foram boas, os debates foram bons, encaminhamos propostas ótimas. Pra você ter idéia, na primeira Conferência nós encaminhamos a proposta de 5% do orçamento de habitação. Mas não foi concretizado. Acho que não chegou a três, no total, no final. Ou seja, as coisas que a Conferência deliberou não foram implementadas. Não foi pra prática”

O sentimento contraditório despertado nas lideranças populares pelas políticas participativas da Secretaria de Habitação não ficou restrito às iniciativas desta pasta, tão somente. De modo geral, as ações participativas do governo Marta carregavam em seu bojo o tipo de conflito descrito acima, e que recolocava, cotidianamente, um dilema, político, para os movimentos sociais: se por um lado deve-se valorizar a criação de esferas institucionalizadas de participação social, por outro, faz-se necessário criticá-los abertamente pelo fato de discussão e deliberação estarem cindidas. O exemplo mais relevante desses conflitos, inerentes aos processos participativos criados e desenvolvidos por esta administração, é o Orçamento Participativo. Nas palavras de Manuel:

“O orçamento participativo eu sinceramente não acredito nesse orçamento participativo, porque tudo que nós trabalhamos e fomos lá para discutir as prioridades, se pegava as subprefeituras e ai não foi feito; claro que foram feitas algumas coisa. Mas o que era prioridade, creche, postos de saúde naquela determinadas regiões não foi feito, tem algumas coisa, eu não estou generalizando, tem coisas que foram feitas. A maioria não foi, por ser um orçamento a única coisa que eu acho que foi importante porque foi democrático, foi participativo, teve mobilização de todo mundo, foi aberto para todo mundo. (...) Nós participamos, para nós foi importante a questão do orçamento participativo. Mas tenho crítica ao orçamento participativo. Crítica que eu estou falando, críticas construtiva eu acho que a idéia foi excelente, a iniciativa foi muito boa, mas, aquilo que nós defendíamos, aquilo que nós aprovamos no orçamento participativo deixou”

A opinião de Solange:

tem que ir pra lá'. (...) Pra mim essa participação (na criação de espaços como o Conselho) nossa foi uma vitória. Só que ao mesmo tempo que foi uma vitória, nós temos que estar nos fiscalizando o tempo todo. Porque é aquela história que eu tava falando no começo. Você tem que estar capacitado. Pra quando perceber que o governo ta te enrolando, e você ta ocupando todo o seu tempo fazendo reuniões e nada ir adiantando. Então tem que saber fazer essa reflexão pra na hora falar "Opa, povo, agora vamos pra rua, que o Conselho está nos enrolando. Esse campo está nos enrolando". E você perceber isso muito rápido e conseguir transmitir isso. Então assim, ao mesmo tempo que ele é muito bom, mas você tem que estar com pessoas que realmente consiga refletir e saber avaliar a hora certa que você tem que estar, mas ta lá dentro. E não perder a sua origem, que você está enquanto movimentos populares. Porque independente de qualquer coisa você tem que, quando você vê que a coisa não avança, você chamar pra ir pra rua."

E Roberto:

"Eu acho que foi um marketing histórico, talvez pros movimentos. Talvez eu acho que foi um período onde os movimentos conseguiram se organizar e realmente cumprir toda a sua cota da sociedade civil dentro do Conselho. Eu acho que o Conselho fez um bom trabalho. Eu acho que através do Conselho, de verdade, é que saiu essas mínimas coisas regionais. Pequeninhas coisas, pontuais, que se não fosse o Conselho também acho que não teria saído essas coisas pontuais. Eu acho que o Conselho foi protagonista de pequenas, mínimas, conquistas na cidade de São Paulo na gestão da Marta. Eu acho que, realmente teve alguns momentos que foi, alguns momentos de manipular algumas lideranças, cooptar. Aonde cada entidade via de uma forma se era cooptação ou não, mas quem fosse talvez pra lá, ele ia sujeito, ia estar pra que as políticas acontecessem. Ele ia ser um interlocutor do movimento na verdade"

Para concluir o amplo espectro de opiniões sobre o Conselho Municipal de Habitação, vejamos a fala de Zito:

"Pois é, o nosso presidente lá no Conselho Municipal, no qual era o Secretário de Habitação municipal, no caso o Paulo Teixeira, essa interlocução, eu tenho uma interpretação meia que bombástica. Eu acho que o Conselho e todo aquele aparato era um aparato de sustentação ao governo. Nessa linha a gente... Eu por exemplo tive 12.450 votos pra ser membro do conselho por dois anos, e todo mês nós tava lá. Cada dois mês nos tinha uma reunião. E na verdade a gente tava mais em sustentação ao governo, porque todas essas políticas que nós falamos até então aqui, relacionadas a habitação, regularização fundiária, passaram pelo Conselho. E algumas coisas que tinham pra ir pra Câmara Municipal, mas primeiro a gente aprovava no Conselho. E aí eu não... Tinha participação, só que era uma participação de cartas marcadas. Nós chegávamos lá e o Secretário, que era o presidente do Conselho, tava sempre lá apresentando e a gente não tinha como praticamente... A gente dava uma opinião contrária quando a gente não concordava, mas não significava que ia mudar muita coisa. Então eu tive todo o meu tempo lá e eu tenho também essa autocrítica que não deveria ser daquela forma, deveria ser diferente."

E sobre a Conferência, duas análises semelhantes. Sigo com Zito:

“Na Secretaria de Habitação eu avalio que, nessa época, o próprio secretário, ele não jogou pesado pra garantir o maior número de verba possível pra implementar os novos mutirões, pra iniciar os novos mutirões. Até a gente falava: ‘Quer? Quer a gente vamos pra rua. Vamos pra rua, nós vamos brigar juntos!’. Então ficavam só os movimentos populares brigando na Câmara pra aumentar o orçamento do ano seguinte, mas você não encontrava firmeza por parte do próprio secretário, da Sehab, da HABI pra poder brigar com a Prefeita. (...) Então, essa relação não era tão difícil, porque essa prefeitura foi a que mais abriu a porta pros movimentos populares. Então você podia chegar a qualquer hora, qualquer momento, que era recebido. E fazia a discussão. Agora isso que eu tava falando, precisava de alguém mais com o pulso firme pra fazer essa. Não só com falar, mas falar ‘não, isso vamos fazer, isso nós vamos implementar’ Então faltou isso.”

E na análise de Jussara:

“Sempre (éramos recebidos na Sehab). As nossas reivindicações eram debatidas. Não se tinha muita dificuldade pra marcar com o secretário, como tem hoje. Não tinha dificuldade pra marcar com presidente da Cohab, não tinha dificuldade pra falar com ninguém. Só não tinha dinheiro pra viabilizar nada. Mas diálogo tinha até demais. E acho que era isso que segurava os movimentos de uma ação mais dura”.

Na fala de Roberto a crítica ganha intensidade e endurece:

“Assim, foi diferente, foi realmente. Nós tínhamos uma abertura maior, realmente nós sentávamos, realmente alguns momentos foram respeitados indicações, algumas produções dos movimentos, mas houveram momentos em que não fomos respeitados. As coisas já eram feitas e entregues prontas, nada de participação dos movimentos. Então ele foi um governo de momentos. Momentos se impondo, beneficiaria o governo junto, momento que não precisaria do movimento e momento ‘fora’ [bate em palma]. Então foi ‘meia boca’ que se fala. Foi um oportunismo. Tanto se viu que se profissionalizou tudo e a todos, na questão assim, da prefeitura, quando a gente se fala assim, você via muitos técnicos que não conseguiam enxergar sequer, se tinha uma visão pro social. Foi um governo técnico. Completamente técnico. Sem atuação nenhuma em cima da questão social”.

Mesmo o modo como funcionaram tanto o Conselho Municipal de Habitação quanto a Conferência de Habitação, foi alvo de análises contraditórias por parte das lideranças da União, pois ao mesmo tempo em que se constata a importância desses espaços para os marcos institucionais da cidade, pode-se ver que seu *modus operandi* deixou muito a desejar. Sobre o assunto, cito Solange:

“O Conselho Municipal de Habitação é uma discussão que, inclusive, nós estamos fazendo na União, porque assim, o Conselho é tudo que nós queremos. Só que nós queremos ele deliberativo. Mais que isso, nós queremos um Conselho pelo qual as pessoas que estão no Conselho estejam de verdade qualificadas pra acompanhar o Conselho. E como foi uma primeira experiência que nós fizemos, nem todos estavam realmente qualificados pra ocupar o cargo de conselheiro. Assim, quando eu falo qualificado é saber pegar o orçamento, destrinchar, falar ‘isso ta aqui, isso não ta aqui, isso

“Ela (a política de regularização fundiária) veio lá da Luiza, junto com o programa de mutirão e urbanização de favela. Veio da Luiza. O que a Marta deu uma seqüência maior foi na regularização fundiária, por falta de recurso. Concluiu o que faltava. Fez muito... quer dizer, houve um avanço. Mas falar que isso é uma política de esquerda não dá. Em nenhum momento foi implementado, na Secretaria Municipal de Habitação, uma política habitacional dos nossos sonhos, da esquerda. Não houve”. (...) “... a Secretaria de Habitação tinha um orçamento ínfimo. Esse orçamento levou a Secretaria a priorizar a regularização. Porque com pouco dinheiro você fazia muita política. Os programas de mutirões são... da forma que eles vieram sendo feitos... paralisados, as obras ficaram muito caras. Então eles foram tocados sim, na gestão da Marta. Mas a passo de tartaruga. Tanto que tem um monte que até agora falta infra-estrutura. Mas a proposta do governo”. em si, a prioridade era a educação. Não era a saúde, não era habitação, não era esporte e lazer, não era nada disso no campo social. Era a educação. Porque nós tínhamos que fazer o CEU. O CEU era um mega projeto que o governo, que a secretaria de governo entendia que seria a marca da Marta e ela faria a reeleição. O que não foi”.

Ou ainda Manuel, sobre o mesmo assunto:

“A única coisa que eu acho do governo da Marta que é diferente de outros governos, é que nós, a diferença é que você é recebido, os movimentos são recebidos pelo governo, avança algumas coisas, e outras não. Então esse avanço foi importante. Mas ainda a minha crítica é que poderia ser feito muito mais, pelo governo, pelas pessoas que ali estavam, eu na minha concepção era para ser feito muito mais, e aí eu estou falando especificamente da moradia. Eu não estou falando que não teve outros projetos sociais e etc. que ela fez, o governo que fez bastante, está certo. Agora eu estou falando especificamente a moradia nós paramos muitas vezes na COHAB por não avançar algumas coisas e que ficava lá empacado. Então isso para mim deixou muito a desejar e que também não esta diferente do atual projeto etc, sabe então teve muitas coisas que demorou para viabilizar.”

O aspecto da participação social, no governo Marta Suplicy como um todo e na Sehab em particular, é outro ponto muito discutido pelas lideranças da UMM que entrevistamos. Este comentário de Manuel contempla apenas parte das opiniões sobre os processos de interação entre PMSP e movimentos de moradia, pois as entrevistas que fizemos expressam, acima de tudo, um intenso sentimento contraditório sobre as referidas ações da gestão petista. As políticas participativas da Secretaria de Habitação, como a **Conferência de Habitação**, o **Conselho Municipal de Habitação** e o próprio cotidiano de funcionamento da pasta, sempre são lembrados como exemplos de abertura do estado á atuação dos movimentos sociais. Estas iniciativas, apesar de louváveis, não escapam de duras críticas, proferidas por líderes populares que esperavam uma vinculação real entre discurso e prática; que os espaços públicos de debate tivessem capacidade efetiva de intervenção nas ações do executivo; que as deliberações ganhassem concretude e se transformassem em ações reais. Como descrito por Solange:

não se investir, pesado, na abertura, concreta, de novas iniciativas de mutirão com autogestão. A de Jussara primeiramente:

“Eu acho que pra falar de qualquer programa relacionado à habitação, nós temos que falar de como se deu o orçamento do governo Marta pra essa área. Então, muito pouco se fazia. Se fazia muita política. Não dava pra fazer nada porque o orçamento não existia. Então que a gente fazia? Os mutirões andaram a passo de tartaruga, foram muitos poucos que conseguiram concluir, no governo Marta. Por falta de dinheiro mesmo. As políticas a Secretaria de Habitação fazia, que era uma beleza. Nós conseguimos, pra superar a falta de recurso, acabou instituindo o Conselho Municipal de Habitação, a política de regulação fundiária foi bastante intensa. Mas o programa de mutirão, ele deixou a desejar. Houve muita licitação. Muita assinatura. Essas licitações foram licitações públicas, para as entidades concorrerem a projetos habitacionais onde foram firmadas convênios, mas nenhuma iniciaram.”

Seguida pela opinião de Solange:

“Então demorou um certo período pra conseguir normalizar, pra começar a construção. Então, com relação à questão dos mutirões, eu acredito que ela investiu naqueles que estavam paralisados, mas deixou uma falha que era começar outros novos. Então nessa parte dos mutirões novos, ela até assinou o convênio, tudo isso, mas não concretizou, o que poderia ter sido um avanço muito grande. Então eu acho que faltou prioridade na questão dos mutirões por autogestão”.

O conteúdo das críticas das lideranças populares dirigidas aos programas e demais iniciativas governamentais, descritas acima, pode ser entendido, muitas vezes, como a materialização, a expressão final de um profundo descontentamento, que foi gerado pelos resultados pífios apresentados pela Secretaria de Habitação, em 2004. Entendemos que este desgosto, nos casos citados, é motivado pela conjunção de três fatores: o primeiro é o fato de o governo Marta Suplicy não ter incorporado nada de novo ao cabedal de políticas públicas já empregados no município de São Paulo. Além de não haver inovações significativas do ponto de vista do desenvolvimento de novas formas de atuação social do estado, também houve sérios problemas na implementação das iniciativas governamentais neste período, como ocorrido nas inúmeras situações descritas anteriormente pelos militantes. A estes fatores deve ser acrescentado outro fator, da maior relevância, que foi a falta de recursos alocados a esta pasta: esses foram os pontos marcantes, deixados pela segunda administração petista da PMSP, ao nosso ver, e também segundo a opinião de algumas lideranças populares que entrevistamos, como Jussara:

Ou de Jussara:

“O centro teve (uma política habitacional regional). Mas com pressão o tempo todo do movimento, mas aí já era parceria governo federal, governo municipal e governo estadual, porque era uma política de visibilidade do centro. E que tinha recursos inclusive do BID pra viabilizar esse projeto. Mais uma vez, se fossem mais competentes com os recursos estabelecidos, teriam feito muito mais pelo centro”.

No ponto que se refere ao **Plano Diretor**, e os **Planos Diretores Regionais**, as lideranças que entrevistamos tem visões semelhantes às que desenvolvemos anteriormente neste trabalho. O processo, em si, foi muito importante, mas o fato do seu instrumental não ter sido devidamente regulamentado, inviabilizando deste modo o seu uso prático, acabou por comprometer toda a iniciativa. Cito algumas opiniões sobre o tema, a começar pela de Solange:

“Então, pra nós isso foi muito interessante porque no município de São Paulo o Plano Diretor era muito antigo, aliás. Esse foi um momento importante inclusive de formação e sensibilização, principalmente para os movimentos populares. Que deu oportunidade da gente debater toda essa questão da política, aprender o quê é Plano Diretor, aprender o quê é Zeis. Que aí veio a questão do Estatuto da Cidade, que nós ajudamos a elaborar, tudo. Então, nesse sentido, assim, o debate, não dá pra falar que não foi participativo, porque todos nós pudemos entrar e debater, propor e tudo isso. Agora cabe a nós, garantir agora, no governo Serra, a implementação do Plano Diretor. Mas pelo menos a aprovação, os debates, foram bem elaborados”.

A avaliação de João:

“Eu acho que... você tem questões importantes no Plano Diretor, mas a forma com que o Plano Diretor foi aprovado, aí é um comentário mais de ordem pessoal, eu acho que trouxe para a lei um problema. Primeiro o problema de conceito: o Plano Diretor é autoaplicável ou não é autoaplicável? Então essa é uma pergunta que não está respondida, pois se ele não é autoaplicável você depende de um monte de legislações específicas para regulamentar o Plano. E, por exemplo, as Zeis. Já pode demarcar ou depende da lei de Uso e Ocupação do Solo para definir o que é Zeis e o que não é Zeis? Eu tenho muitas informações a respeito do que está acontecendo no município em relação ao Plano Diretor, inclusive eu tinha feito uma solicitação para o Pólis e para o Centro Gaspar Garcia para a gente, através da UMM, para agente fazer um levantamento, um mapeamento sobre isso, porque há muito buraco... dizem que o Serra quer mexer no Plano...”

E quando questionamos os resultados do Programa de Mutirões da Sehab na gestão, o que as lideranças da UMM tem a falar? As duas opiniões que citaremos a seguir refletem muita bem a sensação geral causada pela opção de

“Então, na questão da política de subsídio do governo, não foi diferente dos outros governos, porque na questão do subsídio, ou seja, pra família de baixa renda, não tem... É de acordo com o que a pessoa ganha, com a renda familiar, então não há diferença. Então tem diferença dos outros governos? Não tem. A porcentagem é a mesma”.

Ou segundo visão de Mário:

“Olha, discutir subsídio é complicado porque poucos contratos foram assinados, né? Como eu falei, tem muita discussão, mas não fecha nada, então, poucos contratos foram fechados no governo da Marta”.

O ponto das políticas de pós-ocupação, de grande importância para os movimentos de moradia por tratar das necessidades, específicas, dos conjuntos residenciais já concluídos, pouco avançou, também porque foi um tema que ganhou força no interior da União apenas na fase final da administração, como explicita Solange, mais uma vez:

“Então, pós-ocupação foi uma experiência muito nova que a gente vinha debatendo e só começou agora, no último ano do governo da Marta, a iniciativa foi muito boa, mas pouca coisa também se conseguiu concretizar”.

Sobre as **políticas habitacionais regionais**⁷⁸, que na verdade dizem respeito exclusivamente às ações da Prefeitura no centro da cidade, houveram aspectos interessantes salientados pelos militantes da UMM. A política habitacional nesta região em específico se beneficiou muito de um grande empréstimo, feito ainda na gestão Pitta, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), cujo objetivo era recuperar a região central da cidade por meio de intervenção pesada do poder público. De modo geral, as opiniões a respeito dessas ações, na área habitacional nesta parte da cidade, podem ser ilustradas na afirmação de Roberto:

“... na região central, nenhum Prefeito conseguiu estar fazendo tanto assim. As desapropriações de oito prédios, compras de terrenos, pra que fosse construído locações sociais. Foi um contrato que teve com o BID, tal, e que infelizmente não deu tempo. Teve tempo de construir 137 unidades, mais 486 do Residencial Parque do Gato. Então não chegou nem 700 unidades ainda”.

⁷⁸ Segundo os nossos entrevistados, as políticas sociais criadas pela Sehab para o público da habitação, como descritas anteriormente, foram consideradas também grandes ações da pasta no aspecto das políticas habitacionais “regionais”, pois ficaram restritas a uma região da cidade, basicamente.

“A gente ficou animado quando, no último ano, começamos a viabilizar o Bolsa Aluguel. Mas tanto transtorno, com tanto atraso da prefeitura e que deixava as famílias numa situação muito delicada com as imobiliárias. Quer dizer, muita incompetência no trato dos programas tão interessantes, que poderiam ter dado certo e que a gente acredita que eles seriam a solução pra solucionar os problemas que a gente vê no dia a dia das famílias dessa grande periferia da cidade de São Paulo. Eu acho que faltou competência.”

Já o Locação Social, que consiste basicamente na subvenção do aluguel em conjuntos residenciais de propriedade municipal, mereceu elogios, como o de Roberto, liderança de um movimento com forte atuação em cortiços:

“Eu acho que não dá pra falar, de novo, ‘ah, a Marta não fez nada’. Eu acho que faltou, de novo, foi uma coisa muito clara na nossa cabeça, que foi a demora. Então eu acho que assim, que não foi 100%, que ela deixou a desejar, mas ela deu uma alavancada, porque o Locação Social, foi provado, que conseguiu atender as famílias realmente de baixa renda. O Locação Social, ele atende, tinha lá 10% de conta familiar ganha. Um exemplo, se a família ganhar R\$ 100 ele vai pagar R\$ 10. Então a Marta conseguiu aí deixar, ou infelizmente não foi um marco forte, era pra ser, a Rua das Olarias e o Residencial Parque do Gato, onde as pessoas pagam até R\$ 20, as prestações, no mínimo; R\$ 35 de condomínio. Quer dizer, na região central, nenhum prefeito conseguiu estar fazendo tanto assim”.

No tocante às ações públicas do poder público municipal na **urbanização de favelas, política de subsídios e política de pós-ocupação**, pouco, ou quase nada foi feito pela gestão Marta, segundo a opinião de seus militantes. No caso do primeiro item, as ações do poder público se limitaram a concluir as obras de urbanização de favelas iniciadas no governo Erundina, e que desde então aguardavam o seu término, como bem explicado por João⁷⁷:

“Então, acho que a urbanização de favela... tirando a favela da Nossa Senhora de Aparecida na Zona Leste de São Paulo, e um pedaço de Heliópolis, Jardim Caraí na Zona Sul e uma parte da favela do Mandarin, que foi concluída pelo governo da Marta, também não houve um grande programa de urbanização de favela na cidade de São Paulo”.

Quanto à política de subsídios nada de novo foi criado, o que na prática significou a continuidade na forma como a PMSF vinha financiando os empreendimentos habitacionais que desenvolvia, como descreve Solange:

⁷⁷ Segundo um dos militantes entrevistados, a escolha das áreas onde foram realizadas estas intervenções urbanísticas seguiu critérios eleitorais: *“Muito pouco (foram as realizações da gestão nesta área). Só onde interessava, politicamente. Então lá na Paraisópolis, Heliópolis, o Gato, onde os olhos vêem.”*

“Olha, eu achei importante a questão da regularização fundiária. Eu achei importante até por conta de uma outra questão que tá atual, ou seja, todo aquele pessoal que tava há muito tempo, aqueles que ganharam título de opção de uso por 99 anos, ficaram sossegados e acharam interessante, importante e regularizaram algumas áreas que o povo que já lá estava há muito tempo, eles acharam que foi muito bom e nós também, enquanto liderança nas regiões onde aconteceu isso. A gente só teve que organizar o povo, conversar com o povo e dizer que outros governos não se preocupou. Muito bom. A gente achou legal.”

Ou na opinião de Mário:

“Eu acho que foi o melhor programa da prefeitura municipal de São Paulo. Foi uma marca da gestão. Eu acho que foi muito importante. E há setores na cidade que você vê uma desorganização muito forte. Então na regularização fundiária, quando você está falando da regularização fundiária, você está falando tanto dos loteamentos quando das favelas”.

Houve também quem fizesse contraponto a estas avaliações, como feito por Jussara:

“No que diz respeito à política de regularização fundiária, aí sim, como aí não tem muito custo...”.

Lacônico, e interessante, por criticar menos os resultados e mais o mérito desta escolha governamental, que fez desse programa, barato, a grande vitrine da gestão na área da política habitacional. Dos 8 entrevistados, todos, sem exceção, julgaram esta iniciativa de forma positiva, considerando-a a única política pública de larga escala na área, e uma das ações mais positivas de toda a gestão Marta Suplicy. Outro ponto que merece destaque são as **políticas sociais** desenvolvidas especialmente para esta pasta, caso dos programas **Bolsa Aluguel** e **Locação Social**. As iniciativas, que tentaram ir ao encontro de antigas reivindicações dos integrantes da União (principalmente daqueles que atuam na região central da cidade), consistiam, no caso do Bolsa Aluguel, em auxiliar financeiramente as famílias de baixa renda que tinham dificuldade em pagar o aluguel da casa, ou apartamento, onde viviam. Bem avaliado no cômputo geral das narrativas das lideranças, este programa recebeu algumas críticas quanto a problemas operacionais, como dito por Jussara:

cada processo eleitoral que se inicia, é ponto central das conversas entre algumas associações com os candidatos ávidos por votos. Vive-se hoje, uma situação limite. Com isso fechamos o parêntese aberto anteriormente e voltamo-nos para a análise das entrevistas e o modo como as lideranças populares avaliam a gestão Marta Suplicy⁷⁵.

De maneira geral, estes membros da UMM avaliam positivamente o governo em questão, pois entendem que os movimentos de moradia a eles ligados mais ganharam do que perderam nesta segunda passagem do PT pela Prefeitura de São Paulo. Mas nem de longe foi o que eles esperavam, justamente por não verem atendidas ao fim da gestão as suas mais importantes demandas⁷⁶. Como as realizações da Sehab foram muito debatidas pela União, e gastaríamos muito tempo abordando todos os detalhes avaliados, optamos por focalizar nossa análise em oito pontos, que acreditamos ser os de maior destaque na própria pauta de reivindicações do movimento. Começaremos a abordagem das opiniões das lideranças por aquele que foi, segundo a maioria dos entrevistados, o maior de todos os feitos desta secretaria: a **regularização fundiária**. Este programa, que como o próprio nome diz, trata de regularizar, do ponto de vista jurídico, a situação dos imóveis financiados e/ou construídos pela PMSP. Obteve grande impacto ao resolver, em definitivo, a questão da propriedade do imóvel, ao passar para o nome de muitos mutuários as escrituras de seus respectivos imóveis. No governo Marta foram quitados os contratos de mais de 50 mil famílias. Como dito por Zito:

agosto de 1995, onde houve interessante debate sobre a relação movimento-partido, seus aspectos positivos e os negativos (e que se refletiu em rica produção intelectual posterior), não encontramos sequer uma resolução que tratasse exclusivamente do tema nos Encontros Nacionais subsequentes (ocorridos em 1997 e 2001), bem como em seu Congresso Nacional de 1999. Concluímos que esta omissão nada mais é que consequência do completo esquecimento em que caiu o referido assunto dentro da vida partidária; deixou de ser prioritária a discussão sobre o tipo de relação que a estrutura partidária deveria ter com os movimentos para o PT. Retomaremos este ponto na parte final de nossa dissertação.

⁷⁵ A escolha das citações que ilustram nosso texto foi feita tendo por base àquelas que acreditamos melhor representar o conjunto das opiniões dos entrevistados.

⁷⁶ Vale dizer que a pauta completa de reivindicações entregue pelo movimento à administração, ocorrida em duas ocasiões, mostrou-se um interessante meio de avaliar as realizações do governo Marta Suplicy, razão pela qual transformou-as em eixo de nosso questionário. Ao fim do processo de coleta das opiniões, acreditamos ter abordado as principais expectativas do movimento com relação ao governo de forma direta, e de maneira indireta acabamos por tratar das ações de maior relevância da própria pasta de habitação da referida administração.

decente, poderia proporcionar alternativa salarial às próprias lideranças, isto sem ter de recorrer a terceiros. Mas o ponto é que o referido tema não faz parte da lista de prioridades do movimento, e isto nos permite supor que a atual conjuntura não é de toda mal.

Este último exemplo, extremo para o próprio itinerário da União, explicita bem o ponto a que podem chegar as distorções imanentes ao processo de relacionamento entre atores institucionais e não-institucionais. Para concluir este ponto, antecipamos aqui outra de nossas conclusões. Com fonte de recurso estável, fácil e certa, existem associações dentro da União (quando não a entidade geral, em alguns momentos), que passaram a depender visceralmente do espaço político ocupado pelo parlamentar, e por consequência da estrutura possibilitada pela política institucional. Se este tipo de conduta de relacionamento vem ocorrendo desde o início da trajetória da UMM, onde a ajuda financeira dada por parlamentares à entidade tinha caráter provisório, à medida que o tempo passou isto se transformou, nos dias de hoje, no típico exemplo do provisório que virou permanente. De auxílio pontual virou necessidade e criou dependência. “Adição”, se colocado nos termos da moda.

Vemos em todos esses casos, onde os aspectos negativos da profissionalização da militância foram salientados, dois eixos elementares, de onde derivam-se os pontos por nós criticados. Um deles é de ordem econômica, caracterizado pela criação de um tipo de vínculo político entre parlamentar e movimento social onde se atrela atuação legislativa com ajuda financeira à organização social. O outro é de ordem política, pois fundamenta opções eminentemente políticas, e consiste na eliminação, proposital ou não, das diferenças constitutivas intrínsecas aos entes em questão, no caso, movimento social e partido político.

Estes são, digamos assim, os fatores centrais de uma lógica perversa que vem subvertendo os princípios virtuosos que, desde o começo, pautavam o relacionamento entre os referidos atores políticos, vem se alastrando cada vez mais no bojo, tanto do movimento de moradia, quanto do partido político em questão⁷⁴. A

diante, as associações passarão a ter **donos**, e tornar-se-ão, ao nosso ver, em nada mais que *currais eleitorais*.

⁷⁴ É digna de nota a atuação do PT na busca por respostas aos dilemas originários do processo de institucionalização dos movimentos sociais. Após o 10º Encontro Nacional do partido, ocorrido em

movimento, está avançada⁷². De qualquer forma, um dos grandes desafios postos a associação-mãe hoje em dia é evitar que suas divisões internas tornem-se rígidas demais, a ponto de transformá-la em uma figura ilustrativa, sem força política real. Isto porque o risco da UMM tornar-se uma federação de movimentos é real, devido à intensa força originária dos interesses politiqueros, patrocinados por parlamentares, que busca votos⁷³.

O outro risco apontado anteriormente, e que também é fruto da confusão entre o agir político institucional e o não-institucional, é quando se vê profissionalização da militância (em ambos os sentidos desenvolvidos aqui) vinculada à questão, previamente discutida, da precarização financeira da entidade. Estes dois fatores, quando somados, acirram a busca rápida de soluções individualizadas do ponto de vista da sustentação econômica da entidade e das lideranças envolvidas. Um triste exemplo dessa realidade é a situação atual em que se encontra a sede da União: o aluguel, telefone, salário dos funcionários, impostos, água e luz são cobertos com dinheiro que advém do convênio com a ONG Miserior: quando este recurso não é suficiente, situação freqüente, o tesoureiro do movimento precisa recorrer a contribuições voluntárias.

Eis a ironia: o movimento que luta pela casa própria não consegue ter a própria morada. Vale lembrar que durante algum tempo, pelo menos entre os anos 1995 e 2002, a situação era ainda pior, pois parte importante das despesas fixas da associação-mãe era custeado por um parlamentar, membro das fileiras petistas, e muito ligado a um de seus movimentos regionais. Como é possível imaginar, durante os processos eleitorais, todo o local transformava-se em um grande comitê de sua campanha: mas o problema não para aí. Com a sua derrota, nas eleições de 2002, toda a parte do movimento social que o apoiava (aliás, dependia dele), mergulhou em uma grave crise de caráter político-econômico que acabou por arrastar a própria UMM/SP. É fato, declarado por membros de sua coordenação, que a UMM deveria discutir de forma séria uma saída permanente para a sua atual situação de penúria econômica, pois além de conseguir manter uma estrutura

⁷² Como dissemos, as associações que compõem a UMM têm muita autonomia em relação à entidade-mãe, e desta forma, as realidades encontradas nelas diferem muito uma das outras. Por isso, é fundamental fazermos as devidas diferenciações.

⁷³ Se avançarmos no tempo, e a conjuntura atual não for mudada, em breve poderá se ver o movimento a partir da figura do parlamentar que o apóia, e não o contrário; deste momento em

ele⁷¹; e pior ainda, quando disputas de cunho estritamente eleitoral, tal como a briga por votos, são transpostas, sem nenhuma mediação, para o ambiente interno da organização popular, para a convivência dos movimentos dentro da entidade geral. Estes pontos constituem-se, ao nosso ver, uma das grandes perversidades encontradas atualmente na relação entre parlamentares e União, e por isso serão mais bem trabalhadas agora.

No caso da UMM, a disputa interna motivada por conflitos externos à lógica de funcionamento *movimentista* tem ocorrido em intensidade cada vez maior, gerando consigo atrito crescente entre os movimentos regionais que a compõe. É a “luta pelo povo”, como se diz; é tensão que tem como pano de fundo o conflito decorrente da ampliação, ou diminuição, de base social, que em épocas eleitorais significa mais ou menos voto. Nesse sentido pode-se ver, mais uma vez, a própria identidade da organização popular sendo colocada em questão. É onde pode-se ver, também, a desqualificação do movimento social enquanto agente político transformador, que é sentido na postura das lideranças e dos agentes partidários, ao reduzir o papel da entidade a tarefa de mero organizador de base eleitoral, tornando-se elemento de relevância apenas para aglutinar “massa de manobra”. De modo a ilustrar esta sentença, cito João, em uma de nossas entrevistas:

“A desqualificação, em primeiro lugar... eu diria... ela se dá quando eles enxergam o movimento popular como agentes de segunda categoria e para uso próprio e para cabo eleitoral para o período eleitoral. Para fazer uso político nos encontros municipais de uma massa desinformada que não consegue ter senso crítico para apreender com maior profundidade o papel que está desempenhando nesse momento para certas intenções políticas internas. Então acho que isso é um processo de rebaixamento, de desqualificação do papel do movimento social e dos setores organizados que sempre apoiaram e sempre estiveram juntos historicamente com o PT”.

Em algumas associações dentro da União, a presença de elementos oriundos da lógica eleitoral, e incorporados à dinâmica dos movimentos, podem ser detectados mais facilmente. Nelas, a confusão sobre “o lugar das coisas”, ou seja, que tipo de postura é cabível em um partido e quais encaixam-se em um

⁷¹ Este é um dos resultados mais visíveis desse modo de se fazer política. O Deputado ou Vereador só é considerado comprometido com a questão da moradia se contribui economicamente com a entidade (de forma direta, ou indireta, bancando lideranças), ou seja, a relação é medida pelo montante de recurso transferido e não pelo compromisso do parlamentar com o tema da habitação em si, que fica, nestes casos, relegados a segundo plano.

Também é preciso considerar que este fator foi determinante no crescimento e amadurecimento dos movimentos populares urbanos desde os seus primórdios. E por último, é preciso levar em conta a existência de associações, dentro da própria UMM, que lidam bem com o fato de suas principais lideranças manterem vínculo empregatício com parlamentares⁶⁹. Entendemos que a profissionalização não é um mal em si, e existem experiências de relacionamentos onde ambos os entes políticos crescem na atuação conjunta.

Os pontos negativos do referido processo nada mais são que deformações de práticas pretensamente virtuosas, e são encontradas nos momentos cotidianos da interação entre movimento de moradia e partido político. É no dia-a-dia da política que o tema se conforma em problema, na medida em que vão ocorrendo pequenas distorções, deslizes que, por serem recorrentes, se consolidam com o tempo, e acabam minando o livre desenvolvimento dos entes envolvidos, principalmente dos movimentos.

E quando isso é notado? Quando vemos, por exemplo, um parlamentar, sem o menor vínculo com a temática habitacional, sem nenhum Projeto de Lei de autoria própria que dialogue com o referido tema, obter apoio político do movimento por que ele “libera” algumas lideranças em seu gabinete⁷⁰; ou mesmo quando o apoio financeiro do legislador torna-se fundamental para a sobrevivência cotidiana do movimento, solidificando laços de dependência visceral do movimento para com

Tem, mas as pessoas não participam. Preferem ver o jogo do Corinthians, São Paulo. Preferem ver a Rede Globo de Televisão e assim por diante.”

⁶⁹ Existem associações de sem-teto que conseguem delimitar os limites da influência do legislador na atuação de suas lideranças, e isto é possível por meio de negociação prévia sobre os papéis a ser desempenhado pelo mesmo, de modo a deixar claro as expectativas recíprocas de sua atuação. Analisar com detalhes o modo como estes acordos são estabelecidos também merece estudo específico.

⁷⁰ *Liberar*, na gíria da política significa profissionalizar uma liderança, de modo que ela fique *liberada* para atuar na região onde milita ou no movimento que faz parte. No nosso entender, o termo caracteriza a forma pejorativa de relação entre parlamentar e organização popular, até quando se evoca o sentido estrito da palavra, veremos que *liberar* nada mais é que deixar solto (o assessor parlamentar), o que na prática significa que ele terá pouco ou nenhum compromisso com as obrigações diárias de um gabinete parlamentar. Este tipo de relação é muito comum no contexto de mandatos que não tem produção legislativa no tema ao qual a liderança é ligada, e nada mais é que reflexo da incongruência entre a agenda do legislador e a pauta do movimento em questão; neste sentido, *liberação* (do militante) constitui-se parte de uma estratégia eleitoreira, que serve apenas ao objetivo de manter vínculo político com a base social. A profissionalização *liberada*, deste modo, é bem diferente da profissionalização *integrada*, que incorpora o tema e o próprio indivíduo no cotidiano do funcionamento da estrutura parlamentar.

profissionalizada, ou seja, ganhavam dinheiro para atuar politicamente. Devemos enfatizar que isto não é resultado de uma política deliberada do partido, e nem que isto tenha sido determinado por membros da gestão. Não é isso. A mencionada profissionalização da ação militante, neste caso, é fruto de um longo processo histórico, repleto de vicissitudes, e influenciado por vários vetores, tais como: a situação sócio-econômica do país e a consolidação do desemprego estrutural em nossa sociedade; a proximidade “orgânica” do PT (e de seus parlamentares) com os movimentos sociais; o aumento da estrutura e força política da União; o fracasso desta entidade em buscar fontes perenes de financiamento; enfim, poderíamos enumerar alguns elementos que contribuíram para a *lenta e gradual* passagem da militância voluntária para a militância profissionalizada, processo vivido pelas principais lideranças da União dos Movimentos de Mordida de São Paulo no decorrer de suas trajetórias políticas individuais⁶⁷.

A transformação por que passou o modo de se atuar politicamente dentro das organizações sociais, e que pode ser visto não apenas neste, mas em muitos outros movimentos sociais com características semelhantes à UMM, é freqüentemente apontado com um dos principais elementos negativos do processo de institucionalização dos movimentos sociais com inserção no cenário político nacional. É um tema arduo, e possibilita abordagens tanto a favor, como contra. Por um lado, a profissionalização da militância permite que a liderança possa trabalhar em prol do movimento com certa liberdade, gastando o seu tempo na árdua tarefa de construí-lo cotidianamente; que é muito difícil, haja vista o contexto social – como é o caso brasileiro – adverso à atuação política em que vivemos⁶⁸.

⁶⁷ Hoje em dia, somente uma das lideranças citadas não recebe qualquer tipo de ajuda de gabinete de parlamentares do PT, isto porque o movimento conseguiu, novamente por meio de financiamento externo de órgãos ligados a Igreja Católica, bancar esta pessoa como funcionário da entidade. Ao lado da secretária da União, estes são os únicos empregados do movimento. É importante lembrar que quando falamos em “ajuda financeira” isto quer dizer tanto as formas diretas de repasse, onde se caracteriza o vínculo empregatício, como as indiretas, que se dão por meio de repasses inconstantes.

⁶⁸ Um exemplo interessante das dificuldades cotidianas do agir militante pode ser vista no trecho da entrevista que fizemos com Mário, liderança da UMM: “*E quando eu falo assim, taxativo, é o seguinte: nós estamos num sistema capitalista. E esse sistema, ele separa as pessoas. Então é todo mundo no individual. Pra você conseguir formar uma associação de moradores num condomínio, onde as pessoas tem uma participação, pós-ocupação é muito complicado, muito difícil. Então assim, o que nós temos hoje de organização na cidade é a organização para o bem do capitalismo. Então quando nós conseguirmos em alguma comunidade, em alguns mutirões que nós construímos de um conjunto de 250 moradores, reunir 30, 40, nós temos que ficar felizes. Porque é muito complicado quando as pessoas entram nos conjuntos. ‘Ah Mário, mas tem o centro comunitário.’*”

Antes de começar a discorrer sobre o conteúdo do material coletado, é importante situar o leitor acerca de algumas informações de nossos entrevistados. Todos eles são militantes de longa data da UMMSP, sendo alguns deles inclusive os responsáveis por sua criação. Como dito anteriormente, estas importantes figuras da organização são, ou foram, representantes eleitos de seus respectivos movimentos de base na coordenação da entidade em nível estadual. Todos se consideram simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (a maioria é, inclusive, filiado), e hoje tem vínculo profissional com esta instituição partidária. Mas é importante dizer que a realidade não foi sempre esta.

Durante os anos do governo Erundina (1989-1992), cinco dos oito entrevistados tinham empregos no mercado formal propriamente dito (três em fábricas, um em empresa estatal e o outro em escritório de advocacia), outros dois eram jovens e não trabalhavam à época, e apenas um deles tirava o seu sustento da esfera política (era assessor parlamentar de um Vereador). Desde então a inserção profissional desses militantes mudou significativamente e todos, ao longo do tempo, acabaram por estabelecer vínculo, direto ou indireto, com o PT. Este dado não chega a impressionar, pois se relaciona com as transformações sócio-econômicas por que passa o país desde então. O advento do *desemprego estrutural*, marca do cenário social dos nossos tempos, influencia as escolhas empregatícias destes e de muitos outros militantes de movimentos populares por todo o Brasil. Mas não sabemos ao certo se as determina⁶⁶. De qualquer forma (e dentro dos limites propostos para este trabalho), o que nos interessa frisar é que houve uma mudança na vida profissional das lideranças da União que entrevistamos: ao longo da década de 90, todos eles passaram a relacionar militância política com sustentação financeira. Abriremos aqui um breve parêntese para tratar deste assunto, dada a relevância que tem no entendimento da realidade da luta popular hoje em dia, e depois retomarmos a análise das entrevistas.

Se no decorrer da década de 80 e começo dos 90, a maioria das lideranças entrevistadas militava de forma voluntária na UMM, durante os anos da gestão Marta, estas mesmas pessoas atuavam nos movimentos de forma

⁶⁶ Seria necessária uma outra pesquisa, dedicada a este tema em específico e mais voltada às histórias de vida individuais das lideranças mencionadas em nosso trabalho, para podermos avaliar o grau de influência do atual nível de desemprego encontrado na sociedade com as escolhas profissionais dos militantes da UMMSP.

organização popular em si, sua história, o modo como funcionam e até as opiniões pessoais de suas principais lideranças, fizemos ao longo do ano de 2005 uma série de entrevistas com os membros paulistanos da Coordenação Estadual da UMM em São Paulo, além de mais duas que fizemos com dois de seus líderes mais antigos⁶⁵.

Pode-se ver no material colhido uma interessante reconstituição do itinerário político da União, em uma visão fragmentada, mas rica em detalhes. Cada entrevistado aborda a trajetória da associação-mãe a partir do percurso de seu movimento específico, e é sob esta condição, regional, que avaliam o desenrolar da conjuntura política que os envolve. Este material é o ponto de partida da tentativa que fizemos de elaborar uma avaliação do governo Marta feita sob a ótica dos militantes de movimentos sociais ligados a UMM. Nossa idéia nunca foi chegar a uma análise que representasse a opinião oficial da entidade, mesmo porque isto só seria viável se ela própria tivesse elaborado um documento nesse sentido, coisa que não fez.

Nosso interesse com as entrevistas era obter uma idéia geral de como estas lideranças avaliam a referida administração, mesmo partindo de análises pessoais, e a partir dessa reflexão discutir os seus parâmetros conceituais. Isto porque o resultado final desse processo de bricolagem de opiniões individuais é um interessante retrato, mal definido é bem verdade, da relação entre movimento social, partido político e governo nos dias de hoje. Nas entrevistas é possível ver as contradições, as crises, os conflitos, as vitórias e as derrotas que são vivenciadas cotidianamente por lideranças que fazem parte de um movimento social brasileiro de grande porte. Nessa narrativa veremos também expostos os mal entendidos, as críticas e os acordos que marcaram a trajetória política da União durante os anos em que Marta Suplicy esteve no comando da Prefeitura de São Paulo.

⁶⁴ Neste ponto em específico devemos agradecer a ajuda de Nelson Baltrusis, pois sem ela não teríamos tido a oportunidade de ter acesso a tão valioso material.

⁶⁵ As entrevistas, cujo questionário segue em anexo ao corpo deste texto, tem caráter estritamente qualitativo e segue formato aberto. Ele foi elaborado tendo por base textos produzidos pela própria União para duas ocasiões especiais e que foram previamente tratadas: o primeiro foi escrito para ser entregue à Prefeita, em mãos, e o segundo foi o texto que articulou o conjunto de propostas apresentado pelo movimento na 1ª Conferência de Habitação da cidade. Nossa intenção, deste modo, é coletar a opinião pessoal dos entrevistados acerca do governo Marta Suplicy a partir de suas próprias expectativas para a Secretaria de Habitação. É importante dizer que alteramos os nomes das lideranças citadas nesse trabalho, portanto, Jussara, Zito, Manuel, Solange, Roberto, João, Mário e José, não passam de designações fictícias.

um novo ideário de política pública de roupagem democrática, mas que na verdade está permeada de valores autoritários.

O movimento

Para completar a última parte deste capítulo, focalizaremos nossa análise na percepção da União dos Movimentos de Moradia sobre a gestão Marta Suplicy: como avaliam seus pontos positivos e negativos, como sentem o impacto deste governo na luta por habitação na cidade de São Paulo e, por extensão, na sua própria entidade. No caso de nossa dissertação, a parte a ser desenvolvida daqui a diante é de grande relevância, pois é nela que avaliaremos, de forma pormenorizada, as concepções desenvolvidas e as posturas tomadas pelo movimento durante o curso histórico abordado. Perguntas que para nós são de grande relevância, tais como o entendimento das lideranças da UMM acerca das potencialidades, problemas e virtudes, existentes na relação política estabelecida entre movimento social, partido político e governo, serão abordadas a partir de agora.

É importante salientar a dificuldade que tivemos em obter informações sobre a organização popular em questão, e isto decorreu do fato de este movimento, em particular, quase não ter produção intelectual escrita própria, e que, quando somado a outra dificuldade por nós encontrada, a pouca quantidade de material, mesmo elaborado por terceiros, sobre a União, fez com que nossa tarefa se tornasse bem difícil⁶³. O que encontramos publicado foi o jornal da entidade⁶⁴, mas que teve curtíssima duração, o livro realizado pela UMM em conjunto com a FASE (ambos previamente citados), e uns poucos relatórios feitos pela coordenação executiva do movimento para prestação de conta da entidade junto a instituições estrangeiras que o financiam. Para contornar a escassez documental sobre a

⁶³ O problema da falta de acervo escrito próprio, e que trate dos mais variados temas, mas principalmente relativo à história da entidade, é detectado por grande parte das lideranças da UMM. A questão é que pouco se faz para mudar este cenário.

poder público, a Prefeitura sob o comando de Marta Suplicy fez o inesperado: pouco, ou quase nada do que foi deliberado na conferência foi executado (vide exemplo já descrito e analisado neste trabalho). Se analisarmos detalhadamente o fato veremos que a atitude de paralisia da PMSP transparece, na verdade, uma concepção de prática política onde debate público e ação social andam em separado. Isto no plano real, pois do ponto de vista discursivo andam juntas. Pode parecer confuso, mas não é.

Para esta administração é perfeitamente possível convocar os munícipes para participar da elaboração de propostas para o seu próprio futuro e depois, como num passe de mágica mal intencionado, tudo o que decidiram, e que seguiu rigoroso *script*, em vez de ser implementado vira sugestão para os outros, caso queiram, fazerem. Em vez de se tornarem atores, viram platéia; em vez de atuar, assistem os outros fazê-lo. E mesmo que tudo isso fosse uma pasmaceira geral, como de fato foi, isto não impediu que os processos participativos levados a cabo pela gestão ocupassem lugar de destaque na propaganda de governo.

O resultado, efetivo, da Conferência de Habitação nos leva a refletir sobre o real motivo, e as conseqüências imediatas, de todo este embuste. Ao conclamar todos os movimentos sociais (neste caso, os mais organizados e influentes da cidade, diga-se de passagem) para o debate público e não cumprir com o que foi mutuamente, democraticamente, acordado, o governo sinaliza para a sociedade que este tipo de prática política, a participativa, não deve ser levada a sério. O processo participativo em si, torna-se, portanto, um meio para dissuadir as organizações populares, e pode ser visto como parte de uma estratégia tipicamente autoritária, que flerta com os mecanismos democráticos de distribuição de poder mas quer, na verdade, concentrá-los ainda mais. O poder político de fato continua nas mãos de quem sempre o deteve. Esta forma de agir politicamente na sociedade é enganadora, e conduz os atores em cena ao erro. Na gíria política, isto não passa de “**grupo**”; chama-se o movimento social para a participação com o intuito, escamoteado, de enganá-los.

Retomaremos esta discussão mais a frente, quando abordaremos o tema da participação política como nova forma de controle social, como parte constitutiva de

Segundo esta concepção, a administração não tem obrigação de se pautar pelas decisões coletivas e o caráter participativo das iniciativas citadas diz respeito ao fato dos cidadãos poderem explicitar posições e serem ouvidas pelos seus governantes. Esta maneira de entender a forma participativa, que separa ação concreta e debate público, faz parte da concepção que esse governo acabou criando não só para a área de habitação, ao nosso ver, perpassou todos os espaços onde houve interação entre estado e sociedade civil⁶².

A administração, neste sentido, tem a prerrogativa de implementar, ou não, as decisões tiradas coletivamente, pois cabe somente a ela avaliar a possibilidade de efetivá-las; é o governo que detém os instrumentos necessários para fazer o correto julgamento político, e não as organizações civis. Deste modo é anulado, por completo, o caráter decisório da participação popular nas ações do governo: a interferência desejada está restrita ao nível discursivo, ao plano de sugestões que podem ou não ser acatadas. Vejamos como isso se deu na área de habitação, e para tanto retomaremos, a título de exemplo, a Conferência de Habitação, realizada em 2001.

Para realizar a 1ª Conferência Municipal de Habitação, a PMSP elaborou um arrojado calendário de atividades preparatórias que a antecederiam, naquilo que se tornou o mais importante debate público já realizado sobre o tema na cidade. As Pré-Conferências, como estas atividades foram designadas, foram realizadas em todas as regiões de São Paulo, entre os meses de maio e junho. Contaram com a presença de mais de 20.000 pessoas e onde foram eleitos cerca de 2.230 delegados, em sua grande maioria representantes dos movimentos de moradia. Acreditando que pela primeira vez na história da metrópole as organizações sociais poderiam influir diretamente nas políticas públicas na área de habitação, estas entidades prepararam-se para os debates redigindo documentos, como citado anteriormente no caso da UMM.

Após a conclusão das longas etapas de discussão, e as subseqüentes votações onde eram elencadas as prioridades, chegou-se ao documento final, contendo as deliberações de um processo onde mais de 25.000 cidadãos tomaram parte. Diante de tão relevante escrita, produção que em outros tempos seria elevada à categoria de carta magna e pautaria daí em diante a ação social do

⁶² Novos trabalhos, em fase de conclusão, também abordam o tema, como na dissertação de mestrado

se transformaram em ações práticas, sendo este um dos motivos que levou as lideranças da UMM a tecer duras críticas às políticas participativas deste governo⁶⁰.

No caso do Fundo e do Conselho Municipal de Habitação, um dos únicos lugares institucionalizados de interação entre governo e as organizações não-estatais existentes na PMSP, as críticas não diferem muito do que já vinha sendo pontuado anteriormente. O fato de terem sido reformulados no decorrer do governo Marta tornou-os mais atrativos do ponto de vista político, sendo inclusive mais valorizados pela sociedade civil paulistana que milita na área. O problema, mais uma vez, é que sem os recursos políticos necessários para implementar as suas deliberações, o espaço que deveria legitimar um determinado tipo de prática política, caracterizado por ter um “pé” dentro da institucionalidade e o outro fora, acabou servindo para muito pouco; muitas reuniões, poucas decisões⁶¹. Vale citar que durante o primeiro ano da gestão Serra, o Conselho Municipal de Habitação caracterizou-se por ter se tornado um lucrativo balcão de negócios, onde apenas os representantes de movimentos de moradias pertencentes ao campo político do Prefeito tinham as suas demandas atendidas, e de forma individual, em troca da manutenção do apoio político. Mas isso é outra história.

Posto isso, podemos antecipar uma de nossas conclusões, qual seja, que a gestão Marta se caracterizou por ter prestado um dos maiores desserviços às políticas participativas desenvolvidas nesse país, e isto por conta de sua postura, no mínimo, inadvertida para com eles. Mas também explicita posicionamentos escusos e intenções não declaradas. Trata-se de um sistema participativo onde a gestão não assume compromissos com a execução das deliberações finais das Conferências, plenárias, etc.

Ao analisar as formas participativas desenvolvidas pela Sehab, em especial a Conferência de Habitação, vimos a negligência por parte do governo em efetivar tudo o que fora democraticamente deliberado nos fóruns participativos. É justamente no papel desempenhado pelo estado que reside, a nosso ver, o problema central das formas de ação participativa concebidas nesse período.

⁶⁰ As críticas dos militantes da UMM tanto ao OP como à Conferência de Habitação são temas de nosso próximo capítulo.

⁶¹ Segundo opinião de um membro da UMM no Conselho, as grandes realizações deste espaço, nesse período, dizem respeito ao funcionamento interno da Sehab, portanto de ordem burocrática, mas com influência na operação cotidiana da Secretaria e, portanto, na implantação da política habitacional na cidade por extensão.

passagem), não puderam ser colocados em práticas instrumentos como as ZEIS ou a Edificação e/ou Parcelamento Compulsório, tão importante para a UMM.

Do ponto de vista da participação popular na área de habitação, a realização da Conferência Municipal de Habitação, entre os dias 7 e 9 de setembro de 2001, foi sem dúvida nenhuma um grande feito. Segundo a análise de Amaral contendo um resumo do documento confeccionado pela UMM especialmente para o evento:

“... o documento da União dos Movimentos de Moradia, que levantou pontos gerais, em que situava o problema da habitação, e discutia as principais questões colocadas hoje na cidade, apresentando sugestões e reivindicações desenvolvidas nos seguintes tópicos:

- *Não pagamento da dívida herdada das administrações anteriores;*
- *Implementação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, participação na elaboração do Plano Diretor;*
- *Revisão do Fundo e do Conselho de Habitação;*
- *Definição de uma política de subsídios;*
- *Política de terras;*
- *Estímulo à autogestão;*
- *Descentralização administrativa;*
- *Integração dos programas sociais com a habitação;*
- *Programa para as áreas de preservação ambiental;*
- *Eleição da Comissão provisória de representantes*⁵⁹.

Como o ocorrido na maioria dos espaços participativos criados ao longo da gestão, a União agiu ativamente em todo o processo. Os movimentos de moradia mobilizaram as suas militâncias, trouxeram as propostas e mantiveram-se firmes na defesa de suas demandas, aprovando grande quantidade de resoluções que fizeram parte do documento final do referido encontro. Mas de todas as reivindicações propostas no documento acima, este que era o eixo da atuação da UMM no decorrer da Conferência, apenas os pontos que diziam respeito às esferas da participação popular no governo foram aceitas e levadas à frente no transcurso da administração, e com problemas, como veremos adiante. Das deliberações levadas à plenária final, a de maior relevância para o tema da habitação dizia respeito à destinação de 5% do orçamento municipal para esta área; apesar de aprovada e de constar no documento final da Conferência, não foi implementada. Assim como no caso do Orçamento Participativo da PMSP, apesar da ativa participação dos movimentos sociais nestes espaços, poucas de suas resoluções

⁵⁹ AMARAL, *op cit.* Pg 59.

O gasto médio anual com a pasta ficou em 2,5% das despesas gerais do município, o que, se comparado com as quatro últimas gestões na PMSP, a coloca a frente apenas do governo de Paulo Salim Maluf. Do total de unidades habitacionais produzidas ao seu término, cerca de 28 mil, 14 mil se referem a casas construídas pelo processo de mutirão autogestionário, método construtivo de relevância fundamental para a União dos Movimentos de Moradia, como extensamente abordado neste trabalho. Nenhuma delas foi iniciada na gestão, pois **todas** estas obras, todas estas unidades habitacionais entregues se referem a conjuntos residenciais remanescentes do governo Erundina, e não concluídos em governos anteriores. No caso dos 38 novos convênios assinados durante o período em que Marta esteve à frente da PMSP, apenas um teve suas obras começadas até 2004. Cito balanço final da Sehab, conforme documento elaborado para a campanha eleitoral de 2002:

“Eleições 2004 – Campanha para Prefeitura de São Paulo

Programa de Mutirão retoma projetos paralisados e beneficia 14 mil famílias

Paralisado nas duas gestões anteriores (Pitta e Maluf), programa de construção de moradia foi retomado em 2001 e está beneficiando, atualmente, 14 mil famílias. Foi concluído tudo o que foi iniciado na primeira gestão do PT e foram assinados 34 novos convênios nesta gestão. Até o fim deste mandato, devem ser feitos mais quatro convênios.

• Só com a retomada das obras que ficaram paralisadas nas duas últimas gestões, a Prefeitura de São Paulo, em convênio da Sehab e Cohab-SP, já atendeu com o Mutirão 7.006 famílias.

• 371 unidades em três mutirões foram inauguradas, neste ano:

• 121 sobrados no Jardim Rincão, zona norte;

• 40 apartamentos em Santo Amaro, zona sul;

• 210 sobrados no Capão Redondo, zona sul.”⁵⁸

No que diz respeito aos marcos legais da política urbana foi aprovado o Plano Diretor Estratégico, bem como as suas peças complementares, os Planos Diretores Regionais. Mas para a luta pela moradia, em específico, pouco mudou. Ambas as legislações não se converteram em vitórias concretas para a União, pois alguns dos seus elementos constitutivos mais importantes para a luta por moradia não foram viabilizados ao término da gestão, seja por depender da conclusão de procedimentos administrativos que não foram realizados, seja por necessitar de marcos regulatórios específicos a serem aprovados pelo Executivo e/ou Legislativo. Desta forma, no fim do governo Marta (e até os dias de onde, diga-se de

⁵⁸ Dados encontrados em documentos de divulgação da gestão Marta Suplicy.

Nos termos descritos, a afirmação de que as portas da Secretaria estavam sempre abertas aos movimentos toma outra conotação, sentido antagônico ao pretendido pela publicidade governamental. Neste contexto, algumas perguntas poderiam ser feitas: de que adiante ser interlocutor nessas condições? Que tipo de interlocução é essa? A quem serve? Qual é a consequência política de um tipo de relação pautada por preceitos autoritários, onde é necessário submeter o outro? Qualquer negociação política nestes termos é inviável.

Até mesmo em momentos onde Sehab e UMM poderiam atuar em conjunto, como na luta para se obter maior participação nos recursos públicos, a serem obtidos por meio de pressão na chefe do Executivo, no Secretário de Finanças e até mesmo nos Vereadores; nada disso se concretizava, pois qualquer ação dessa ordem era inviabilizada no seu início. Criaram-se espaços fechados a influências políticas vindas de fora do governo para que as escolhas governamentais se dessem em ambiente controlado. O orçamento da PMSP, na administração Marta Suplicy, manteve-se fechado ao alcance público, e a situação financeira da Sehab ao longo da gestão só explicitou o que havia sido afirmado desde o seu início: a pasta de habitação não era prioridade para o governo; e não foi mesmo. O único ator político que poderia ter mudado esta realidade e feito valer sua força política e eleitoral fora domesticado, pois os movimentos de moradia estavam amarrados (“por cima”, como se diz; por suas “cabeças”). É interessante notar que mesmo incapaz de intervir nas diretrizes e nas grandes disputas dentro da gestão – brigas essas que, ao nosso ver, realmente importavam - o movimento era instigado a envolver-se em conflitos menores e que deveriam ficar restritos às esferas de governo, como as que aconteciam em torno de cargos vagos a serem preenchidos, brigas entre parlamentares que gostariam de exercer mais influência neste ou naquele órgão da Prefeitura, etc.

Os números finais da Secretaria de Habitação no governo Marta expõe a mediocridade de uma administração fechada em si mesma e que não conseguiu criar nenhuma política inovadora na área. Isto ocorreu pelo fato de se ter apostado todas as fichas em programas rápidos, de baixo custo, como é o caso do Programa de Regularização Fundiária (ponto mais marcante na pasta, segundo as lideranças dos próprios movimentos de moradia).

política é a boa governança da máquina pública, única e exclusivamente; todos os demais atores presentes neste cenário deveriam estar a serviço da política institucional, caso contrário estariam contra ele. Tanto que, para se ter um exemplo do ponto a que chegou a situação, até o partido político (em nível municipal) foi submetido ao controle da gestão da Prefeitura, tornando-o mais um dos seus instrumentos de sua ação política. Exemplo digno de nota foi a iniciativa, tomada pelo Diretório Municipal do PT, de expulsar do partido, por duas vezes, o Vereador Carlos Gianazzi, por ele se recusar a votar com o governo em dois momentos distintos. Em ambos os casos, a decisão foi revista pela instância partidária estadual.

Observamos que o tipo de governabilidade construída no decorrer da gestão Marta causou um *mal maior* ao modo de agir político dos movimentos sociais, justamente por ter causado a sua descaracterização. A UMM teve as suas fronteiras dissolvidas, tudo aquilo que delimitava os seus contornos, que lhe conferia identidade, dissolveu-se; durante os anos da administração Marta, tornou-se tarefa difícil distinguir o que era estrutura do movimento com o que era estrutura do governo.

E isto porque não poderia haver formas distintas e independentes de se atuar na política a não ser a institucional; não havia separação entre atores que fosse admissível a este modo de governar, pois tudo estava, e deveria estar, ao alcance de seus longos “tentáculos”. Controlar as lideranças populares, e desta maneira o movimento social como um todo, por meio do emprego do poderio econômico foi uma conduta fartamente utilizada, e onde a carência de estrutura financeira da UMM fez-se sentir; tornou-a vulnerável⁵⁶. Com isso, nem os rotineiros confrontos entre movimento e governo que marcaram a gestão Erundina ocorreram: não houve ocupações do gabinete do Secretário, nem as freqüentes manifestações na porta de Sehab, e muito menos as ocupações de prédios públicos municipais. Nada disso ocorreu. Todos os possíveis momentos de tensionamento com o movimento de moradia foram anulados por uma política de governo eficiente. Muito eficiente mesmo.

⁵⁶ Esta sua fragilidade deve-se principalmente às precárias condições financeiras da entidade, e de seus militantes, como abordado posteriormente neste trabalho.

⁵⁷ Na próxima parte de nosso trabalho, veremos como as lideranças do movimento analisam as próprias dificuldades da sua entidade.

as próprias lideranças do movimento reconhecem que as organizações populares estiveram nesse período em condições inferiores para enfrentar o estado. Ou seja, as condições estruturais dos diferentes entes políticos constituíram-se em diferencial para influir nos possíveis resultados da interação. Assim vemos uma administração pretensamente de esquerda se valer de instrumentos políticos que outrora eram caracterizados como pertencerem à direita, com um tipo de conduta política autoritária e conservadora.

Aí está uma das novidades do momento histórico analisado. O que diferenciou o segundo governo petista de São Paulo do primeiro (para citar um exemplo) é que, dessa vez, a UMM estava mais do que nunca em condição de fragilidade⁵⁶. E essa fragilidade foi explorada pela gestão para mantê-los sob controle político. Este controle se dá pelo fato de a maior parte das lideranças da União ter vínculos empregatícios à época seja com a própria administração, seja com o partido ou gabinete de seus parlamentares (situação muito diferente dos tempos de Luíza Erundina). Estes vínculos eram usados com ponto de partida para a freqüente prática de pressão individual nos líderes sociais, de forma a desencorajá-los a levar à frente ações coletivas que por ventura viessem a desgastar a gestão. Obviamente deve-se evitar perigosas generalizações: não estamos falando de todos os dirigentes do governo ou do partido, e nem de todas as lideranças parlamentares.

Estamos tratando do *modus operandi* que marcou o funcionamento do governo em sua totalidade. Esta prática, aliás, de lançar mão de um tipo de instrumento antidemocrático (para ser brando com as palavras) não estava restrito à interação com os movimentos sociais. Outro exemplo de como esta lógica perversa impregnou a administração pode ser vista na relação estabelecida entre poder executivo e poder legislativo municipal. Todos os vereadores da bancada petista que não votavam sistematicamente com o governo foram aos poucos sendo estigmatizados, e ganharam a alcunha de “PT do B”.

Sem dúvida estamos diante de uma forma de governar que levou ao limite o pragmatismo político, marcadamente autoritário, justamente por impor como objetivo final de toda a ação política no ambiente político o “bem-estar” da administração do estado. O que importava para esta forma de entender e fazer

mais chamativas do relacionamento entre UMM e gestão Marta, a começar por aquilo que mais nos chamou a atenção, qual seja, o *estado de ânimo* dos sujeitos durante o processo de interação: tudo foi tranqüilo, demasiadamente tranqüilo, suspeitadamente calmo; pacato sem dúvida nenhuma. Ao longo de quatro anos de governo da maior metrópole do país, com problemas sociais de magnitude colossal, o que presenciamos foi algo que se assemelha a uma trégua. Em vez de esses atores políticos brigarem entre si, o que seria natural em uma conjuntura social como a que vivemos; tencionarem mutuamente por mais recursos e questionarem com os outros por mais recursos também, inclusive conclamando aliados a entrarem nessa batalha; mas não, não foi isso que presenciamos. Nada disso ocorreu na relação entre União dos Movimentos de Moradia e governo Marta Suplicy. A entrega da carta à Prefeita e a realização de um ato público, em maio de 2002 (onde se ocupou temporariamente prédios abandonados no centro da cidade), foram as duas grandes iniciativas da União dos Movimentos de Moradia em São Paulo no período analisado⁵⁵.

Não que inexistissem elementos positivos, como a importante iniciativa, tomada por parte da administração, de reconhecer como legítimo um interlocutor com as características da União, fato realmente relevante, sem dúvida nenhuma (bordão exaustivamente repetido pelos membros do governo). Ainda mais em um país como o Brasil, de cultura política repleta de elementos autoritários e onde é comum ver tentativas de criminalizar as ações dos movimentos sociais. Teima-se ver baderna, onde há política. Mas é pouco, ainda mais quando se trata de um governo de esquerda, encabeçado por um partido com a história do PT. Reconhecer o movimento social como interlocutor do estado é uma parte do processo de democratizar o acesso à máquina pública, mas não corresponde a totalidade dos problemas encontrados nesse tipo de relacionamento. Ainda por cima quando entendemos que estar aberto, de fato, ao diálogo, de “peito aberto” como se diz, é algo que precisa ser verificado, analisado em sua plenitude.

No caso do governo Marta, o problema não está simplesmente no fato de se tratar de um diálogo entre atores com estruturas tão díspares, mas sim no fato de que esta disparidade foi usada para subjugar o outro. Como veremos mais à frente,

⁵⁵ Também foram feitas manifestações esporádicas por mais verba ao longo desses anos, principalmente nos momentos que antecediam a votação do orçamento municipal na Câmara de Vereadores, mas só. Em âmbito municipal, relativo à Prefeitura de São Paulo, foi isto.

Agora, e se tudo o que foi reivindicado, fosse viabilizado, a avaliação final do governo Marta seria positiva? Não! E por isso, nessa altura do trabalho, é essencial que retomemos nossa indagação central: mesmo que toda a extensa pauta fosse realizada, e não foi, isso não satisfaria nossa inquietação, simplesmente não dá conta de nosso problema, pois o que está em questão não é o atendimento das reivindicações populares em si, mas **como** isso é feito; é o processo de interação que nos interessa, e não as inúmeras variáveis que decorrem do mesmo. Faz toda a diferença quando o governo se propõe a negociar com o movimento, de igual para igual, respeitando as diferenças intrínsecas de cada ator e não se valendo dos inúmeros instrumentos que tem à mão para fragilizar, ou lidar com fragilidades existentes, em momentos de tensionamento, e é isso que nos interessa analisar.

O resultado concreto da negociação depende de variáveis outras, que podem ou não ser resolvidas, e não condicionam, não determinam a análise do processo em questão em termos de seu sucesso, ou de seu fracasso. O que está em jogo na relação política entre governo e movimento social é algo significativamente maior que o atendimento das exigências populares, diz respeito à própria existência de organismos políticos que não pertencem à esfera da política institucional⁵⁴.

De nada adianta ter as portas sempre abertas para os movimentos populares, entregar-lhes as chaves inclusive, se não se está aberto, de fato, a negociação em sentido amplo, sobre todos os temas, e sujeito a todas as vicissitudes intrínsecas a este tipo de ação. Ou o que se quer na verdade é outra coisa, é torna-los partícipes de todos os dramas que acometem a instituição, não para municia-los, mas para torná-los reféns e cúmplices dos mesmos vícios que aprisionam o poder público?

A retomada que fizemos do tema central de nossa investigação tem como objetivo resgatar os elementos críticos que nos serão importantes para analisar não somente a administração em pauta, mas também o papel político desempenhado pela organização popular em questão. É sob este aspecto que veremos as facetas

⁵⁴ Como vimos na trajetória da União, durante os anos Maluf/Pitta, o movimento não teve parte importante de suas demandas atendidas, mas mesmo assim conseguiu sair fortalecido desse período, porque se manteve firme em sua postura combativa à um modo de governar que, com o tempo, desfaleceu diante das denúncias de corrupção. Na política, assim como em outras esferas da vida, pode-se perder uma batalha e sair-se vitorioso, assim como pode-se ganhar uma e sair completamente derrotado.

- *Viabilizar o Morar no Centro com dignidade, destacando as necessidades de elaborar diagnóstico da situação e propostas para as áreas de cortiço, assim como fazer iniciativas para agilizar os projetos em parcerias com o PAC (Programa de Ação em Cortiços) e PAR (Programa de Arrendamento Residencial).*
- *Desenvolver propostas para favelas, como a reformulação do Programa Cingapura, promover a urbanização de favelas com regularização fundiária, e formar grupo de trabalho para discutir área de risco.*
- *Articular a política habitacional com as demais políticas sociais, relativos à educação, lazer, geração de emprego e renda “.*⁵³

A estas demandas deve ser somada uma outra, de importância fundamental, até para que todas as outras fossem viabilizadas de fato: a aprovação de lei que regulamentasse as transferências financeiras do orçamento geral para a Sehab.

A União, seguindo os exemplos dos movimentos de saúde e educação que após anos de luta conseguiram aprovar leis que fixaram determinadas porcentagens para gastos nestas áreas, a chamada *vinculação de receita*, exigiu que o mesmo mecanismo legal fosse criado para a pasta de habitação. A meta requerida pelo movimento era que os gastos relativos ao tema não ficassem abaixo dos 5% em comparação com o orçamento total da PMSP; um valor alto para os padrões da Prefeitura, mas consideravelmente abaixo do necessário, quando se tem em vista a dimensão dos problemas habitacionais da cidade. Com isso, a UMM esperava que o empenho do governo no tema pudesse pelo menos amenizar o caos deixado pelos anos Maluf/Pitta, de modo inclusive a premiar a sua brava resistência política neste período.

Terminar obras iniciadas e não concluídas; iniciar novos empreendimentos; participar de sua elaboração, mas não só, participar de toda a gestão da política habitacional; criar uma política de financiamento para habitação de interesse social; participar da política urbana a ser desenvolvida para a cidade e implementar o Plano Diretor Estratégico. Se analisarmos todo este rol de reivindicações, veremos que apesar de amplo, estão em pleno acordo com a própria trajetória da União; começaram reivindicando casa e à medida que se desenvolveram enquanto organização política, ampliaram o entendimento do problema habitacional, inserindo-o em um plano muito maior, que tornou fundamental reivindicar a cidade, e ter as suas próprias propostas para ela.

⁵³ AMARAL, *op cit.* Pg 53

Por essas razões, dentre outras, a escolha da pessoa que comandaria este órgão foi complexa, seguindo critérios técnicos e políticos, e levou em conta, necessariamente, o fato de ela estar muito ligado à temática urbana, além do fato de pertencer aos quadros do Partido dos Trabalhadores e ser pessoa de confiança da Prefeita eleita⁵².

Com um razoável poder político em mãos, o chefe da Secretaria também tinha muitos problemas a resolver. Um deles era lidar com o maior movimento popular urbano em atividade na cidade: a União dos Movimentos de Moradia. E a iniciativa estava com eles. No segundo mês de governo, a UMM marcou uma audiência com a recém empossada Prefeita, onde lhe foi entregue uma carta contendo uma série de reivindicações. A abordagem mais interessante do evento é descrita por Amaral:

“Em fevereiro de 2001, a União dos Movimentos de Moradia entregou um ofício dirigido à Prefeita, ao Secretário de Habitação e ao presidente da Cohab, no qual após citar suas lutas históricas com as administrações malufistas, apresenta uma síntese de suas propostas e reivindicações:

- *Priorizar os processos em tramitação, concluir os mutirões paralisados ou em andamento; priorizar a regularização dos conjuntos, a implantação dos equipamentos públicos e das políticas sociais propostas na campanha eleitoral. Em relação aos convênios assinados e não iniciados, adotar as medidas necessárias para viabilizar seu início. E também definir uma política de financiamento municipal que atenda as famílias de baixa renda, por meio de subsídios.*
- *Garantir a participação popular, em que a população seja sujeito da política habitacional, desde sua concepção até a implantação de suas intervenções, fortalecendo as organizações autônomas da sociedade, e estimulando sua organização, e que a moradia seja um grande fator de mobilização na reconstrução da cidade. Neste sentido, indicavam a necessidade de criação ou reformulação dos seguintes instrumentos: Conferência de Habitação; participação das associações em todas as fases de decisão e implantação dos projetos.*
- *Produzir novas unidades e reformular o programa de mutirão. Implantar uma política de terras, utilizando instrumentos como: Zeis que contribuem para a redução do custo da terra. Desapropriar terrenos, financiar aquisição de terras, e estimular para que associações adquiram terras, além de disponibilizar os próprios municipais e terrenos ociosos.*

assim como o balanço da ação das lideranças popular no governo será abordado posteriormente nesse trabalho.

⁵² É bom lembrar que durante o processo eleitoral de 2000, o então Deputado Estadual Paulo Teixeira, escolhido após a eleição como titular da pasta de habitação, pleiteou, o tempo todo, a vaga de Vice-Prefeito na chapa de Marta, mas o embate com outro pretendente, Arlindo Chinaglia, foi traumático. Para por fim ao conflito interno é que surgiu, como proposta de consenso, o nome de Hélio Bicudo.

poderia influenciar muito o rumo dos próximos pleitos. Até por isso, ele tornou-se emblemático em muitos sentidos. Principalmente na relação que foi estabelecida entre movimento social, partido político e governo.

A gestão

A Secretaria de Habitação tem grande peso político no âmbito do Município de São Paulo. Ela possui um dos maiores orçamentos e tem grande capacidade de realização; pode fazer muitas obras, em ações com grande visibilidade política. Têm também uma estrutura interna considerável, com muitos funcionários e razoável número de cargos em comissão a disposição do Secretário, os chamados “cargos de confiança”. Além disso, tem uma das maiores empresas públicas do Estado paulista, a Cohab (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo), que lhe confere uma significativa capacidade operacional. A Sehab é, portanto, um dos espaços políticos mais relevantes, e disputados, dentro da estrutura da PMSP, e o seu Secretário uma personalidade política de primeira linha, figura destacada em um meio de dura concorrência, como é o caso do ambiente partidário paulistano.

Desde os primeiros dias da posse da nova administração no órgão, a UMM posicionou-se como seu interlocutor de destaque. Ainda na fase de estruturação da secretaria, dois membros de movimentos de moradia ligados à entidade foram convidados a fazer parte do gabinete do secretário, com a tarefa de estabelecer um canal de contato direto entre ambos os atores. Estes dois indivíduos, lideranças da maior grandeza para a União, desempenharam no decorrer do tempo um papel importante no “meio de campo” entre governo e movimento, e sua atuação teve início antes mesmo da gestão começar, pois a própria opção de nome para estar a frente deste órgão de governo teve, como um dos motivos, a sua fluência junto aos movimentos⁵¹.

⁵¹ A UMM atuou muito nos bastidores para influenciar na escolha do secretário, e a partir de determinado momento, foi de grande importância para mantê-lo no cargo. Esta atuação,

lastimável em que se encontrava a própria máquina pública. Um caso que ilustra bem as dificuldades que marcavam o período era a situação em que se encontrava a Secretaria Municipal de Habitação, com sua estrutura administrativa sucateada e onde havia inúmeros contratos sob suspeita de superfaturamento, principalmente nas obras e projetos da grande ação habitacional da dupla Maluf-Pitta: o Programa Cingapura. Também é importante lembrar que o nível de endividamento do município era muito elevado, e o acordo de renegociação de sua dívida junto a União, firmado nos últimos anos da gestão Pitta, regulamentou o seu pagamento em patamares altos, que ainda hoje chegam a retirar cerca de 13% do orçamento total da metrópole. Isto terá um efeito negativo na capacidade de ação da Prefeitura, como veremos a frente.

Outro dado relevante da época diz respeito à grave situação econômica que o país enfrentava, com efeitos devastadores na vida da população carente, causados principalmente pelo desemprego estrutural. Isto é evidenciado se observarmos, por exemplo, os números do enorme déficit habitacional na cidade de São Paulo. Adauto Cardoso, no volume 21 da coleção que citamos anteriormente⁵⁰, coloca alguns dados importantes: segundo levantamento da FIPE, em 1994 havia cerca de 600.000 pessoas vivendo em cortiços na cidade de São Paulo; já de acordo com o Centro de Estudos da Metrópole, a população que vive em favelas é estimada em 1.160.000 pessoas; para completar o esse quadro, dados da própria PMSP identificam um número aproximado de 1.600.000 cidadãos vivendo em loteamentos irregulares (excluídos daí os que vivem em favelas). A análise de Cardoso vai mais longe, mas com os números citados já podemos vislumbrar o enorme desafio encontrado pelo governo que se iniciava.

A isso devem ser acrescentados outros dois pontos, ambos ligados a elementos mais gerais da política brasileira. Primeiro o fato da gestão petista não poder contar com ajuda significativa dos governos estadual e federal (ambos sob administrações do PSDB, à época). E o outro diz respeito à *nacionalização* da gestão municipal, acima dos parâmetros normais, em decorrência do crescimento eleitoral do PT e do aumento de apoio ao nome de Lula para as eleições presidenciais vindouras. A administração Marta Suplicy era vista, desde os seus primórdios, como a grande vitrine política do partido e o seu sucesso, ou fracasso,

⁵⁰ CARDOSO, Adauto Lúcio. “*Habitação: balanço da política habitacional 2001-2003*”. Pg 25

As expectativas

Assim que se inicia o processo eleitoral, a aliança liderada pelo Partido dos Trabalhadores, com Marta Suplicy candidata, foi saudada por muitos setores da sociedade civil que atuavam em São Paulo. Em especial os movimentos de moradia, que após 8 anos de governos conservadores, viam na vitória desse campo político a possibilidade de iniciar uma nova fase de realizações conseqüentes, já que suas lideranças ocuparam lugares chave na estrutura de campanha, coordenando importantes regiões da cidade. Também contribuíram para a confecção do programa de governo, principalmente no diagnóstico da situação social a ser enfrentada pela próxima Prefeita e para as propostas na área de política urbana e habitação.

O resultado dessa participação pode ser notado na proposta final de política habitacional apresentada ao público pela candidata do PT, e que traziam consigo importantes reivindicações da União: é importante frisar que esta não era a proposta dos sonhos dos movimentos, mas algo que eles acreditavam ser, digamos assim, *possível*. Entre os seus pontos destaque, citamos a relevância que o tema da habitação na região central ocupou no programa; a redefinição do papel do Fundo Municipal de Habitação e do Conselho Municipal de Habitação, de modo a efetivar o controle social nas políticas públicas; dar continuidade às obras habitacionais iniciadas na primeira gestão petista da cidade e não concluídas ao longo dos oito anos de governos Maluf/Pitta e elaborar um Plano Integrado de Habitação no município, de modo a articular as iniciativas deste tema com as demais propostas urbanísticas da gestão para a cidade. Um ponto, no entanto, deve ser enfatizado: desde esses momentos iniciais, a candidata petista deixa claro que os eixos centrais de seu governo seriam Saúde, Educação e Programas Sociais, deixando para segundo plano, deste modo, o tema da habitação.

Quando a vitória de Marta pôs fim a um processo eleitoral conturbado, muito marcado pelo momento tenso em que estava imerso o ambiente político paulistano e que por pouco não causou o impeachment do então Prefeito Celso Pitta, as cortinas se abriram para a duríssima realidade que a gestão enfrentaria, não apenas no aspecto da vida do cidadão na cidade, precária, mas no estado

V. A UMM e o Governo Marta Suplicy

Existe muito pouco material produzido que avalie de maneira crítica a administração Marta Suplicy, e isto se deve, basicamente, à proximidade com do término de sua gestão à frente da Prefeitura do Município de São Paulo. A exceção é a coleção publicada pelo Instituto Polis e pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP) intitulada *Observatório dos Direitos dos Cidadãos*, já citada previamente neste trabalho. Em seus volumes dedicados às políticas públicas na área habitacional, é possível encontrar análises qualitativas e quantitativas de tudo o que foi realizado pelo poder público municipal até meados de 2003, ou seja, um pouco mais da metade do período deste governo. Mas sob o viés da participação social nas ações de estado e a relação estabelecida entre a administração e as entidades da sociedade civil nas ações de estado neste período, ainda existem poucas referências.

No caso de nosso trabalho, a abordagem que faremos da vida cotidiana da Secretaria de Habitação da PMSP, do seu modo de funcionamento durante os anos Marta Suplicy, terá um recorte analítico específico. Direcionamos nossa análise para os aspectos participativos da gestão, e deste modo não trataremos de avaliar em profundidade tudo o que foi feito em termos de ação social da mesma, pois seria preciso dedicar-se exclusivamente ao objeto em questão. Isto, aliás, é tema da mais alta relevância a ser investigado, em futuras pesquisas acadêmicas, e, que poderiam explorar os conflitos imanentes do dia-a-dia em um governo, resultado do choque entre o ideário da gestão, e do gestor e sua equipe, com a situação encontrada na máquina pública, tão marcada pelos tempos neoliberais.

Nosso interesse é analisar o modo como foi desenvolvida a relação entre governo Marta, por meio da Sehab, e os movimentos sociais de moradia. O que nos importa é entender os aspectos interativos, as premissas e concepções que estão imbricadas nesse processo, mas não do ponto de vista do governo, e sim dos atores populares. Para tanto, passemos a descrever de forma rápida o desenrolar desse processo histórico, detalhando os pontos relevantes da gestão, sob a nossa perspectiva.

política para impor sua agenda no cenário político onde se propõe a atuar. A efetivação disto em ações concretas, com as provisões de recursos necessárias, vai depender da vontade política dos governantes do estado, e no próprio posicionamento do movimento no decurso da gestão, como avaliado mais à frente neste trabalho.

desses imóveis em espaços habitáveis, e isso por meio de um conjunto de iniciativas legislativas que estavam tornando-se realidade.

Esta nova legislação urbanística é exemplificada no Estatuto da Cidade, que após ter sido aprovado no Congresso Nacional em 2001, começa a reconfigurar a luta social dentro das cidades brasileiras. Isto se dá não apenas pelas novidades incorporadas no campo do judiciário, mas também por todo o processo político que levou a aprovação das leis. Os movimentos sociais de moradia, como a União, participaram ativamente do Fórum Nacional de Reforma Urbana, uma grande articulação de entidades nacionais que luta pelo tema e que, após intenso período de pressão política, conseguiu emplacar esse conjunto de novas legislações que começa a mudar o contexto legal da luta social nas cidades.

Por meio de instrumentos presentes no Estatuto das Cidades, como o novo entendimento sobre a função social da propriedade, IPTU progressivo, Plano Diretor Estratégico compulsivo para cidades com mais de 20.000 habitantes e a regulamentação da desapropriação com títulos da dívida dos municípios, o Poder Público passa a ter os meios jurídicos necessários para tornar todo o trâmite de apropriação de áreas privadas muito mais efetivo. Não que a disputa tenha se tornado mais fácil, ou mesmo que com a aprovação da nova legislação a realidade tenha sido transformada do dia para a noite. Longe disso.

A participação ativa da UMM nesse processo levou-a a aprimorar ainda mais sua capacidade de fazer alianças com atores sociais distintos, como os envolvidos no Fórum, e a aprofundar seus conhecimentos acerca das inúmeras possibilidades que a luta pela moradia tem. A contenda por mais habitações passa, cada vez mais, por caminhos mais amplos de confronto, como a luta legal que delimita e determina o futuro das cidades, e vai se tornando em reivindicação de política urbana para a cidade com um todo. Ao incorporar novas pautas, novos mecanismos que aumentem a sua capacidade de pressionar o estado, a União se qualifica como ator político indispensável da luta social dentro das cidades. Mesmo que a efetivação desses novos mecanismos legais leve tempo para se materializar, e mesmo que ainda demore para que vejamos resultados por eles viabilizados, o que vale, nesse momento, é notarmos como um movimento social, a partir de uma demanda específica, interfere na disputa pública da sociedade, e como tem força

⁴⁹ SEHAB, “*Diário Oficial da PMSP*”.

*municipal e, finalmente, pela retomada da liberação de recursos da Prefeitura para a continuidade das obras, ainda que em ritmo lento”.*⁴⁷

Ao fim e ao cabo, os resultados finais das gestões Maluf/Pitta na área habitacional coloca em evidência as conseqüências, e as preferências, da forma de fazer política pública de seus mandatários, que entre várias características marcantes, escolhemos três (para não nos estendermos muito): rejeição à participação popular, prioridade em estabelecer parcerias junto às grandes empreiteiras e a opção pela construção de unidades habitacionais de pior qualidade e mais caras (quando comparadas ao mutirão autogestionário).

Os números finais também são muito ilustrativos: o total médio gasto com habitação no governo Maluf foi de 4,93% em relação ao total executado pela administração, e 6,20% no governo Pitta, ambos segundo dados orçamento municipal da época⁴⁸.

Com esse montante, Maluf construiu cerca de 8.931 novas unidades habitacionais (sendo que 3.231 em regime de mutirão, por conta da vitória da UMM) e Pitta 15.636 uh, a um preço médio de R\$ 22.500,00 cada moradia, contra um total de 35.843 uh da gestão Erundina, construídas a um preço médio de R\$ 13.000,00 (em valores atualizados)⁴⁹.

Os anos sombrios das gestões Maluf/Pitta foram também um período de alargamento dos horizontes políticos da UMM. Foi nesse período que a União incorporou um novo tipo de demanda, de proposta de política habitacional e que, durante o governo Marta na PMSP foram desenvolvidas: a moradia no centro. Por meio de ocupações de prédios vazios, a União levantou a bandeira da moradia nas regiões centrais da metrópole, por aspectos que podemos sintetizar nos seguintes pontos. Primeiro em virtude do esgotamento das grandes áreas nas regiões periféricas da cidade, e que tornam possível a construção de grandes conjuntos habitacionais; segundo pela existência de um grande número de prédios comerciais abandonados, de propriedade pública e privada, em localidades que já possuem grande quantidade de equipamentos sociais, além de boa infra-estrutura de transporte público; e terceiro pelo fato das gestões municipais, estaduais e federal já contarem com instrumentos legais que facilitam o processo de transformação

⁴⁷ BONDUKI, Nabil. *“Habitar São Paulo: reflexões sobre a gestão urbana”*.

⁴⁸ AMARAL, *op cit.* Pg 25.

questão da Reforma Urbana, como a luta pelo Estatuto das Cidades e seus importantes elementos, como o Plano Diretor Estratégico.

No tocante à gestão de Maluf e Pitta, coube à União dos Movimentos de Moradia a tarefa histórica de combater as inúmeras investidas dessas administrações contra todas as iniciativas do governo anterior na área de política habitacional, principalmente contra o programa de mutirões autogestionários. Havia cerca de 124 empreendimentos habitacionais em andamento quando Paulo Maluf assumiu o comando da PMSP, e todos foram paralisados ainda nos primeiros meses de seu mandato. Não satisfeito em interromper o repasse das obras, o então Prefeito, por meio de sua influência no Tribunal de Contas do Município, fez com que o órgão colocasse sob júdice as prestações desses mutirões, o que paralisou por completo todas suas atividades remanescentes.

Por conseguinte a União voltou suas cargas contra o executivo paulistano durante uma longa fase, mobilizando suas lideranças e fazendo valer a sua força política: a guerra estava armada. O resultado é que só em fins 1995 a situação, do ponto de vista legal, foi superada e todo esse tempo parado acarretou em enorme perda de tempo e energia das famílias e movimentos, bem como em vultuoso desperdício de dinheiro público, exatamente como pretendido pelo idealizador dessa manobra politqueira. Ainda na administração Maluf as obras retornaram ao ritmo normal e um significativo número de unidades habitacional, foram entregues.

Esta experiência pôs a prova à capacidade do movimento de se defender, de não se deixar vencer mesmo nos momentos mais difíceis, e após 8 anos de gestões autoritárias que faziam pressão por meio de sua desqualificação e não cedendo um passo sequer em qualquer tipo de negociação, a União manteve-se firme na luta por seus ideais. Cito Nabil Bonduki, em trecho que sintetiza o espírito da época:

“Nesse sentido, a intensa mobilização das lideranças de associações responsáveis pelos mutirões – que se organizaram no Fórum dos Mutirões – gerou uma batalha junto aos meios de comunicação com o objetivo de alertar para a gravidade da situação e as potencialidades do Programa de Mutirões, possibilitando uma repercussão sobre essa iniciativa muito maior do que a alcançada durante o governo. Esse esforço foi de certa forma recompensado pela escolha do programa para integrar a seleção de práticas bem-sucedidas incluídas no relatório brasileiro para a II Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos – Habitat II -, pela pressão da imprensa sobre a administração

Isto abre brechas que complicavam desde sempre a atuação da União, a nosso ver, pois possibilita o controle político e a implantação de uma política de dirigismo da entidade, que ocorre a partir da dependência econômica do movimento como um todo, e de suas principais lideranças, com a forma partido de organização política. Se por um lado à luta por autonomia política da União marcou toda a sua trajetória, o mesmo não ocorreu na busca por uma independência financeira; com o tempo, isto que parecia andar em separado, aproximou-se de forma a inviabilizar uma a outra.

Governos Paulo Maluf e Celso Pitta

Neste período os desafios alinhados à frente da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo são muitos, a começar pelo término de um governo que pertencia ao seu mesmo campo político e o início de outro, no caso comandado por Paulo Salim Maluf, que comungava de valores antagônicos aos seus. Mas se nessa cidade as coisas não andavam nada boas, no resto do estado e no país havia condições favoráveis para que suas idéias se espalhassem e fossem incorporadas por novos movimentos de moradia que surgiam pelo Brasil.

Pelo fato de algumas de suas reivindicações terem sido atendidas e implementadas, com sucesso, elas acabaram por obter uma repercussão muito boa não só no plano nacional mas internacional também (o programa de mutirão autogestionário foi escolhido, entre outras iniciativas, para representar o país na 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, HABITAT II⁴⁶). Tornou-se referência em matéria de políticas habitacionais participativas. Com isso a União inicia uma nova fase em sua trajetória, fase essa que se caracteriza pela grande ampliação de sua plataforma de luta política. Sua bandeira tradicional de reivindicação, a contenda por mais moradias, incorporou novidades no em seu campo propositivo, e passou a estar acompanhada de novos estandartes, ligados à

⁴⁶ BONDUKI, Nabil (org). *Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras*”.

envolver em questões de grande vulto, até mesmo de âmbito nacional, a União tinha um sério problema para manter-se de pé em termos financeiros. Mais à frente, quando tratarmos da forma atual de funcionamento do movimento, explicaremos mais detalhadamente como a União se organiza do ponto de vista financeiro, forma esta que pouco mudou ao longo do tempo.

De qualquer forma, nos idos de 95, esta articulação de movimentos de moradia de São Paulo mantinha sua estrutura de funcionamento por meio de doações, principalmente de organismos ligados à Igreja Católica, e através de contribuições diretas ou indiretas de parlamentares petistas. Neste último caso, entendemos contribuições *diretas* quando isto se dá através de transferências *diretas* entre parlamentares e entidade, como é o caso de ajudas proferidas para pagar gastos fixos da entidade (aluguel da sede, etc.). E *indiretas* quando o aporte financeiro ocorre de forma *indireta*, como no pagamento de salário de dirigentes. Principalmente nos primeiros anos do movimento, período tratado neste momento, esta forma de financiar o movimento social foi de grande importância, haja vista que sem ele, dificilmente os movimentos de moradia poderiam levar adiante a construção de uma “entidade mãe”, como os próprios militantes designam a UMM.

Mas este tipo de vínculo, com o tempo, traz graves distorções à atuação pública de ambos atores, e que estão presentes a partir do presente momento em que se firma esse tipo de acordo político. Com conseqüências ainda piores quando a conjuntura social e política da sociedade muda, como veremos mais a diante. O risco maior, a nosso ver, pode ser vislumbrado na famosa frase: “*O movimento não pode ser a correia de transmissão do partido*”.

Uma pergunta vem logo a cabeça: como não colocar toda a nossa energia no processo eleitoral quando o que está em jogo é a nossa própria fonte de subsistência? Mas não podemos incorrer a uma solução fácil, pois como dito anteriormente, a relação entre partido e movimento pode ser, e é de fato, muito frutífera para ambos. Mas também não podemos deixar de notar que esta amarração política é tênue, e quando a “*corda tenciona, ela principalmente estoura do seu lado mais frágil*⁴⁵” que, no caso, é o lado que não tem contribuição financeira regular ou mesmo fonte de financiamento fixa: é o lado do movimento, não há dúvida.

⁴⁵ Lançamos mão, neste caso, de um dizer popular que ilustra muito bem a situação aqui explicitada.

bem sucedida relação entre Secretaria de Habitação e União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, por exemplo.

E como é visto o desenrolar de todo esse processo no ponto de vista dos movimentos, como é estabelecida a relação com o partido político para os militantes da UMM nesse momento pós-governo Erundina? No caso da União não se tem nenhuma produção teórica sobre o assunto, o que não quer dizer que o tema era negligenciado. Em seus jornais, nos escassos textos produzidos e em entrevistas dadas por seus militantes à época, a relação com os partidos de esquerda é vista como de fundamental importância seu crescimento, bem como da ampliação de suas conquistas.

Os movimentos de moradia, de modo geral, tinham uma boa entrada nos partidos políticos, sendo os principais beneficiados desse contato PT e PSDB, que aglutinavam em torno de si a maior parte de seus militantes. No caso da União, como dito anteriormente, seu parceiro político mais próximo era o Partido dos Trabalhadores, onde nesta época, aliás, uma parte de suas lideranças trabalhava profissionalmente, principalmente nas assessorias parlamentares.

Isto possibilitava uma relação muito próxima entre os atores em si, entre as suas agendas políticas. Como exemplo podemos citar as importantes batalhas travadas no campo legislativo pela União, por meio basicamente de parlamentares petistas, e que resultaram na aprovação de leis de fundamental importância para os movimentos, como é o caso da lei que obriga o Poder Executivo paulista a transferir 1% da arrecadação total do ICMS à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbana (CDHU) do estado, e que resultou em um montante significativamente maior de recursos aplicados na construção de habitações de interesse social. Também é o caso de legislações aprovadas em âmbito municipal, como criação do Fundo e o Conselho Municipal de Habitação, aprovadas na Câmara Municipal de São Paulo, sem contar a própria experiência do Fundo Nacional de Moradia Popular, descrita anteriormente. Devemos lembrar também que nesse período o apoio partidário foi importante também na luta para descriminalizar a atuação política dos movimentos, e continua sendo até hoje.

Mas essa relação também tem seus elementos desestabilizantes. Devemos lembrar que até a segunda metade da década de 90 a UMM ainda lutava para ter uma estrutura mínima de funcionamento. Apesar de em tão pouco tempo se

florencia dentro do bojo da própria reflexão petista de então. Mas o fato desse conflito de idéias e práticas ocorrer em espaço muitas vezes aberto ao público, por momentos fora das instâncias partidárias, faz a diferença.

A atuação do PT e seu cabedal teórico produzido no período analisado até aqui, e que trata da relação entre movimento e partido, é muito ampla, e analisá-la requereria um esforço acadêmico específico e voltado unicamente o tema, que não é o caso de nosso trabalho. O que se mostrou importante para a nossa iniciativa é ter entrado em contato, mesmos que por meio de uma visão panorâmica, com o conteúdo das discussões ocorridas dentro dos fóruns internos desta instituição, pois isto nos permite estabelecer pontes entre períodos históricos distintos a partir de processos levados, ou não, à cabo: o que era discutido e o que deixou de ser discutido pelas instâncias de poder do ator político em questão ao longo de sua formação histórica. Para os nossos fins, analisar as resoluções congressuais do PT que dialogam com os movimentos sociais é suficiente, mesmo que a produção à disposição do público em geral seja limitada à publicação citada anteriormente.

Portanto neste momento histórico, ainda muito marcado pela proximidade dos anos sombrios da ditadura militar (o que influenciava e muito a persistência de um desejo generalizado de abertura do Estado à participação da sociedade civil), podíamos encontrar uma preocupação real no Partido dos Trabalhadores acerca do melhor modo de estabelecer relação com os movimentos sociais. Isto levou o partido a refletir sobre o tema e a criar, com o tempo, novas formas de fazer política com estes atores, formas estas que levavam em conta um modo de agir político que se pautava no relacionamento entre atores políticos distintos, que eram entendidos de forma separada.

Era um partido diferente dos demais não só por suas origens, mas também pelo tipo de concepção teórica que produzia e pela atuação prática que exercitava. A administração petista de Luíza Erundina à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo foi um exemplo de como isso foi levado à concretude, e tornando-se, inclusive, fundamental para o desenvolvimento de novas propostas que tinham neste tema a sua preocupação essencial. Essa experiência de governo revelou uma série de iniciativas bem sucedidas que incorporavam todas estas preocupações, de práticas de “*governança*” aberta e transparentes à formas participativas de gestão de políticas públicas. É nesse contexto que se insere a

se atuar no cenário público de nossa sociedade. Cito três resoluções do Encontro Nacional do PT de 1987 que ilustram esta questão:

“Resolução 152: Já há, na elaboração teórica do PT, o princípio da autonomia dos movimentos populares em relação ao Partido. Devido aos diferentes graus de consciência da população, os partidos têm uma amplitude menor do que os movimentos, que são mais amplos e suprapartidários. Todavia, não se deve confundir essa independência dos movimentos com a ausência de disputa pela linha dirigente, a ser adotada em suas instâncias próprias de deliberação. Por isso, os militantes do PT devem – ao mesmo tempo que defendem a democracia interna dos movimentos – lutar pela vitória das propostas do Partido”.

“Resolução 153: Outro princípio consagrado entre nós é o da autonomia dos movimentos populares em relação ao Estado. Por isso, devemos reagir à política de cooptação dos movimentos pelos executivos e pelos parlamentares de qualquer partido, sem desmerecer o papel importante que têm os executivos e parlamentares petistas no impulso à luta popular, à sua politização e à sua participação nas instâncias decisórias do Estado”.

“Resolução 158: Nossa política para o movimento deve levar em conta a necessidade de reagir aos processos de cooptação pelo Estado, intensificados principalmente pelo PMDB no período de abertura política da Ditadura Militar e consagrados pela Nova República. Fazem parte dessa reação a recusa e a denúncia do clientelismo, eleitoralismo e assistencialismo.”

O Partido dos Trabalhadores também criou, de forma a efetivar um canal concreto de diálogo com os movimentos, um órgão nacional com esta função específica, a Secretaria Nacional dos Movimentos Populares, com estrutura própria e desdobramentos em níveis estaduais e municipais da máquina partidária. Além disso, foi montada uma agenda de encontros nessas mesmas esferas de modo a fomentar o debate com as organizações da sociedade civil. Isso é, ainda hoje, uma grande novidade na vida partidária brasileira, e o simples fato de haver estruturas internas responsáveis pelo diálogo com os movimentos sociais põe em evidência que a relação pretendida com tais atores é eminentemente política, o que na tradição de nosso país é uma grande novidade.

Isso não significa que não havia conflitos entre movimentos e partido nesse período, que eram muitos, e mesmo dentro da ação de desenvolvimento da *cultura política petista*, onde se faziam presentes elementos que se atritavam, inclusive por pertencer a concepções de práticas políticas antagônicas, e que tornaram esse processo (inacabado até hoje vale frisar) muito marcado por grande tensão e desgaste político. Era possível vislumbrar componentes de uma lógica autoritária de se fazer política nos debates internos do partido, como o pragmatismo que

que problematizam de maneira profunda o assunto. Gasta-se tempo no tratamento desta questão, que não é relevada a segundo plano neste momento e pelo contrário, ocupa uma parte importante da tarefa de construção partidária, principalmente no período histórico que vai do surgimento do partido até a metade da década dos 90.

Em uma publicação da editora Perseu Abramo, com todas as resoluções dos Encontros e Congressos do PT, de 1979 a 1998, pode-se ver como o assunto é importante, a ponto de ser tratado de maneira constante, e com uma mesma preocupação geral, qual seja, que a atuação conjunta na sociedade seja fundada no princípio da preservação da autonomia dos corpos, dos entes políticos, e isto por se trata de atores com características distintas, com papéis políticos diferentes. Isto pode ser encontrado, de forma difusa, em documentos feitos em encontros nacionais, como os produzidos nos 3º, 5º, 7º e 10º Encontros Nacionais, realizados respectivamente em 1984, 1987, 1990 e 1995.

Nas resoluções finais destes encontros, podemos perceber este princípio como sendo o norte político da ação conjunta entre movimentos sociais e PT, prioritária na visão do partido, e que carrega em si o potencial de transformar radicalmente as estruturas políticas do país. Segundo a produção teórica do período histórico abarcado pela publicação da Fundação Perseu Abramo, pode-se vislumbrar uma certa divisão de trabalho entre os atores, que no nosso entender se dá da seguinte forma: fica a cargo do partido a luta mais ampla na sociedade, como a disputa pelo aparelho de Estado, e dos movimentos sociais a proximidade das demandas sociais mais imediatas da população.

A partir dessa “divisão”, partido e movimento deveriam estabelecer parcerias onde, guardadas as diferenças, cada um pudesse preencher a lacuna de atuação do outro, de forma a contribuir, cada um a sua maneira, na transformação da sociedade brasileira, onde a efetivação dos valores democráticos em nossa sociedade deveria ocupar o lugar dos elementos autoritários que se fazem presentes na cultura política nacional. Para que esse processo de mudança social fosse de fato implementado, era premente criar práticas políticas contrárias ao modo tradicional empregado no país, o que significava, entre outras coisas, mudar por completo a relação vigente entre as formas institucionais e não institucionais de

“Em 1991 (os movimentos de moradia) resolvem travar a luta em nível institucional. Com a certeza de que o poder de pressão das massas populares (já empregada nas reivindicações anteriores junto ao Governo Federal), isoladamente, não poderia conseguir maiores avanços, e, por outro lado, sabendo a dificuldade de se travar uma luta institucional defendendo o interesse das classes populares, os movimentos de moradia, paradoxalmente, assumem as duas formas de luta: em nível institucional, com a pressão popular. E desta forma, lançou-se um grande desafio nas lutas populares do Brasil: entregar, no Congresso Nacional ainda no ano de 1991, o 1º Projeto de Lei de iniciativa Popular do país, criando o FNMP”.⁴⁴

Com essa experiência, e todas as outras descritas anteriormente, a União ganha dimensão política nacional e passa a gozar de prestígio não apenas entre os movimentos populares, mas entre os grandes movimentos sociais (como os sindicatos, por exemplo) e partidos políticos desse período. Mas o final da gestão Erundina, em 1992, marca o início de um novo momento da vida política na cidade de São Paulo, e no país de modo geral. O campo político da esquerda brasileira, onde a UMM se insere, passa gradativamente a aumentar sua força política, mesmo tendo perdido a eleição na cidade, e a ter um capital eleitoral cada vez maior, o que o leva a almejar vãos cada vez maiores. Isto dá início, conseqüentemente, a uma nova pactuação de forças sociais neste segmento da sociedade, e onde o papel de cada um dos atores em cena começa a ser determinado pelos enfrentamentos político-eleitorais que se seguirão. O efeito disto na relação entre partido político e movimento social é gradual, e tema de muitos debates e discussões em ambos os atores envolvidos.

No caso da agremiação institucional mais forte desse campo, o Partido dos Trabalhadores, e com a qual os militantes da UMM tem tido mais afinidade política desde a fundação do movimento, é possível encontrar posicionamentos oficiais, principalmente nos documentos dos grandes encontros nacionais do partido, acerca das diretrizes a serem seguidas no contato cotidiano e no trabalho político conjunto entre movimento social e partido político. A própria origem do partido, oriundo de organizações populares e sindicais, explica em parte a existência desse tipo de preocupação, mas não somente. A permanência do tema como questão de relevância política durante um longo período do desenvolvimento interno do PT põe em evidência a sua importância. Existe uma significativa produção teórica sobre o tema da interação entre atores políticos distintos, com abordagens pormenorizadas

⁴³ JORNAL DA UNIÃO, *op cit.* Pg 4.

⁴⁴ PALUMBO, Adriana P.; PEREIRA, Márcia A.; BALTRUSIS, Nelson, *op cit.* Pg 100.

sobre a criação do Fundo Nacional de Moradia (que falaremos de forma mais detalhada à frente) e a realização de um grande debate com os candidatos ao governo de Estado com o objetivo de entregar-lhes uma carta com reivindicações populares:

*“No dia do debate, A União entregará um documento de reivindicações aos candidatos, e já deixa claro que vai discutir as eleições, desde que se respeite a autonomia do Movimento”.*⁴³

Outro momento importante para a UMM neste começo da década dos 90 é a sua participação na confecção e apresentação do 1º Projeto de Lei de Iniciativa Popular entregue ao Congresso Nacional do Brasil e que criava o Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP).

Esta ação, inédita entre os movimentos sociais brasileiros, foi fruto de uma grande articulação nacional na qual a União foi protagonista, e que tinha como objetivo básico garantir financiamento federal às propostas de política pública na área de moradia para todos os níveis de governo, e isto devidamente associado a formas de controle social sobre as diretrizes de sua aplicabilidade e fiscalização do emprego desses recursos. Esta iniciativa demonstra, até hoje, mais uma etapa do amadurecimento da UMMSP, pois a entidade esteve à frente desta iniciativa desde o início, levou-a adiante e conseguiu, em conjunto com outras entidades viabilizar, de fato, este empreendimento político de grande magnitude.

Gestar a idéia de forma coletiva, trabalhar em conjunto com os outros movimentos populares e sociais na coleta de assinaturas, de âmbito nacional, articular a iniciativa com os partidos políticos que apoiaram a idéia (no caso o PT, PSB e PCdoB) e organizar, por fim, a I Caravana dos Movimentos Populares à Brasília, que estava incumbida de entregar o abaixo-assinado, contendo mais de 800 mil de assinaturas, ao presidente do Congresso Nacional. Tudo isso em pouco mais de um ano de trabalho, a contar do surgimento da idéia, ocorrido na terceira caravana organizada pela UMM/SP à capital federal e realizada em agosto de 1990, até o ato de entrega, proferida no dia 19 de novembro de 1991. Como sintetizado por Adriana P. Palumbo em seu artigo para a publicação: “Direito à Moradia”, da UMM/SP em conjunto com a FASE/SP:

⁴² AMARAL, *op cit.* p. 21.

iniciasse alguma experiência na cidade de São Paulo. Não tínhamos muito claro se era a questão da autogestão ou simplesmente mutirão para atender a população desses movimentos organizados na cidade de São Paulo. (...) Todo esse 'caldo' rebateu na iniciativa da PMSP, que resultou em uma proposta de construção de 11 mil unidades habitacionais, construídas por mutirões com autogestão, além de várias outras iniciativas, como obras de infra-estrutura para atendimento de pessoas que moram nas favelas e áreas de risco e também pessoas que moram nos cortiços. (...) Do ponto de vista positivo, em primeiro lugar, o mutirão com autogestão garante para o próprio trabalhador a perspectiva de passar a gerenciar os recursos públicos. Quer dizer, ele passa a ter poder de fato. Os movimentos em outros governos eram meramente reivindicativos; iam para a porta da Prefeitura para desestabilizar o Estado. Foi assim na época do Jânio e inclusive na época do Mário Covas, quando o movimento já vivia a experiência dos mutirões. Sempre enxergávamos o Estado como inimigo a serviço da burguesia. No governo da Luíza Erundina, passamos a enxergar o Estado de uma forma diferenciada, não mais como inimigo, mas como o parceiro do movimento no sentido de estar construindo uma política pública, que no caso é moradia digna para os trabalhadores da cidade.”⁴¹

E Amaral:

“O mutirão autogerido – como marco de uma política construída em interlocução com os movimentos organizados e que levou ao fortalecimento destes movimentos –, constitui-se para muitos, como uma espécie de símbolo da política de habitação daquela gestão. Os avanços destes movimentos podem ser exemplificados pela formulação do primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular, coordenado pela União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP), que deu entrada em 1991, no Congresso Nacional, com mais de 1 milhão de assinaturas. O projeto apresentava a proposta de criação de um Fundo Nacional de Habitação, com um conselho nacional, para gerir uma política de habitação para o país. Talvez, também, um dos grandes resultados da política de habitação daquele período foi conseguir consolidar o vínculo da política com os movimentos sociais por habitação, construir uma noção de pertencimento junto a amplos setores destes movimentos, o que contribuiu para mudar significativamente os rumos da habitação popular em São Paulo”⁴²

Retomando a linha cronológica da UMM/SP que vínhamos fazendo, é importante ressaltar alguns episódios ocorridos no início da década de 90 e que marcaram a história da entidade. O primeiro que vale a pena ser lembrado é a realização do I Encontro Estadual da União em São Paulo. Com cerca de 150 delegados, representando mais de 43 associações da capital, região metropolitana e interior, a União começa a provar que tem um grande potencial político, tanto em relação à capacidade de aglutinação social quanto em volume e densidade de propostas no tema da moradia. No encontro foi discutido desde análise de conjuntura política mais geral, como também as propostas municipais, estadual e federal de políticas públicas para habitação de interesse social. Também foi tirado um amplo “plano de lutas”, e que incluía participar ativamente do primeiro Encontro Nacional de Moradia (realizado em Goiânia, em julho de 1990), das discussões

⁴¹ SILVA, *op cit.* Pg 64.

Ao deixar dar publicidade às suas escolhas tanto na forma de governar, como nas escolhas de parceiros na sociedade, a gestão Erundina abriu grandes possibilidades para os movimentos sociais de moradia crescerem e se desenvolverem, de forma livre e autônoma. Também criou novos e importantes desafios às associações, como o colocado pela intenção de construir e desenvolver formas democráticas de políticas sociais, que é o caso do mutirão com autogestão (mas que não ficando restrito a ela). Ao participar da construção desse tipo de iniciativa, a UMM foi obrigada a refletir sobre seus posicionamentos principalmente em termos técnicos, mas também em termos políticos.

Ao se tornar partícipe da superação dos problemas presentes no cotidiano desse processo, e com qualidade reconhecida em sua capacidade de intervenção, o movimento se aprimorou em pontos fundamentais para a sua qualificação enquanto ator político. Agora passava a conhecer, de forma mais detalhada, aspectos e questões técnicas relevantes no dia-a-dia da implementação de uma política pública, aspectos estes que antes não lhes eram sequer mostrados e que com frequência eram usados como elementos inviabilizadores de suas demandas. Todo esse conhecimento produzido no período elevou de patamar a sua inserção nas discussões em torno do tema da reforma urbana que ocorriam no país, tornando a União, bem como seus integrantes, referências no assunto.

Já as conseqüências políticas decorrentes da forma de parceria estabelecida com os organismos de Estado durante a administração Erundina podem ser sentidas no tipo de reflexão produzida pelos membros do movimento durante e após o término da gestão. Basicamente o relacionamento com o ator político *Estado* é visto como “uma janela de oportunidades”, jamais vista anteriormente, com possibilidades de desdobramentos vantajosos e desvantajosos para o movimento que dependiam das escolhas mais dele do que dos demais interlocutores, mas sem dúvida nenhuma, com novos caminhos que precisavam ser explorados. Para ilustrar esta afirmação e concluir esta breve avaliação desse período, cito Benedito Roberto Barbosa (Dito), fundador da UMM e ativa liderança do movimento, e posteriormente Amaral, mais uma vez. Dito:

“A União se fortalece nesse período imediatamente anterior à posse da Erundina, sobretudo a partir de experiências negativas com o Quéricia no governo do Estado de São Paulo. Sentíamos que a região metropolitana de São Paulo, em termos da questão habitacional, permanecia relegada a um segundo plano pelo governo do Estado e também pelos próprios governos municipais. Quando a Luíza Erundina assumiu o governo houve uma pressão do movimento de moradia para que se

dado relevante, peculiar a realidade da municipalidade paulistana que é o fato de o governo ter obrigação, por força da Lei Orgânica do Município, de gastar 30% do total de seu orçamento com a área da Educação e mais 15% com a área da Saúde. O restante da estrutura de governo (Secretaria de Governo, Transporte, Meio Ambiente, Habitação...) fica com o resto, e a disputa por cada centavo é dura.

Isto nos leva a afirmar com segurança que o gasto médio da gestão Erundina com habitação, cerca de 4,64%, é de fato acima da média quando comparada com as médias históricas das gestões no comando da PMSB; é significativamente maior que o anterior e que os demais que a sucederam, como veremos mais a frente. Mas além do alto volume de transferências financeiras, esta gestão inovou ao tentar implementar novas formas de institucionalizar a participação da sociedade civil na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas municipais. Foi criado, por meio de um decreto assinado pela Prefeita, o Conselho Municipal de Habitação, órgão que tinha poderes reais de interferir nas ações do executivo e formular novas ações, proposta que atendia a uma reivindicação dos movimentos sociais e demais entidades ligadas ao tema, mas a sua implantação foi frustrada pelos embates político-partidários que aconteciam na Câmara Municipal, e a iniciativa acabou sendo vetada.

Alto montante investido, propostas inovadoras de abertura da gestão, aumento da transparência, transferências de poder decisório para organizações da sociedade civil e uma política pública na área de habitação social emblemática, o caso do mutirão com autogestão, são marcas do governo petista de Luíza Erundina. E estas ações tiveram um impacto muito positivo nos próprios movimentos de moradia. A adoção, por parte da gestão, de uma política de relacionamento com as organizações políticas populares que não colocasse sob rédeas os movimentos, e que estava preocupada com o desenvolvimento de um tipo de política habitacional que realmente incorporasse a experiência e o ponto de vista dos movimentos sociais sem que, para isso, fosse preciso anular os conflitos iminentes desse processo seja em prol da estabilidade dentro do próprio governo, seja em virtude da governabilidade e do jogo de forças político-partidária mais geral.

⁴⁰ Idem. Pg 15.

governo, como explicitado acima na fala de Nabil, e de muitas outras, inclusive com os movimentos sociais. Aliás, a relação entre ambos mostrou-se tensa na maioria das vezes, e por vezes culminaram, em casos extremos, na ocupação do gabinete da Secretaria Municipal de Habitação.

Mas mesmo que conflituosa, e a gênese do conflito estava na demarcação das diferenças entre *ser do governo* e *ser do movimento*, os conflitos de visões e posicionamentos não interrompiam o relacionamento, nem geravam paralisia ou qualquer tipo de retaliação mútua. Pelo contrário, resultou, ao fim e ao cabo, em uma política habitacional marcada pela participação (e esta foi a marca da gestão nesta área), pela qualidade e por bons números. Ao término do mandato, em 1992, foram assinadas parcerias com 108 associações comunitárias e 24 ONGs que prestavam assessoria técnica, para um total de cerca de 11 mil moradias construídas, 19 convênios de urbanização de favela, 4 recuperações de cortiços, e um total de mais de 60 mil pessoas beneficiadas diretamente, apesar de todas as enormes dificuldades administrativas e financeiras.

Como enfatizado em documentos da gestão, podemos contatar que, de fato, a área da habitação foi uma prioridade no governo Erundina, e isto pode ser conferido ao se analisar o montante total dos gastos da administração no referido tema. No primeiro ano de mandato, e portanto com o orçamento elaborado e aprovado pela gestão anterior, encabeçada por Jânio Quadros, o percentual do orçamento total da PMSP transferido para SEHAB ficou em 1,29%, pouco mas na média do Quadros, que em 1988 foi de 1,77%. No segundo ano de sua administração, Erundina transfere 4,95% do orçamento da PMSP para a SEHAB, sendo que a maior parte dos recursos fica com HABI que, como vimos anteriormente, era o órgão responsável pelos programas de moradia de interesse social. No terceiro ano, os gastos com habitação chegam a 7,77% (sendo 5,15% para as ações de HABI) e no último ano as transferências ficam em 4,54%, com 2,24 indo para HABI, segundo dados encontrados na publicação escrita por Amaral e de elaboração da própria PMSP⁴⁰.

É fundamental analisarmos estes dados, pois eles dão uma dimensão da real importância de uma determinada área quando comparada com os demais segmentos da Prefeitura como um todo. A esta análise devemos acrescentar um

³⁹ SILVA, Ana Amélia da (org). *“Moradia e Cidadania: um debate em movimento”*. Pg 8.

mutirões eram parte integrante desta iniciativa), e que priorizava o diálogo e incentivava a interação entre atores políticos distintos com o intuito de desenvolver não só as iniciativas do poder público, mas também o interlocutor não-estatal. Mais uma vez, Amaral:

“Visando a fortalecer a participação da comunidade em torno da questão habitacional, estimulando a autogestão nos empreendimentos financiados pelo município, a capacidade gerencial das famílias foi reconhecida e valorizada no programa Funaps Comunitário. O programa propunha a ação em parceria entre associações de mutirantes, organizações não-governamentais – ONGs -, que prestavam assessoria técnica, e administração pública. A proposta, que vinha sendo construída historicamente pelos movimentos de moradia, não se resumia a realização da obra em regime de ajuda mútua, mas sim a toda a gestão da produção do conjunto habitacional, desde a indicação do terreno, a definição do projeto, à realização da obra.”³⁸

Agora recorro a Nabil Bonduki, arquiteto e ex-superintendente de HABI, em uma entrevista sua à revista do Instituto Pólis:

“Tanto entre movimentos de moradia como entre apoios aos movimentos existia uma enorme confusão, uma enorme dificuldade de compreender o que é autogestão. Este tema só começa a ser assumido mais claramente a partir de 1989. Na verdade, no início dos anos 80 a idéia que estava clara era a idéia de mutirão, e não de autogestão. (...) Porque o mutirão os movimentos conheciam, discutiam. A grande questão na época se dava entre autoconstrução e mutirão. Enquanto alguns consideravam que a experiência de mutirão envolvia um processo coletivo de construção, e portanto era melhor, outros achavam que era uma proposta difícil de ser viabilizada. A igreja teve um papel muito importante na questão do mutirão enquanto união das comunidades, ‘fazendo com as próprias mãos’, em contraponto com a política centralizadora do BNH. (...) A proposta da autogestão, ainda em 1989, é assumida muito parcialmente. Os movimentos não tinham como palavra de ordem. O que colocavam, sim, era a questão do mutirão e a questão da terra. A grande reivindicação da União dos Movimentos de Moradia era: ‘Mil lotes em cada região’. Se naquele momento a prefeitura tivesse assumido um programa de distribuir lotes urbanizados para que a população construísse por seu próprio esforço penso que os movimentos teriam aceito – e então a proposta de autogestão não teria caminhado o quanto caminhou. (...). Inclusive a própria Luiza Erundina, em uma reunião em São Miguel, em fevereiro de 1989, comprometeu-se a fazer os mil lotes em mutirão. Um mês depois os sem-terra fizeram um acampamento reivindicando os mil lotes. E eles exigiam respostas rápidas. Iniciamos, então, a colocar a questão da construção das casas por autogestão e os movimentos começaram a rever suas bandeiras. De repente, esses ‘mil lotes viraram mil casas’. Inclusive no plano de ação imediata que fizemos no começo de 1989 previa-se a distribuição de 15 mil lotes, dos quais 3 mil para construção de casas e mil para processos alternativos baseados em cooperativas de autogestão.”³⁹

Muitas dificuldades apareceram durante o processo de desenvolvimento da política habitacional da gestão Erundina, como os conflitos dentro do próprio

³⁷ AMARAL, Ângela de A. C. “Habitação na Cidade de São Paulo”. Pg 18.

³⁸ AMARAL, *op cit*, p. 16.

Os anos do governo Erundina

Para a UMM, os anos do governo Erundina foram um momento de crescimento intenso, tanto em número de filiados quanto em matéria de sua consolidação enquanto movimento social autônomo. Mesmo ocorrendo, neste período, uma série de vitórias concretas junto ao governo do estado de São Paulo, como a obtenção da grande gleba da Fazenda União da Juta, localizada na zona leste da capital paulista, ao fim do governo Quércia, e de mais de 3000 lotes para a construção de moradias populares durante o mandato de Antônio Fleury Filho, o que de fato ajudou a UMM a se desenvolver neste momento foi o tipo de relação estabelecida com o poder público municipal.

Para começar, a habitação era uma das prioridades da gestão, e isto faz toda a diferença, ainda mais quando esta prioridade está alicerçada na aposta de que o diálogo os movimentos sociais de moradia seriam importante para as próprias realizações da gestão. Era opção de governo preocupar-se com o tipo de relação que seria estabelecida entre o poder público e as organizações da sociedade civil. Como escrito por Ângela Amaral, em uma publicação do *Observatório dos Direitos do Cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo*:

“O governo investiu na interlocução com os movimentos e entidades de representação dos usuários, e, ao invés de incorporá-los ao governo, contratando por exemplo lideranças, prática comum na cultura política de nosso país, buscou contribuir para a sua autonomia e fortalecimento, respeitando-o e valorizando-o enquanto interlocutor durante a administração.”³⁶

A própria política habitacional elaborada pela gestão levava em conta as preocupações dos movimentos, haja vista o caráter participativo que a mais importante ação pública nesta área tinha, qual seja, o mutirão autogestionado. Outro espaço relevante para se verificar a importância dada à interação governo/sociedade civil era o próprio *modus operandi* da Superintendência de Habitação Popular (HABI) da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB), onde o programa FUNAPS Comunitário estava lotado (os

³⁶ PALUMBO, Adriana P.; PEREIRA, Márcia A.; BALTRUSIS, Nelson, *op cit.* Pg 26.

à interlocução que se estabelece entre estes diferentes atores. Para se ter uma obra de mutirão autogestionado é preciso que o movimento social seja reconhecido como sujeito político autônomo, e desta forma a transferência de recursos e da capacidade decisória seja legitimada pelo aparelho de estado. O resultado desse processo é muito diferente tanto quando comparado à autoconstrução (mesmo que feita em parâmetros coletivos, no caso do mutirão), quanto às ações costumeiras do poder público em sua forma tradicional, onde o Estado constrói as casas e depois distribui à população.

O que se tem como saldo do processo autogestionário de influência uruguaia é a consolidação de uma comunidade política; o movimento social, por meio da luta política, conquistou o direito à moradia. O processo de constituição desse coletivo passa, o tempo todo, por opções políticas, opções estas que começam com a escolha de um método de organização social que se baseia em sua autonomia perante o Estado, e que é reafirmado durante todo o longo percurso que culmina com a posse da casa própria.

Em uma entrevista, Padre Ticão, ex-membro e um dos fundadores da União, comenta a importância do intercâmbio com a FUCVAM para a UMM:

“A partir dessas ocupações (de terras na segunda metade da década de 80), a União foi pensando em propostas para minimizar a problemática e com a experiência dos mutirões do Uruguai resolveu reivindicar do poder público municipal e estadual recursos para essa nova experiência. Já na administração do Prefeito Mário Covas existiam alguns projetos onde a prefeitura fornecia o material e a população entrava com a mão-de-obra. Em nível estadual, com o governador Orestes Quéricia, a proposta do mutirão foi vítima de um rolo compressor, com a implantação de soluções habitacionais através de empreiteiras e poucos projetos de autoconstrução.”¹³⁶

Em 1989, ainda imersa em um intenso período de estruturação interna, a União dos Movimentos de Moradia vê chegar ao poder da maior cidade brasileira um governo petista, encabeçado pela primeira mulher a ocupar o cargo de Prefeita do Município de São Paulo, Luíza Erundina.

autogestionárias, criadas e desenvolvidas pela **FUCVAM** – *Federación Uruguaya de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mútua*. Após um seminário internacional, organizado pela Igreja Católica, onde haviam representantes principalmente da América Latina, é realizado um intercâmbio, patrocinado pela ONG Miserior, onde os militantes brasileiros vão ao Uruguai e conhecem a fundo esta iniciativa e a incorporam como símbolo de seu enfrentamento por uma política habitacional transformadora, que alia, no cotidiano do embate social, a luta por moradia de qualidade com a absorção de valores solidários.

O modelo proposto pela FUCVAM de política habitacional se distanciava e muito das iniciativas encontradas no Brasil dos fins da década de 80, e essa diferença se encontra, basicamente, no papel que o movimento social desempenha ao longo do processo de construção de novas unidades habitacionais. O eixo central dessa proposta é o processo autogestionário da obra como um todo, e isso foi a grande novidade vista pelos integrantes da UMM. Ao entrar em contato com a experiência uruguaia, a União passa a encampar a autogestão como sua mais importante bandeira e a fez trocar as suas reivindicações mais antigas por esta proposta de política habitacional. Explicamos.

As novidades trazidas pelo modelo autogestionário da FUCVAM são três, no nosso entender, que se intercalam entre si. Primeiro: uma obra construída através do processo de mutirão com autogestão em nada se assemelha ao modelo de autoconstrução, muito difundido em nossa sociedade por meio de políticas públicas de caráter tradicional, onde o indivíduo, de posse do material de construção (comprado ou ganho do poder público), faz sua própria morada, sozinho ou com a ajuda de sua comunidade. O processo autogestionário requer a estrutura de um movimento social para se estabelecer e se desenvolver. Isto porque todo o processo decisório de uma obra é feito coletivamente, da escolha do tipo de habitação, passando pela execução e acompanhamento dos gastos até a escolha do padrão de condomínio que será constituído ao final da obra. Mas não só.

O segundo aspecto importante que diferencia a experiência uruguaia é o papel que o Poder Público desempenha. O Estado, segundo este modelo, deve se envolver na construção da política habitacional apenas enquanto financiador dos empreendimentos, ficando a cargo da organização da sociedade civil todas as decisões relativas à obra. O terceiro ponto, e talvez o mais importante, diz respeito

“ ARTICULAR os movimentos de Moradia, nos diversos níveis; Favelas, Cortiços, Moradores de Rua, Associações Comunitárias, Povo de Aluguel, Movimentos Sem Terra, Mutirões, Cooperativas Habitacionais, Sindicatos, Centros de Defesa de Moradia e etc. para uma luta conjunta na conquista de uma política HABITACIONAL do povo trabalhador.

SENSIBILIZAR o conjunto da sociedade, inclusive, através de suas várias formas de organização (Sindicatos, Partidos, Entidades civis e religiosas) sobre o significado social, político, econômico e cultural da grave situação da falta de moradia do Povo Trabalhador.

PRESSIONAR OS PODERES PÚBLICOS (Municipal, Estadual e Federal) para que assumam suas responsabilidades face à grave situação da Moradia onde milhões vivem em cortiços, Favelas, Habitações sub-normais, muitas vezes correndo risco de vida às péssimas condições de moradia, com grande parte da população sendo obrigada a pagar alugueis abusivos e totalmente incompatíveis com os salários recebidos.

PROPOR critérios sobre o papel do Poder Público em relação aos movimentos organizados de moradia;

INCENTIVAR A CRIAÇÃO DE COOPERATIVAS HABITACIONAIS, Associações Comunitárias de Habitação, Usinas de Produção de Materiais de construção, enfim, que a população organizada possa gerir e administrar os recursos sem ‘intermediários’.

BUSCAR RECURSOS para que a ‘UNIÃO’ tenha assessoria técnica: arquitetos, advogados e outros profissionais afins, espaço físico, bem como, recursos para caravana, para promoção de seminários, para a produção de boletins e materiais que ajudem as atividades dos MOVIMENTOS DE MORADIA e finalmente recursos para encontros a nível Regional, Estadual e Nacional.

ANIMAR E VIABILIZAR a articulação da ‘UNIÃO NACIONAL DOS MOVIMENTOS DE MORADIA’ somente com a UNIÃO de todos os Movimentos de Moradia do Brasil teremos a força para se conquistar os direito à Terra e à Moradia.

APROFUNDAR AS CAUSAS da falta de Moradia dos Trabalhadores: Dívida Externa, corrupção do dinheiro público da Moradia, exploração das empreiteiras, desvio do FGTS, falta de uma Reforma Agrária e Urbana, etc...

PARTICIPAR dos processos: legislativo, executivo e judiciário, buscando formas de participação institucional.

TODA A CONQUISTA de Moradia pela UNIÃO serão partilhados de acordo com a participação de cada MOVIMENTO, obedecendo-se critérios de proporcionalidade.

ESTABELECEER solidariedade permanente entre a luta dos trabalhadores do campo e da cidade, buscando e lutando por uma política Urbana e Agrária voltada para os interesses populares.³⁵

Em 1988, durante o processo de consolidação da articulação política que dava forma à UMM, o movimento começa a participar de uma série de encontros cujo propósito era refletir sobre a temática habitação, e desta forma passa a entrar em contato com propostas e iniciativas inovadoras que respondiam de forma consistente aos inúmeros dilemas imbricados na questão urbana no Brasil. É neste período que a União entra em contato, pela primeira vez, com a proposta de mutirão com autogestão, isto que viria a ser a sua grande marca.

A grande referência neste assunto, à época, era a experiência uruguaia de construção de habitação de interesse social através de cooperativas habitacionais

³⁵ JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, edição de fevereiro e março. Pg 3.

Durante este período, ocorrem em vários pontos de São Paulo ocupações de terra, em propriedades públicas e privadas. Esta situação é descrita de forma contundente por Paulo Conforto (ex-coordenador da UMMSP) e pelo Padre Domingos Pereira Rodrigues (assessor da Pastoral operária):

“Os confrontos mais marcantes se deram na Zona Leste de São Paulo. A falta de áreas livres para a instalação de novas favelas, o inchaço das já existentes, as restrições impostas pelas novas leis dificultando a abertura de novos loteamentos, a valorização exorbitante da terra urbana, aliados à crise econômica, inflação e desemprego, são os fatores decisivos que fizeram dos movimentos sem-terra o novo sujeito histórico dos conflitos urbanos da década de 80. Como protagonista registramos a ocupação do Jardim Imperador – Vila Prudente e Vila Bela que vai culminar na invasão da fazenda Itupu, notificado na época como o mais grave conflito social dos últimos anos em São Paulo.

Em 1983/84 um passo de maturidade é dado quando das unificações das frentes de lutas e dos movimentos consolidam-se num eixo de composição popular. São Miguel Paulista tornou-se este epicentro de toda movimentação sócio-político-cultural. As ocupações avançam até as instituições públicas, recebem um apoio real da Igreja Católica e travam a luta institucional legitimando a importância da força popular diante dos poderes públicos estadual e municipal.

Entre 1984/1986 o movimento dos sem-terra com base na Zona Leste (SP) obteve bastante espaço político devido ao grau de organização de seus participantes e ao apoio da pastoral. Já havia logrado, até abril de 1986, hum mil novecentos e oitenta e oito lotes através de programas municipais.

O ano de 1987 foi marcado por grandes mobilizações. Os sem-terra haviam cadastrado 13.700 famílias. Já em fevereiro houve a grande explosão envolvendo 32.000 famílias: cerca de 100.000 pessoas invadiram 238 áreas na Zona Leste. Muitos enfrentamentos com a polícia marcaram estas ocupações.³⁴”

Com a generalização das ocupações de terra, que passam a ocorrer em todas as regiões da extremidade de São Paulo, a luta por moradia ganha intensidade e em 1987 é fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. No começo suas atividades estavam restritas a áreas isoladas de São Paulo, principalmente na zona leste do município, e aos poucos foram ampliando sua representação para todas as regiões da cidade, passando a abarcar os mais diversos movimentos ligados à temática da moradia, como as associações e cooperativas habitacionais, os movimentos sociais ligados aos direitos dos favelados, dos encortiçados e dos moradores de rua.

Podemos encontrar em um jornal da entidade, de fevereiro de 1992, um texto que sintetiza seus principais objetivos:

³⁴ PALUMBO, Adriana P.; PEREIRA, Márcia A.; BALTRUSIS, Nelson (orgs). “Direito à Moradia”. Pg 89.

O começo

O problema habitacional na cidade de São Paulo é antigo e de grandes proporções. O que é recente na história política brasileira são as organizações civis que se articulam em torno da questão da moradia e a partir desta temática problematizam a ocupação espacial da cidade, o próprio sentido da noção de propriedade e fazem destes questionamentos o “combustível” para sua luta por direitos civis. E qual é a trajetória histórica, quais os marcos mais importantes, quais as maiores vitórias e as piores derrotas da maior conjunção de associações populares pró-moradia desta cidade?

Como não poderia ser diferente, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo começa seu percurso sob forte influência da Igreja Católica, grande incentivadora da criação dessa entidade que tinha como objetivos básicos organizar os diversos, e dispersos, agrupamentos que lutavam por moradia na cidade, articulá-los politicamente para sua atuação pública, unificar as bandeiras de luta e podendo se tornar, com o tempo, no representante popular neste assunto. Era preciso dar visibilidade para este problema tão premente da vida na periferia dos grandes centros urbanos.

O processo que culminou na criação da UMM começa em 1985, com reuniões patrocinadas pela Cúria Metropolitana de São Paulo, através da Pastoral da Moradia e de algumas Comunidades Eclesiais de Base, no Centro Pastoral Belém, onde, aliás, até hoje a União faz seus grandes encontros anuais. Importantes personalidades da Igreja como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Angélico Sândalo Bernardino, Dom Luciano Mendes de Almeida e Dom Cláudio Hummes são lembrados até hoje por seus militantes mais velhos como sendo grandes apoiadores da unificação dos movimentos de moradia e, mais ainda, por terem sempre apontado a necessidade de pautar esta unidade em um projeto político amplo, onde o problema habitacional estava inserido e era parte do eixo central, mas não o único elemento.

Com a situação econômica piorando a cada dia, a população paulistana vê, na segunda metade da década de 80, a explosão dos valores dos aluguéis na cidade, e isto tem um efeito devastador em seus habitantes de baixa renda.

e indo até organizações não-governamentais que realizam campanhas de controle da atuação de parlamentares.

O último ponto importante a ser abordado nesse primeiro momento é o aspecto financeiro da entidade, ou seja, como organiza as suas finanças. Se do ponto de vista de sua estrutura interna de poder, a UMM apresenta uma interessante mescla entre descentralização com alto grau de organicidade, com resultando sentido no bom funcionamento da organização, não podemos dizer o mesmo sobre a maneira como o movimento lida com a faceta econômica de seu cotidiano organizativo.

Isto diz respeito a um elemento importante no dia-a-dia de qualquer instituição, ainda mais quando nos referimos a um ente forjado para o embate político. Trata-se, portanto, de um ponto de possível fragilidade ou força do movimento, onde a maneira como trata a questão acaba influenciando o lugar que pode vir ocupar no jogo de forças sociais em luta na sociedade. Queremos dizer com isso que o modo como é pensada a parte financeira da entidade, como ela se organiza neste ponto de vista, tem conseqüências consideráveis na sua forma de atuar politicamente: não determina, mas influi, e muito.

E neste quesito a UMM não tem uma proposta sólida de atuação. Está sempre em situação periclitante. A entidade-mãe não sobrevive dos recursos conseguidos por meio de sua forma de organização interna, pois a parte substancial de seu financiamento advém de fontes outras, externas ao próprio movimento. Seu grande apoiador é a ONG européia Miserior, ligada a Igreja Católica, mas esta ajuda é limitada e não permite que suas principais lideranças sobrevivam da militância no movimento. Apesar das grandes dificuldades que afetam todos os movimentos populares neste ponto (ainda mais nesse ponto), existem maneiras de se atenuar a dependência econômica frente a outras organizações sociais ou organismos institucionais. Não que à União não busque saídas à sua precária situação econômica, mas o fato é que gasta muito menos tempo do que deveria.

onde entra em contato pela primeira vez com o movimento, com seus conceitos e sua luta política: é aí que irá se formar politicamente.

Esses grupos se organizam a sua própria maneira, seguindo as diretrizes gerais da entidade-mãe, e elege uma coordenação que irá representá-los nas reuniões quinzenais, do Movimento de Moradia da Zona Oeste. Por sua vez, o Movimento da Zona Oeste escolhe entre seus membros pessoas para representá-los nos encontros, mensais, da UMMSP e, se ganharem a disputa interna geral, emplacarão um membro em sua coordenação executiva.

Cada um dos grandes movimentos que dão forma à União na cidade de São Paulo se organiza mais ou menos dessa forma, seguindo esse formato básico de funcionamento, embora exista exceções. No caso do Movimento de Moradia da Zona Oeste, nosso exemplo, ele é composto por cerca de 55 grupos de origem, que reúnem por sua vez cerca de 40 famílias em cada um desses grupos de base. Na última estimativa feita por uma de suas mais importantes lideranças, a Zona Oeste tem algo em torno de 2500 famílias filiadas, advindas apenas dessa forma de organização social. A isto devem ser acrescentados os militantes que já conseguiram sua casa própria, e que continuam ajudando o movimento. No total, o Movimento da Zona Oeste possui aproximadamente 10 mil pessoas em suas fileiras, entre membros inativos e ativos.

Esta é uma das maiores organizações que atuam sob a batuta da UMMSP, com um dos maiores números de grupos de origem em sua base social. De qualquer forma é importante enfatizar que quando nos referimos a União, estamos falando de uma entidade muito representativa, com alto grau de capilaridade social. E que hoje em dia está interessada em ampliar o seu campo de atuação, desenvolvendo ações junto a outras áreas temáticas de relevância social, por meio da criação, no bojo da estrutura interna, de várias *setoriais* (órgãos criados para tratar de assuntos) tais como Juventude, GLBTT, Mulheres, Criança e Adolescente e etc, e com desempenho destacado nos vários segmentos. Também passou a ocupar outros espaços da política institucional, elegendo seus representantes, como é o caso do Conselho Municipal da Criança e Adolescente de São Paulo.

Em decorrência do processo de ampliação de seu escopo de atuação, o movimento também diversificou os tipos de parceiros políticos com que desenvolve ações conjuntas, que hoje vão do MST, passando pela Universidade de São Paulo

Posto isso, é importante entendermos que a organização interna da UMM na metrópole se dá por meio de sua subdivisão em seis macro-regiões: zona Sul, Sudeste, Oeste, Norte, Leste e Centro. Isto quer dizer que a entidade abstrata, na prática, é materializada nos quatro cantos da cidade pelos Movimentos de Moradia da Zona Sul, Sudeste, Oeste e por aí vai. Esse fracionamento político-administrativo segue critério espacial basicamente por um motivo só: histórico.

Isto porque a própria União é fruto da conjunção de associações regionais, que foram se constituindo ao longo do tempo, sempre a partir de uma atuação localizada, com área de militância, de certa maneira, delineada (mas isto não significa que estejam restritos a ela). É deste espaço que tomam parte na ampla articulação política que resultou na fundação da *entidade-mãe*, que é como a UMM é designada por seus militantes. Deriva desse processo histórico outro elemento característico desta organização popular, que é justamente o fato desses movimentos regionais terem relativa autonomia frente à articulação maior, com estrutura e organização interna própria, o que lhes dá alto grau de liberdade política, e amplo raio de atuação ao movimento como um todo.

Também possibilita o surgimento de fortes lideranças de caráter regional nessas associações, o que nos permite dizer que, de modo geral, a UMM se constituiu historicamente como uma “federação” de entidades, aglutinadas em torno de lideranças políticas fortes, e segmentadas do ponto de vista espacial. Sob esta perspectiva generalizante, percebemos que seu poder político interno está distribuído pelas associações regionais que a compõe, e fica a cargo da coordenação estadual da UMMSP o papel central de articulação política dos movimentos menores, sendo este o espaço onde a ação política é planejada, lapidada e coordenada a sua execução: é neste espaço que é feito a amarração, o refinamento e a elaboração das grandes ações da União.

Para entendermos melhor o funcionamento de toda esta complexa rede de organizações, consideremos uma região como exemplo. Os movimento de moradia que militam na região oeste de São Paulo pertencem, em sua grande maioria, ao Movimento de Moradia da Zona Oeste. Nesta determinada localidade e atrelados ao movimento citado, existem vários grupos menores, chamados *grupos de origem* (como é designado, na UMM, a forma mais elementar de toda a sua estrutura). É neste grupo de origem que o cidadão que não tem moradia própria vai se filiar,

IV. Breve histórico da União dos Movimentos de Moradia

Da organização

Antes de começarmos nossa análise da história da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), faz-se necessário descrever minimamente a forma de sua organização interna, seu modo de funcionamento cotidiano. Começamos pela primeira característica dessa entidade, qual seja, ela é uma associação de movimentos de moradia que atuam no Estado de São Paulo. São agremiações políticas espalhadas por esta unidade da federação brasileira: a começar pelo litoral, passando pela região metropolitana e indo até os rincões do interior paulista. Em seu caso, e assim como em outros movimentos populares, a maior parte de seus integrantes se concentram na capital, espalhados por todos os seus cantos.

A coordenação da UMMSP espelha esta distribuição espacial das associações, e é composta por nove membros, sendo um representante da Baixada Santista, um das cidades que compõe a Região Metropolitana, um do interior e seis da cidade de São Paulo. É nesta localidade que o movimento nasce e dá os seus primeiros passos. É nela também que a maior parte de seus filiados vive e atua; é em seus limites que se concentra o grosso de seus militantes, principal elemento de sua grande força política. Por isso fizemos a opção metodológica de delimitarmos nosso campo investigativo aos contornos dessa cidade, e o fato de não haver uma UMM municipal, em virtude de opções políticas dos dirigentes do movimento, nos incentivou a darmos um recorte regionalizado à nossa análise. Focalizaremos, portanto, nosso trabalho nos movimentos de moradia paulistanos apenas, e, deste modo, quando nos referirmos à União, UMM e UMMSP, estaremos falando apenas das associações e movimentos que atuam na cidade de São Paulo.

³³ Idem. Pg 125.

atenção nesta obra é, justamente, a análise feita sobre a trajetória histórica da esquerda no Brasil, em seus últimos 60 anos. Cito Marco Aurélio:

*“... a nova geração de esquerda (onde inclui-se o PT) dá ênfase à democracia, procurando aprofundar seu significado. A democracia política aparece não apenas, como no passado, **como um meio** – etapa ou instrumento – **mas como um fim**, um objetivo a ser construído”³²*

A forma analítica de questionar, e avaliar, a importância da atuação partidária a partir do lugar que a luta pela democracia ocupa em sua ação política, é de fato, fundamental. Mas esta colocação, quando transposta para os dias atuais, gera desconforto e inquietação, pois quando observamos, por exemplo, a relação entre PT e UMM/SP, no caso do governo Marta Suplicy, vemos exatamente o contrário: a democracia como **meio**, e por vezes até obstáculo, na escalada rumo à objetivos eleitorais maiores. Concluímos esta parte do trabalho constatando a existência, para fins de interpretação da realidade política de nossa sociedade, de importante foco de tensão entre práticas políticas opostas: uma que incorpora a democracia como **meio** de se chegar ao poder e outra que faz da luta pelo desenvolvimento dos valores democráticos o seu **fim**. São dois modos de agir politicamente na sociedade muito diferentes, antagônicos. Estes são elementos do dilema que está posto, a nosso ver, à relação política entre a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo com o Partido dos Trabalhadores nos dias atuais.

Na continuidade desta dissertação de mestrado, faremos no capítulo seguinte um histórico detalhado da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, buscando desenvolver os pontos de interface com o PT, principalmente no período histórico analisado, levando em conta dados sobre as reivindicações populares e o modo como a gestão elaborou sua resposta, em forma de política pública. No capítulo posterior, incorporaremos as entrevistas realizadas com as lideranças do movimento de moradia, ao mesmo tempo em que faremos novas análises da conjuntura política vivida na segunda gestão petista à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo.

³² DAGNINO, Evelina (org.). “Anos 90: Política e Sociedade no Brasil”.

eleitoral. Se isto somarmos o fato de não carregarem como premissa fundamental em sua conduta política o desenvolvimento dos princípios e valores democráticos, temos fortes sinais para concluir que a relação política entre eles é baseada em uma agenda que visa, acima de tudo, concentrar poder. Mais ainda, cria condições objetivas para manter-se no poder.

Mas como dito por Arendt, o passado tem o poder de iluminar o presente, e demonstrar, pôr em evidência as inúmeras possibilidades que as situações de opressão e violência nos colocam à frente. Não há, no caso do recente processo de democratização da sociedade brasileira, uma espécie de “ato fundador”, como acontece na vida política norte-americana. Mas sem dúvida nenhuma a atuação pública dos movimentos sociais, suas conquistas e vitórias, permitem que se reconstruam sobre bases democráticas, um agir político contemporâneo. A contingência trouxe o novo, o passado dá referências não apenas para refletirmos o presente, como também constitui-se em instrumento para empurrarmos os limites da vida democrática rumo à fundação de um novo espaço público na sociedade, mais amplo e mais livre.

A relação com os partidos políticos é um dos grandes dilemas, a nosso ver, para a atuação pública dos movimentos sociais no Brasil de hoje. Ser base social de determinados partidos e estabelecer relações políticas com eles é fundamental para a política em sua forma mais ampla. O problema é o tipo de vínculo que se estabelece, o espaço em que se dá e o tipo de agir político produzido. Ou seja, a forma de poder que será gerada neste relacionamento e qual o sentido público que esta ação coletiva propiciará. A sociabilidade se dará em bases solidárias? De forma a incentivar iniciativas criativas, coletivistas e que forje militantes conscientes da dimensão da luta que enfrentam? Respeita-se a pluralidade na forma de fazer e pensar a política?

Neste sentido, vale retomar o texto de Marco Aurélio Garcia, parte do livro: “Anos 90: Política e Sociedade no Brasil”³², onde o autor faz uma análise da trajetória da esquerda latino-americana durante a década de 90, e aponta o que entende ser os desafios para as próximas décadas. Dentre os possíveis caminhos à frente do campo esquerdista da América Latina, o desafio de ampliar as possibilidades da vida em democracia ocupa lugar central. Mas o que nos chama a

as entrevistas das lideranças da UMMSP feitas para nossa dissertação.

mesmos, e desta maneira, criando as condições para recondicionar toda uma vasta gama de entidades que estavam acostumadas a fazer política de forma não institucional. E como interpretar o agir político dos movimentos sociais neste contexto? São partícipes de uma movimentação que tende a impregnar tudo e todos com os vícios das disputas eleitorais contemporâneas? A nosso ver isto ocorre, e é exatamente oposto, sentido inverso, do idealizado por Hannah Arendt em seus comentários acerca da democracia moderna.

Isto significaria o fim do agir político republicano, como entende Arendt. O fim do típico movimento de criar e recriar novas formas de atuar politicamente, que produz diversidade e que sempre acabava por ampliar tanto a noção de república quanto o sentido da própria democracia. Vemos então, movimentos sociais e partidos políticos retrocedendo ao passado e restabelecendo práticas baseadas na cooptação de lideranças e manipulação da ação popular; enfim, resgatando do lixo da história tudo aquilo que, nos idos de 80 e 90, haviam criticado, combatido e por vezes derrotado. E o tipo de *poder* que emana desta relação é ainda pior que o visto anteriormente na política nacional, pois a estrutura que se monta não tem paralelo, dado o grau de abrangência que possui, a eficiência que começa a demonstrar, e o baixíssimo grau de abertura à crítica que evidencia.

Isto expõe a necessidade de que sejam redefinidos os sentidos e os significados do agir político na vida democrática hoje. O mesmo se estende aos atores que estamos analisando. É fundamental recolocarmos questionamentos clássicos, presentes na literatura social brasileira sobre este tema, como a conceituação de autonomia, democratização das instâncias de poder, práticas políticas, políticas de aliança, entre outros, para que possamos reconduzir a democracia ao centro da política brasileira e o próprio pensamento político para o centro da ação social, como defendia Arendt.

Nossa análise é uma tentativa de interpretar a complexa relação entre a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores, no período do governo petista da cidade de São Paulo, entre os anos 2000 e 2004. Identificamos neste movimento uma aproximação que aponta, como dissemos, para a trajetória que “funde” dois atores, duas estruturas com trajetórias, missões e premissas tão distintas, em um único ente cujo objetivo primordial é a disputa

³¹ Estas afirmações serão mais bem trabalhadas na última parte de nosso texto, onde serão analisadas

sociedade a se resignificarem e a mudarem o sentido de sua atuação, enfim, que obrigue a vida pública da nação a girar em torno dela. Dito de outra maneira, estas são as possibilidades necessárias para que se crie o onipresente partido político, típico dos regimes Totalitários.

Ao longo de nossa análise sobre a realidade vivida pelos movimentos sociais durante o governo Marta Suplicy, observamos que a relação que foi estabelecida entre eles e o PT, transformou significativamente sua forma de organização interna, para citar um exemplo, com conseqüências em sua forma de se relacionar com o mundo. Nesta direção, o primeiro ponto a ser levantado foi a nítida transferência do espaço de elaboração das estratégias e táticas de ação, que passaram a ser orientadas de fora, vindas dos partidos. O segundo ponto é a conseqüente cisão daquilo que outrora era uma das marcas de sua originalidade: a separação entre pensar e agir politicamente, pois nem todos os militantes dos movimentos sociais são filiados ao PT, mas só os seus filiados podem participar das articulações que acabarão por guiar os movimentos.

Vimos também os movimentos sociais (que, como dito anteriormente, não têm a estrutura necessária para a disputa do aparato estatal) enredados no emaranhado de forças econômicas e sociais presentes na disputa eleitoral. Suas reivindicações, sua rede de contatos, a potencialidade que sua ação tem, até mesmo sua agenda de lutas, tudo isso estava atrelado ao agora “todo poderoso” ***calendário eleitoral***. Se pudermos concluir e resumir em uma frase, esta seria: não pautaram e foram pautados pelos partidos políticos. Ou, para usar um termo fora de moda: tornaram-se correia de transmissão do Partido dos Trabalhadores³¹. Por tudo isto, os novos atores sociais estão se tornando artífices, a ponta de uma imensa estrutura que está sendo criada para abocanhar cada vez mais votos. Nossos atores estão se transformando, deste modo, em elemento essencial para um tipo de disputa eleitoral que cada vez marginaliza o debate em torno da democracia, e que relega a segundo plano toda e qualquer discussão, antes fundamental, das questões de relevada importância para ampliar os parâmetros do agir democrático.

Podemos afirmar, portanto, que a estrutura do PT à época, tentou tomar conta de uma incrível rede de organizações políticas, e não sem a concessão dos

são, e não podem ser consideradas, partes do mesmo. Isto tudo nos leva a afirmar que este tipo de sujeito político não faz parte da política em sua forma institucionalizada.

Para entrarem com peso e força na disputa que determina os rumos da sociedade, a estratégia foi outra, e tornou-se necessário construir um campo político maior, com estruturas que se adequassem a estes novos horizontes. É neste contexto que são criados os partidos políticos, entes forjados para as disputas da política institucional, com objetivos de atuação muito amplo, mas onde a disputa eleitoral ocupa lugar central. Nesta direção, os movimentos sociais constituíram-se como parte da base, dos alicerces dos partidos, ou seja, dão sustentação e musculatura aos mesmos. Mas vale enfatizar: não são a mesma coisa.

O que queremos mostrar é que os movimentos sociais têm uma fronteira clara quando comparados aos partidos políticos, e isto é muito importante para a vida democrática. Movimentos sociais constituem-se em um tipo diferenciado de sujeito político, com modos peculiares de refletir e agir politicamente. Os problemas não começam quando misturam-se papéis, pois no cotidiano da política, isso seria natural, visto que o embate político cotidiano é atribulado demais para enxergarmos limites claros e definidos sempre. Isto torna-se questão de relevância quando não conseguimos mais distinguir, e nem estabelecer diferenças, entre eles. Essa preocupação aumenta muito de proporção quando vemos, nesse caso específico, o PT chegar ao poder, tornar-se governo e tomar controle da máquina pública. É aí que a diferenciação necessária, desaparece.

Veremos, nos capítulos posteriores desta dissertação, que dentro das organizações populares que estudamos a forma de fazer política típica dos partidos políticos, com todos os seus vícios, está se sobrepondo à forma *movimentista* de agir politicamente. Deste modo, a disputa eleitoral torna-se a finalidade última de todas as formas de se fazer política na sociedade e, como conseqüência imediata, tudo se torna justificável para manter-se no controle do poder estatal. Vemos, deste modo, o surgimento no cenário político da nação, de algo que pode se tornar um mal maior. Há bases políticas para a criação de uma “mega” estrutura que passe a ser, por meio de uma ainda maior centralização de poder, o eixo central da vida em sociedade, em algo que force as demais organizações políticas presentes hoje na

trouxe contundentes mudanças na prática dos movimentos sociais. Mais do que isto, a relação que se estabelece entre esses atores políticos, com missões e premissas de atuação um tanto distintas, tem produzido um tipo de poder que é muito diferente, para não dizer oposto, do que produzia no processo de democratização do país. Inverte-se a maneira de calcular a equação e o resultado também é diferente.

Se no decorrer do processo de democratização a relação que se criou entre PT e movimentos sociais foi fundamental para a vida democrática, possibilitando vigorosa renovação do agir político, através de ações que carregavam em si forte conteúdo republicano, consequência do desenvolvimento dos princípios e valores democráticos na forma de pensar e agir politicamente de seus militantes, hoje em dia o resultado tende a ser outro. As relações políticas que estão em construção têm a potencialidade de gerar um tipo de poder com viés autoritário, no sentido arendtiano do termo, fruto do deslocamento e marginalização da questão da democracia como tema central de sua reflexão e ação, e a consequente incorporação de elementos típicos do autoritarismo, exemplificado em nosso caso pelo predomínio da lógica de manter determinado campo político no poder a qualquer custo. O que importa não é a atividade política em si, mas o jogo necessário para deter o controle do Estado.

A relação entre partido político e movimento social é natural em uma sociedade onde as relações sociais são permeadas por valores democráticos, e poderíamos afirmar que, por desempenharem papéis diferentes na política, constituíram-se historicamente em atores diferentes. Mas não é só o papel que os diferencia, pois, na verdade, da lógica de funcionamento ao modo de cada um operar, tudo é basicamente distinto.

No caso dos movimentos sociais o diferencial é, a nosso ver, justamente o tipo e a qualidade do embate político que podem fazer, por meio de suas práticas pouco ortodoxas e, muitas vezes conflitantes quando comparadas às práticas convencionais da política institucional, e com questionamentos que abrangem toda a sociedade, desde a forma de organização política até a estrutura de poder. Ao se colocarem como detentores de uma agenda política que, ainda hoje, vai da demanda específica às agendas mais amplas, os movimentos sociais, constituem-se, a grosso modo, em organizações que dialogam com o poder público mas não

Movimentos Sociais, partidos políticos e Governos do PT

Poderíamos nos perguntar sobre o modo de interpretar as mudanças na forma de agir de um ator político ao longo de momentos históricos tão contraditórios como o processo de democratização da sociedade brasileira. Mas como estabelecer comparações entre a forma passada e a presente de ação política de um mesmo ator, mas em conjunturas totalmente diferentes? O que este novo contexto trouxe para os movimentos sociais e como isto se refletiu no seu cotidiano de lutas? Como estão fazendo política e quais os horizontes que enxergam para seu campo de atuação? Quais as demandas, quais os parceiros, quais os dilemas; enfim, quais as novas questões que estão colocadas à frente dos movimentos sociais?

As respostas a estas perguntas levariam muito tempo para serem respondidas, pois são muitos, a nosso ver, os desafios colocados à frente destes atores, a medida que crescem e se desenvolvem. Escolhemos um ponto que ao mesmo tempo que é novo, pois é fruto de vitórias políticas recentes, é também extremamente relevante para a conduta política, para o agir político e para o próprio processo democrático que se desenvolve em nosso país. Para refletir sobre a atuação política dos movimentos sociais no Brasil de hoje, escolhemos a relação que se estabeleceu entre eles e o PT, e para tanto, novamente lançaremos mão do conceito arendtiano de poder.

Optamos por fazer um breve balanço da relação construída entre PT e UMM/SP durante a gestão Marta Suplicy à frente da Prefeitura da cidade de São Paulo entre os anos 2001 e 2004. Falamos portanto de um contexto histórico recente, e por isso corremos o risco de criar laços interpretativos tênues. Vale dizer que a relação entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos sociais varia muito de época, do tipo de relação construída, do tipo de movimento envolvido e, fundamentalmente, do grupo que ocupava o poder; portanto, existe um infindável número de variáveis a serem analisadas para que se tenha uma interpretação correta dos fatos.

E porque este caminho e não os outros? Porque entendemos que a chegada ao poder do PT, nessa gestão em específico, e a construção de sua governabilidade

movimentos e, para estes embates, o recém nascido partido torna-se parceiro de primeira hora.

Sob a perspectiva de mudar profundamente a relação Estado/Sociedade, os movimentos sociais criam uma agenda política cujo eixo central é a institucionalização da participação popular nas ações da máquina do Estado. Isto se materializa nas lutas pela criação de espaços populares de fiscalização, debate, elaboração, execução e acompanhamento de políticas públicas. Conselhos de Saúde, fundos setoriais específicos para educação e habitação; enfim, estruturas criadas dentro do Estado que garantiam, a partir de marcos legais (legislação regulatória específica), a participação do poder popular.

Durante o período chamado de “transição democrática”, muitas experiências foram realizadas no sentido de tornar a vida política do país mais aberta às reivindicações e anseios da população de um modo geral. De fato, o Estado brasileiro começa a mudar sua cara, e a faceta autoritária de seu modo de agir aos poucos começa lentamente a mudar. No campo das políticas habitacionais, de saúde e de educação, os ganhos “participativos” são mais contundentes. A efetivação e o funcionamento de conselhos municipais, estaduais e federais, bem como o desenvolvimento de políticas habitacionais descentralizadas, como os mutirões autogestionários, põem em evidência as iniciativas que tornaram cada vez mais democrática o modo de gerir a coisa pública.

Neste período a maior parte destas ações é tomada por governos de base popular, de esquerda, que em sua grande maioria é encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores. Quando no governo, o PT defendia e privilegiava um tipo de relacionamento político que marcou seu modo de governar, qual seja, o que estabelecia parcerias diretas entre o poder público e os movimentos sociais.

Se por um lado o aparelho estatal passa a ser ocupado por um aliado político, que se mostra aberto não só ao diálogo com os novos atores, mas também com vontade política de efetivar suas propostas de abertura do Estado através de políticas públicas com participação popular, por outro o preço cobrado por esta participação mais visceral no poder institucional traz consigo grandes desafios.

Novos Tempos

Ao longo das décadas de 80 e 90, o processo de democratização da sociedade brasileira foi se sedimentando. O cenário político nacional passou por grandes transformações, radicais se comparamos com os últimos cinquenta anos de história política da nação, e como não poderia ser diferente, com reflexos intensos nos movimentos sociais. Estes novos atores passaram por períodos de grande renovação, que vai da troca de dirigentes e militantes ao estabelecimento de novos laços políticos e novas diretrizes de atuação.

O foco de atuação e o lócus das reivindicações dos movimentos sociais durante os anos da ditadura era exclusivamente o aparelho estatal. Esta relação política dava-se em um ambiente totalmente desfavorável, marcado pelo autoritarismo, e podia ser entendido através da seguinte metáfora: uma via de mão simples: “nós pedimos e eles nos atendem”. A queda do regime militar torna a relação destes dois atores mais complexa. No contexto da democratização da sociedade, a luta para democratizar o Estado brasileiro, através de sua abertura e transparência, ganha centralidade no jogo de poder das forças sociais presentes no país, forçando os atores populares a buscar novas estratégias para se fortalecerem e terem peso político nesta importante disputa.

Vemos o surgimento de grandes organizações sociais, grandes fóruns que aglutinavam os movimentos de menor porte, como a Central Única dos Trabalhadores – CUT, a União dos Movimentos de Moradia – UMM, a Central dos Movimentos Populares – CMP e a fundação do Partido dos Trabalhadores – PT em 1980, que torna-se com o tempo, no grande pólo de articulação de todos eles, constituindo-se no canal de expressão do poder popular na política institucional do país.

Desde o começo, o PT é visto como um marco na política partidária brasileira, que nunca havia presenciado a construção de um ente político, de “baixo para cima”, com um pé na institucionalidade e outro fora dela (tamanho era o laço que mantinha com a política não-institucionalizada). Neste contexto a bandeira “políticas públicas com participação popular” passa a ser central no agir político dos

³⁰ ARENDT, Hannah. “*Crises da República*”.

de poder bem diferentes uns dos outros, gerando ou não violência, gerando ou não política. Como escrito por Arendt:

“... em termos de política, não basta dizer que violência e poder não são a mesma coisa. Poder e violência se opõem; onde um deles domina totalmente, o outro está ausente. A violência aparece onde o poder está em perigo, mas se a permitem seguir seus próprios caminhos, resulta no desaparecimento do poder. Isto implica em não ser correto pensar no oposto da violência como sendo a não-violência; falar em poder não violento é redundância. A violência pode destruir o poder, mas é totalmente incapaz de criá-lo”⁸⁰.

Podemos ver, nestes primeiros passos do **agir movimentista**, uma de suas grandes inovações, que se reporta diretamente a ampliação do modo de atuar politicamente na sociedade, pois vemos que a ação social é fruto de discussão e deliberação em conjunto, com uma perspectiva de ação política no público que resultou em uma forte capacidade de transformar a sociedade de forma pacífica. E foi isto que vimos no Brasil dos anos 80. Poder popular, no sentido fortíssimo do termo, com bases e alicerces na massa de excluídos das cidades brasileiras, contribuindo decisivamente no movimento que começou a democratizar o país.

A derrota do poder autoritário, e de todo o seu ideário violento, “foi lenta, gradual e irrestrita”, mas sua queda e a subsequente ascensão e consolidação da democracia no país devem ser interpretadas como uma das maiores e mais expressivas vitórias do poder popular na história do Brasil. O longo retorno da vida democrática significou uma lenta e gradual melhora nas condições de vida dos habitantes de nossas periferias. Possibilitou ainda o ingresso de novos atores sociais no restrito cenário político nacional, ampliando desta feita a noção de direitos e expandindo o sentido da democracia. Vitórias políticas, que se constituíram em uma vitória pública, dando dimensão republicana ao agir e refletir dos movimentos sociais que atuavam neste período.

Os novos movimentos sociais, como era designados à época, contestaram as estruturas sociais do país de várias formas pouco convencionais. Geraram mal estar devido à mescla de influências que faziam, que incorporavam elementos tão dispares como marxismo e catolicismo, da mesma forma que provocavam intensos debates no meio acadêmico dada sua constituição ser tão pouco usual para os parâmetros daquele momento, pois eram organizações sociais sem vínculo estrito aos meios de produção, como descrito anteriormente. A isto se somam práticas políticas inovadoras que iam da organização de atos simultâneos em prédios públicos até ocupações em larga escala de grandes áreas privadas; os movimentos sociais causaram grande repercussão.

Estas ações eram executadas por organizações de pequeno porte, mal estruturadas e pouco hierarquizadas. O objetivo mais amplo da contestação destes atores sociais era a redemocratização da sociedade brasileira e a queda do regime militar, mas o eixo central de sua luta, o tema que lhes dava coesão e a articulação necessária para movê-los era justamente as questões pontuais, ligadas ao cotidiano de exclusão social da vida na periferia das grandes cidades brasileiras.

Estamos falando de um agir político motivado e impulsionado pela enorme carência material e pela mais completa ausência de direitos sociais. Neste contexto, os movimentos populares surgiram e se organizaram em torno das mais variadas demandas, como a falta de moradia ou a ausência de equipamentos de saúde pública e, ampliando o foco de seu descontentamento, politizaram sua forma de pensar e agir. Discutiam seus problemas específicos, relacionando-os com a inserção dos extratos sociais mais pobres no modelo sócio-econômico do país, debatiam a possibilidade de se tornarem cidadãos através da conquista de seus direitos, enfim, faziam POLÍTICA no sentido forte da palavra.

Podemos dizer que o tipo de ação política que emanava destas organizações sociais era fonte indubitável de *poder*, no sentido republicano a que Hannah Arendt se refere. Fazemos uma referência a este termo, tão importante no pensamento arendtiano, por entendermos que o tipo de agir político praticado pelos movimentos sociais, no período por nós analisado, dialoga diretamente com ele. Aliás, só tomamos a dimensão exata da valorosa contribuição destes atores quando os interpelamos sob uma perspectiva analítica que, ao destrinchar a ação política em seu começo e seu fim, distingue as conseqüências da mesma em tipos

presente. E isto diz muito não só de sua valorosa contribuição ao pensamento político como um todo, mas também evidencia a atualidade de sua obra.

Neste trabalho, no entanto, focalizaremos nossa análise na relação movimentos sociais e democracia e, para tanto, recorreremos ao pensamento político de Arendt. Dentre os infindáveis recursos analíticos que poderíamos usar, optamos por um em específico, qual seja, o conceito arendtiano de *poder*. Entendemos que este conceito possibilita interpretar situações complexas e muito diversas, ao mesmo tempo em que norteia nossa tentativa de elucidar as grandes mudanças de trajetória que um novo contexto histórico promove.

Dito de outro modo, a maneira como a autora constrói sua noção de *poder*, entendendo-a tanto através de uma perspectiva republicana quanto autoritária, nos possibilita vislumbrar o rumo das mudanças que estão ocorrendo na atuação dos movimentos sociais hoje, quando temos em mente seus grandes feitos no processo de derrubada da ditadura militar. E isto ocorre *pari passu* com a problematização do conceito de democracia, da vida em uma sociedade democrática, com limites e parâmetros que estão em constantes mudanças.

A Contextualização necessária

Quem analisa os movimentos sociais sob o viés arendtiano fica surpreso ao abordar seu surgimento e posterior desenvolvimento nos anos 70 e 80 no Brasil. A aparição destes atores no cenário político nacional foi marcada pela criação de formas inéditas de pensar e atuar politicamente, realmente novas para um país que sempre foi governado por elites conservadoras, tanto no que diz respeito às práticas que empregavam quanto à reflexão teórica que concebiam. Cabe frisar que estamos falando de uma época nebulosa da história do Brasil, onde seus governantes, militares que chegaram ao poder por meio de um golpe de estado, faziam uso desmedido da violência física e moral para impor suas vontades políticas.

IV. Hannah Arendt e os Movimentos Sociais

Esta parte de nosso trabalho tem como objetivo estabelecer diálogo entre as questões prementes da democracia brasileira, a atuação política dos movimentos sociais e o pensamento político de Hannah Arendt. É uma tentativa de pensarmos a política contemporânea a partir do processo de desenvolvimento de um tipo de ação social, de um tipo de sociabilidade que tem como eixo central as relações democráticas.

Ao longo da leitura das obras da autora, uma grande e genérica pergunta foi se formulando: nos dias de hoje, quais seriam, para Hannah Arendt, os pilares da democracia, ou daquilo que poderíamos chamar de pensamento democrático? Da mesma maneira, foi se formando uma possível resposta, tão ampla quanto à questão, porém com força argumentativa: víamos na atuação pública dos movimentos sociais uma pista interessante para entender os dilemas atuais de nossa democracia.

A partir da contextualização histórica de sua presença na política nacional, até a análise de suas ações na atualidade, podemos perceber que os movimentos sociais têm contribuído decisivamente no processo de consolidação da democracia no Brasil, e isto pode ser medido pelo simples fato destes atores sociais terem conseguido ocupar, literalmente, um espaço de destaque no cenário político nacional. Tal fato se deve principalmente, ao nosso ver, à centralidade que a luta social, feita no espaço público, ocupa em seu agir político, ou seja, tem na democracia o eixo central de sua conduta na sociedade. Sabemos como agem, por que atuam, o que os move e quais são suas reivindicações.

Estamos falando de organizações sociais que lutam por bens públicos e carregam em sua contestação forte conteúdo de cidadania tanto em seu discurso quanto em sua prática. Todo o seu enfrentamento só tem sentido quando realizado para e no coletivo; escutam e podem ser escutados, vêem e são vistos, analisam e são analisados, enfim, colocam suas idéias no mundo e isto faz toda a diferença.

Em nossa análise, utilizamos do começo ao fim o cabedal teórico arendtiano. Da caracterização da esfera pública e do agir político até o sentido de democracia com o qual trabalhamos, o pensamento de Hannah Arendt mostra-se sempre

a consolidação dos princípios democráticos na cultura política do país. Mas quais seriam os desafios e as contradições da própria vida em democracia hoje? Como buscar ampliar a participação popular nas ações da máquina pública, ainda muito fechadas? Como continuar elaborando as relações sociais pautadas em elementos solidários e que tenham no princípio da igualdade um norte para o seu agir social? Como continuar inovando a busca por uma sociedade efetivamente democrática no Brasil? Como incorporar as inúmeras novidades presentes no cotidiano da política nacional à análise social?

Outra questão que a nosso ver tem grande relevância diz respeito ao sentido que a democracia possui em nosso contexto histórico-social atual. Como a luta por direitos pode ser entendida hoje em dia e por quais caminhos teremos que passar para que possamos atingir cidadania plena para toda a sociedade. Para este percurso, que não tem a pretensão de se encerrar nessa dissertação de mestrado, teremos como referência teórica o pensamento, as reflexões e os conceitos da filósofa política Hannah Arendt.

²⁹ Idem. Pg 104.

lugar central nessas análises a luta pela consolidação da democracia e de seus procedimentos democratizantes. A grande disputa existente hoje em dia no Brasil e muito enfatizada pelos autores de modo geral é, também, a grande disputa presente dentro do próprio meio acadêmico nacional; justamente, a tensão existente entre o pensamento autoritário e o pensamento democrático.

Evelina Dagnino, em seu texto: “*Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania*”²⁸, constrói o sentido atual do referido conceito a partir da articulação de quatro importantes elementos. Cidadania, para Dagnino, está vinculado às experiências de lutas sociais levadas a cabo pelos movimentos sociais, ao compromisso destes sujeitos sociais com construção democrática, ao nexo constitutivo que existe entre cidadania, cultura e política e, por último, a ação social dos atores da política institucional, cuja estratégia política fundamental seria a consolidação da democracia.

Cidadania seria, enfim, o elemento central de um grande projeto político para o Brasil, justamente por levar em conta a enorme força que a tradição autoritária tem no país. É por conta do confronto ideológico, da luta contra toda a herança conservadora presente na cultura política brasileira, que a concretização desse conceito é primordial. Cito Dagnino:

*“Esse autoritarismo social engendra formas de sociabilidade e uma cultura autoritária de exclusão que subjaz ao conjunto das práticas sociais e reproduz a desigualdade nas relações sociais em todos os seus níveis. Nesse sentido, sua eliminação constitui um desafio fundamental para a efetiva democratização da sociedade. A consideração dessa dimensão implica desde logo uma redefinição daquilo que é normalmente visto como o terreno da política e das relações de poder a serem transformadas. E, fundamentalmente, significa uma ampliação e aprofundamento de concepção de democracia, de modo a incluir o conjunto das práticas sociais e culturais, uma concepção de democracia que transcende o nível institucional formal e se debruça sobre o conjunto das relações sociais permeadas pelo **autoritarismo social** e não apenas pela exclusão política no sentido escrito. Nossa referência aqui, portanto, é, mais do que um regime político democrático, uma sociedade democrática.”*²⁹

Todo o percurso que fizemos pela literatura social sobre os atores populares, que começa com as primeiras experiências analíticas na década de 70 e vai até os recentes trabalhos sobre os dilemas atuais dos já não tão novos movimentos sociais, nos mostra que é tema central, em todas estas obras, a preocupação com

habitacional por mutirões autogestionário: construindo algumas questões”.

²⁸ DAGNINO, Evelina (org.). “*Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*”.

à reforma urbana, por exemplo, e encabeçou grande parte do processo de participação popular durante a elaboração do novo Plano Diretor dessa capital. Seus militantes participam das mais variadas lutas sociais que ocorrem no cenário urbano (mas não somente no urbano, pois têm parcerias com o MST), como a atuação, organizada, no Orçamento Participativo de São Paulo e as manifestações em apoio ao movimento GLBT. Organizaram, em conjunto com estudantes da USP, os encontros: “Movimento Popular e Universidade” com a mesma intensidade que, em uma noite só, promoveram a ocupação de oito prédios no centro da metrópole. É um itinerário louvável.

Dentro da contenda por habitação de interesse social, que é enorme, abre-se uma grande seara de confronto direto com caldo de cultura autoritária em que estamos imersos. Como explicitado na constante reivindicação por financiamento público, a juros reduzidos, ou no difícil conflito do movimento com o INSS, para que este órgão governamental libere prédios de sua propriedade (são dezenas só no centro da capital e hoje encontram-se desocupados) de modo a serem transformados em moradias populares. Até no plano jurídico os elementos autoritários precisam ser combatidos, mesmo após o Tribunal de Contas do Município de São Paulo e do Estado, reverem suas posições sobre o mutirão com autogestão, tida no passado recente como forma de se burlar a lei de licitação. Estas são importantes questões para a UMM. Mas apesar de grandes, estes desafios têm sido enfrentados com sucesso pelo movimento, que de fato têm conseguido superar as dificuldades postadas à sua frente, e por mérito próprio.

Como aceitarmos as provocações contidas no texto de autoria de Risek, Bergamini e Barros, no que diz respeito à existência de um novo contexto urbano no Brasil, marcado pelo desemprego e onde tanto o estado quanto a sociedade civil estão reelaborando as suas ações sociais, nossa análise da parceria entre poder público com os atores populares será muito influenciado por elas, principalmente quando problematizaremos o governo Marta Suplicy, nos capítulos à frente. Mas como indagar a relação entre movimento e partido político?

Se pudéssemos encontrar, de todo o que foi dito e escrito, um fio condutor, um eixo articulador dos textos lidos, este seria, sem dúvida, a noção de cidadania e a luta pela ampliação e efetivação dos direitos sociais no Brasil. Também ocupa

²⁷ RISEK, Cibele S., BERGAMINI, Maria A. e BARROS, Joana. “A política de produção

estratégicos nos partidos da mesma forma que para as lideranças populares nos movimentos sociais, como colocado por Evelina Dagnino em seu livro: “*Sociedade civil e espaços públicos*”²⁶. Trataremos mais deste ponto mais à frente.

Gostaria de abordar o trabalho de Risek, Bergamini e Barros a partir da seguinte citação:

“Chama ainda a atenção o uso de recursos que se constituem como fundos públicos nesta produção da face precária das cidades, ou ainda o uso oficial da construção de moradias por mutirões – autogeridos ou não – como forma de produção de novas segregações sócio-espaciais, tal como parece acontecer quando este expediente acaba por fazer parte da política de modernização e gestão do município ou do estado, como em Fortaleza.

Estes processos parecem ser paradigmáticos e talvez sirvam, pelo seu sucesso, como um bom parâmetro para a discussão das formas de organização e mobilização da “sociedade civil”, resultantes dos virtuosos impulsos por autonomia, democratização e emancipação que tiveram lugar nos anos oitenta. No que se transformaram? Como pensar, duas décadas depois, os esforços que tinham lugar na constituição do que denominávamos, então, sociedade civil. Como entender o percurso deste conceito, assim como de seus correlatos, cidadania, espaços e esferas públicas, e seu contrário – as dimensões privatizantes que caracterizaram as formas de mando, as várias faces do controle e do poder, assim como as relações entre sociedade civil e Estado no Brasil? Como pensar os territórios e práticas urbanas a partir das dimensões de um emprego declinante, de novos modos de intervenção do Estado, de novas políticas que se vinculam a parcerias, à filantropia empresarial, à farta emergência de ONGs, à construção de atores – comprometidos com práticas virtuosas – acabam por se envolver nos mecanismos de administração e gestão de precariedades de todo o tipo, tanto às voltas com o Estado como a partir dos complexos programas de cooperação internacional imbricados nos padrões de eficiência e produtividade das inversões de capital das agências mundiais? Estas parecem ser questões difíceis, talvez mesmo insolúveis a curto prazo, ainda que atualizem e reponham o lugar da reflexão acadêmica como lugar da crítica, de sua urgência e necessidade. (RIZEK, 2003)”²⁷

De forma sucinta as autoras colocam grande parte das questões que hoje estão postas para os movimentos de moradia. Apesar de usufruir grande envergadura tanto do ponto de vista da quantidade de militantes que articula quanto ao peso político que detém, a UMM se vê com problemas das mesmas proporções.

Em seus 15 anos de trajetória, a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo obteve inúmeras vitórias e derrotas, e tornou-se interlocutor legítimo em questões que vão muito além de seu tema estrito, qual seja, habitação para pessoas de baixa renda. Neste segmento estrito seu acúmulo é notável, mas esta organização não ficou por aí. Hoje em dia, a UMM é referência em assuntos ligados

²⁶ DAGNINO, Evelina. “*Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*”.

municipal, estadual e federal de governo, não deixam dúvidas quanto à dimensão, e a força, social deste grande projeto político do campo progressista no Brasil.

Sem dúvida nenhuma, esta situação traz consigo novas questões e novos desafios que devem ser objeto de intensa reflexão. Um deles é a opção, por parte deste grande campo político que se configurou, de não priorizar projetos políticos que levem em conta a autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, e ao próprio partido. E aqui entendemos autonomia em seu sentido amplo: autonomia financeira tanto das entidades quanto de seus militantes²⁵. Tão freqüente quanto as acachapantes vitórias eleitorais do PT, é ver a maioria esmagadora dos militantes oriundos de movimentos sociais urbanos “dependurados” nos gabinetes parlamentares petistas. Neste sentido, o dilema maior que surge é, justamente, a falta de discussão pública atual sobre o tema, tanto dentro das organizações populares quanto das estruturas partidárias. Na academia há pouco espaço, no partido não há interesse e a confusão instalada satisfaz os militantes dos movimentos.

Neste contexto, poderíamos fazer a seguinte pergunta: como esta relação tem beneficiado as organizações populares? Sem dúvida nenhuma, dificilmente o PT obteria vitória nas eleições majoritárias (e proporcionais mais ainda...) sem o apoio incondicional de sua base popular organizada. Recolocando a mesma pergunta, porém de outra forma: a quais interesses os militantes dos movimentos estão mais vinculados? Ou ainda, dentro deste mesmo tema: qual é o projeto político de sociedade que esta coalizão de esforços entre partido/movimento está comprometido? Qual é o lugar que a radicalização da democracia, e de seus procedimentos democratizantes, ocupa em sua estrutura?

Sabemos que a abertura de espaços institucionais à participação social dentro das ações estatais não significa, necessariamente, alinhamento sistemático de posições entre governo e sociedade civil, pois isto abre, de fato, novas possibilidades de atuação e ampliação de processos democráticos tanto para a sociedade quanto para o próprio estado. Mas o ponto chave parece ser a questão do projeto político, questão esta que perpassa a realidade dos que ocupam lugares

²⁵ É justamente o aspecto do vínculo financeiro estabelecido entre as lideranças populares com os partidos que surgem partes dos problemas para a independência política dos movimentos. Este ponto será trabalhado nos capítulos posteriores. Como diz o dito popular, “*é aí que o bicho costuma pegar*”.

de gestão participativa, etc. Estas são, ao nosso ver, peças importantes para entendermos não só o inquietante cenário que cercam estes sujeitos políticos no começo do séc. XXI, como também apontam os rumos da produção teórica sobre movimentos sociais no raiar do novo milênio.

Dentre os vários desafios propostos pela dissertação de Gabriel Feltran, trabalharemos aqui, mais uma vez, a questão da institucionalização dos movimentos sociais. Conforme avançamos na leitura da obra, nossas preocupações com os descaminhos da relação entre movimento e partido aumentam à medida que a situação atual do Movimento em Defesa dos Favelados vai sendo mostrada ao leitor. Ao analisarmos o histórico da relação entre o MDF e o PT, desde os seus primeiros passos em conjunto até os dias de hoje, vemos nesta interação um exemplo do típico processo de articulação política entre movimento e partido. Como descrito pelo autor:

“Não só em São Paulo, mas por todo o Brasil, essa articulação estava sendo feita, impulsionando e se nutrindo da perspectiva democrática que surgia. A Teologia da Libertação, o movimento de alfabetização de adultos, o movimento de saúde, os movimentos pela democratização os sindicatos do período, etc. se tornavam movimentos mais amplos, e faziam circular discursos novos. Eram reelaborações de discursos anteriores, certamente, de lutas anteriores, e postos em cena pública, ao mesmo tempo que forjavam e eram propiciadas pelo campo político daquele momento. O Partido dos Trabalhadores é também, ao mesmo tempo, resultado e impulsionador dessas articulações. O peso político da construção popular que se fazia nesse momento, mediada pelo PT, dispensa comentários. Nacionalmente essa construção culmina com a eleição de Lula à presidência, depois de 20 anos de lutas. Localmente, em poucos anos a atuação dessa corrente movimentista forneceria subsídios para a eleição de Luíza Erundina do PT”²⁴.

É fato que toda a luta das organizações populares ganha outro impulso e outra dimensão com a criação deste partido. Com freqüência, por vezes assustadora, nos acostumamos a ver articulações no campo da ação política entre movimentos e partido, trabalhando como se fossem um só e cujo objetivo maior fosse a vitória nas urnas. As ações estratégicas e as combinações sinérgicas de esforços que por vezes foram ambíguos demais, acabaram por tornar possível o sonho de muitas gerações de ver este campo político ocupar os postos de poder mais altos da nação. Estas vitórias expressivas pela via eleitoral, nas esferas

²⁴ FELTRAN, Gabriel S. *“Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo”*. Dissertação de mestrado.

de agir *movimentista*, nesta ou naquela ocasião. Existe de fato uma influência *de mão dupla* entre os modos de atuar politicamente na sociedade? Estas indagações serão trabalhadas quando analisarmos a relação PT e UMM nos capítulos posteriores.

Outro viés interessante da abordagem da questão da institucionalização dos movimentos sociais como elemento interpretativo da literatura social é mostrar os diferentes momentos por que passa a relação entre os agentes ao longo de períodos históricos. Dois importantes trabalhos resgatam a interação entre as organizações populares e administrações governamentais; aliás, duas “aves raras” na Sociologia atual, pois tratam-se de textos sobre a realidade de movimentos sociais urbanos na atualidade. Um delas é a dissertação de mestrado de Gabriel S. Feltran: *“Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo”*. O outro é o texto de Cibele S. Risek, Maria A. Bergamini e Joana Barros, exposto na ANPUR no ano de 2004 e intitulado: *“A política de produção habitacional por mutirões autogestionário: construindo algumas questões”*.

Durante a leitura dessas obras, muitas indagações foram surgindo à medida que as relações entre os anos 80 e 90 eram estabelecidas e incorporadas às análises atuais. É sobre dúvidas, mais que nada, que escrevemos agora. Apesar de trabalharem com organizações distintas, Gabriel e as autoras Cibele, Joana e Marta, tratam da mesma temática social: a questão da moradia. Partem também de uma constatação teórica semelhante, qual seja, que o processo de destituição de direitos é uma seqüela fundamental da implantação, durante da década de 90, do modelo neoliberal de governo e o conseqüente desmanche do aparelho estatal. Abordam, deste modo, as lutas sociais perpetradas pelos atores populares durante um período histórico marcado pela grave crise econômica, mas vividas sob as regras de um sistema democrático.

Desta forma, eles nos ajudam a entender melhor os dilemas que estão colocados aos movimentos sociais hoje, como é o caso da questão colocada por Feltran sobre a relação entre uma das gestões petistas da Prefeitura Municipal de São Paulo e o Movimento em Defesa dos Favelados. Já as autoras analisam, por sua vez, a situação atual de dois mutirões que foram modelos da parceria governo/movimento, sendo que um deles inclusive, ainda é referência para o próprio movimento de moradia no que diz respeito á organização interna, processos

sistema capitalismo, à abissal desigualdade social e ao autoritarismo presente nas relações sociais. A ação social *movimentista* é gerada a partir deste descontentamento, e em torno de princípios solidários, também tomando forma através das reivindicações pelos direitos sociais e da fiscalização das ações estatais.

Sobre a questão da autonomia, é preciso fazer uma ressalva. Esta questão geralmente aparece quando se problematiza a relação entre Estado e sociedade civil. Mas os riscos da institucionalização da atuação política dos atores populares podem ser visto no tipo de relação que estabelecem com os partidos, estando eles ou não no governo. Apesar de ser pouco analisada, a agenda política criada na interação entre estes atores é intensa e resulta em ações de grande impacto social. Os exemplos são muitos e variados: na articulação que estabelecem nos períodos que antecedem as disputas eleitorais, na busca de financiamento das entidades e na elaboração de estratégias de ação conjunta no cotidiano da luta política. Cito mais um trecho do dossiê escrito pelo Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática:

“A autonomia, tão proclamada pelos chamados ‘novos movimentos sociais’, é o terceiro elemento que se destaca na construção de uma ‘esfera pública popular’ no Brasil das últimas décadas. Rompendo subordinações seculares, coronelistas ou populistas, e também a subordinação dos movimentos sociais aos partidos políticos comunistas, fundamenta no chamado ‘centralismo democrático’, a autonomia proclamada por esses atores nos anos 80, vem consolidar experiências que afirmam e buscam construir relações horizontais, a equivalência de saberes e de autoridades, a igualdade na comunicação dialógica ou discursiva entre as bases populares dos movimentos e os assessores acadêmicos, sindicais, políticos ou religiosos que lhes aportam suas respectivas ‘matrizes teóricas’²³.

Vale salientar que a relação de atores sociais distintos não pode ser entendida apenas do ponto de vista dos resultados táticos e estratégicos que a ação conjunta produz. Devemos estar atentos aos princípios que seguem, os limites que estão colocados e se a relação entre eles é, de fato, democrática. E mais: devemos estar atentos a questão da reciprocidade nesta interação, ou seja, se os resultados desta articulação beneficia ambos atores e se as lógicas de funcionamento típicas de cada ator se contaminam reciprocamente, ou se o modo de funcionar do ator mais forte, no caso o partido político, prevalece sobre o modo

²² Idem. Pg 26.

²³ Idem. Pg 54.

entendida como problemática quando se trata da interação entre estado e organizações populares. Como no trecho que cito agora:

*“... Em segundo lugar, as crescentes interações com o Estado resignificam os conceitos de **identidade** e **autonomia**, no sentido de que processos de gestão participativa vêm requerendo uma nova postura – mais propositiva e aberta à negociação – nas suas relações com o Estado e acarretando um conjunto de conflitos e dilemas para os atores da sociedade civil que reivindicam uma relação igualitária²²”.*

É a partir do contato mais próximo entre a política institucional com a não-institucional que questões relativas à identidade e autonomia dos movimentos sociais aparecem com mais força. Sobre estes aspectos, temos duas observações adiantaremos agora, mas que terão seu devido tratamento nos capítulos posteriores. A primeira é a necessidade de repensarmos o significado, nos dias de hoje, da questão da identidade dos agentes populares, que está, neste caso, muito ligado aos seus primeiros momentos. O problema presente nesta postura é que ela simplesmente não dá conta da intensa transformação porque passa o cenário político brasileiro. Portanto quando retomamos a questão da identidade dos movimentos populares devemos fazê-lo como algo intrínseco ao movimento da política, e, portanto, deve ser tratado, necessariamente, a partir do avanço do campo político da esquerda brasileira e de todos os agentes sociais que o compõe.

A própria história recente do país, como abordado neste trabalho, coloca em evidência que os movimentos sociais têm mostrado alto grau de adaptabilidade às vicissitudes de nossa época, e com satisfatório grau de sucesso. Exemplo disso é a maneira como os movimentos de moradia têm trabalho nas mais diversas áreas da política, sempre politizando as mazelas sociais, articulando com os mais diversos atores sociais, e sem abrir mão destes elementos que os une e que acaba forjando, ainda hoje, sua identidade: este é o espírito do que entendemos ser **o agir movimentista**.

Atuam nos Conselhos Tutelares da Criança e do Adolescente da mesma forma como reivindicam políticas sociais específicas para mulheres, negros, gays e lésbicas; lutam por moradia, discutem uma agenda nacional de debates para a Reforma Urbana e começam a entrar no debate sobre a Economia Solidária. Mais que nada, devemos entender como elemento central deste agir político a contundente crítica ao *estado das coisas* na sociedade brasileira, ou seja, ao

Dentre os textos que dão forma ao dossiê, destacamos o intitulado: “*A sociedade civil no contexto atual*”, justamente por colocar questionamentos intrigantes em sua abordagem sobre o panorama político atual. A intensa participação política dos movimentos sociais na formação do Partido dos Trabalhadores e na Constituição de 1988; a chegada ao poder em grandes cidades e em grandes estados por parte do campo político da esquerda brasileira; a implantação, no país, das políticas neoliberais de governo e a conseqüente fragilização do Estado Nacional, e por fim, a conquista do Governo Federal pela grande articulação nacional encabeçada pelo PT. O quadro político nacional sofreu uma grande reviravolta se comparado ao período do final período da ditadura militar e agora, as organizações populares ocupam privilegiada posição na interlocução com a máquina de Estado. De uma posição originalmente anti-estatal para peça de fundamental importância no jogo eleitoral da política institucional: estes são os novos dilemas postados à frente dos movimentos. E qual o impacto de tudo isto em sua estrutura interna, na visão de mundo e modo de atuar politicamente na sociedade destes atores?

Em linhas gerais, o Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática avalia que o novo cenário trouxe as seguintes possibilidades para os movimentos sociais em ação no Brasil de hoje:

- Maior disponibilidade de diálogo com o poder público;
- Tendência à institucionalização; maiores exigências no sentido de se profissionalizarem; mais eficácia na captação e gestão dos recursos e dos resultados;
- Ampliação da temática abordada e do espectro de seus parceiros na sociedade;
- Consolidação das diferenças dentro das organizações civis e a naturalização de seus conflitos internos;
- À medida que a democracia consolida-se, mais áreas de atuação surgem para a participação das entidades;
- Atuação em rede e complexificação do agir político na sociedade.

Se desenvolvermos um pouco mais o ponto relativo à questão da institucionalização dos movimentos, vemos que, de modo geral, a relação é

da produção habitacional do primeiro governo petista da capital paulista, aqui apresentado por Bonduki, mostra dados significativos:

“O Programa de Produção de Habitação em Mutirão e Autogestão foi formulado e implementado em São Paulo, a maior cidade da América do Sul, pela sua prefeitura, com parceria de 108 associações comunitárias de construção e 24 entidades de assessorias técnicas (organizações não-governamentais), durante a administração Luiza Erundina, do Partido dos Trabalhadores (1989 – 1992) beneficiando mais de 670.000 pessoas (...). Formulando originalmente com o objetivo de construir unidades habitacionais novas, este sistema, que viabilizou a edificação de 11 mil casas ou apartamentos em 84 empreendimentos, desdobrou-se ainda em outros programas, concretizando 19 projetos de urbanização de favela e 4 de recuperação de imóveis encortiçados²⁰”.

Começo a última parte desta primeira etapa, retomando o que foi dito anteriormente: nossa idéia não é estabelecer comparações detalhadas entre as políticas habitacionais dos governos que comandaram a PMSP. Nosso objeto de análise é a relação entre movimento social, partido político e governo no período descrito anteriormente. Também não queremos colocar à prova todos os elementos teóricos aqui descritos, pois temos consciência da complexidade desta tarefa. Para dialogar com a produção acadêmica sobre os movimentos sociais na segunda parte da década de 90 e o começo dos anos 2000, fizemos uma seleção de textos que, a nosso ver, mostraram grande valor interpretativo na abordagem da atuação pública dos atores populares nesse período histórico, e relação que estabelecem com os partidos políticos.

Começamos pelos textos produzidos pelo Grupo de Estudos sobre a Construção Democrática (GECD), ligado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humano da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-UNICAMP), e reunidos para a *Revista Idéias* e intitulados: *“Dossiê: Os movimentos sociais e a Construção Democrática”²¹*. Podemos dizer se tratar de um balanço extremamente atual de toda a discussão sociológica acerca do tema, acrescido de boas e novas interpretações sobre os novos desafios da vida democrática no Brasil. A começar pelo fato de não encararem os novos posicionamentos dos agentes populares como sinal de refluxo, ou da descaracterização de sua forma de agir.

ainda maiores se comparados à segunda administração petista da PMSP, como mostraremos mais adiante.

²⁰ BONDUKI, Nabil (org). *“Habitat”*.

²¹ GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. *“Dossiê: Os movimentos sociais e a construção democrática”*.

que a efetivação de preceitos democráticos no cotidiano da ação política, mesmo que esse fosse marcado por intensos conflitos.

A importância dos mutirões autogestionários como proposta de combate ao enorme déficit habitacional do país deu-se pela viabilidade de sua implantação, em larga escala, e por meio de um modelo participativo de política pública. Esta iniciativa apresenta valor ainda maior quando vemos um de seus resultados práticos mais relevantes: os movimentos sociais mostraram capacidade de interagir com o aparelho estatal, e contribuíram decisivamente na elaboração de uma proposta de política social com validade para todo o país. Na literatura analisada podemos ver que um dos fatores mais importantes para que a política de mutirão autogestionado obtivesse sucesso foi o fato da administração ter priorizado a abertura de canais de participação, nos moldes citados, assim como ter adotado uma postura política que viabilizasse a sua realização, de forma plena. Na verdade, o ponto de maior relevância, a nosso ver, o elemento decisivo para o resultado positivo desta empreitada foi o fato de esta gestão petista ter bancado um tipo de relacionamento político, com os atores populares, pautados por princípios democráticos, onde a autonomia dos movimentos era premissa fundamental. No decorrer desta dissertação teremos em mente esta experiência, marcante no que diz respeito à interação entre movimento social e estado, não como modelo, mas como uma iniciativa de vulto tanto no sentido de qualidade técnica dos resultados finais como no arrojo em estabelecer um novo ideário de políticas habitacionais com participação popular. Como veremos nos capítulos à frente, onde analisaremos os feitos dos governos que sucederam a gestão Erundina no comando da PMSP, não houve nada que se equiparasse a esta administração em termos participativos. Infelizmente para os padrões de gestão da Prefeitura de São Paulo, a valorização da interação entre organizações populares e governo é algo que por si só merece destaque, ainda mais quando pode-se ver que os ocupantes da máquina pública não lançaram mão dos infindáveis recursos autoritários que impregnam o aparelho estatal, mesmo em momentos delicados¹⁹. O balanço final

¹⁹ Não queremos dizer que não havia riscos de *cooptação* de lideranças no governo como um todo, ou mesmo casos isolados de *dirigismo* e *tutela* de entidades na administração de maneira geral. Mas o sentido público que resultou da interação entre UMM/SP e a Secretaria de Habitação – mesmo que a relação entre movimento e governo fosse muito tensa - foi muito significativa, e era, na verdade, expressão das linhas do governo. Por isso dizemos que, apesar dos problemas, e que não forma poucos, a gestão Erundina representou um consistente avanço à vida democrática do país. Avanços

Não é objetivo desta dissertação fazer um estudo minucioso da gestão Erundina, e nem avaliar detalhadamente o tipo de relação que o governo petista estabeleceu com o movimento de moradia naquela época. Existem alguns estudos que tratam desta questão, e por isso é interessante aborda-los, mesmo que de forma breve. Estamos nos referindo aos trabalhos que avaliam a produção de moradia feita nesta gestão, fruto de trabalho desenvolvido pela Secretaria de Municipal de Habitação (Sehab) com ativa participação da UMMSP. Dentre estas inúmeras obras acadêmicas, optei por analisar os trabalhos escritos por pessoas que estiveram diretamente envolvidas nessa iniciativa, partícipes, portanto, da referida empreitada: a dissertação de mestrado de Nabil Bonduki, intitulada: *“Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular no desenvolvimento de projetos habitacionais”*¹⁶; a também dissertação de mestrado de Reginaldo Ronconi: *“Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (o programa Funaps comunitário)”*¹⁷, elaborado também na Universidade de São Paulo e um último exemplo, dentre os muito outros que poderíamos citar, a dissertação de mestrado de Joel Pereira Felipe: *“Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar de arquiteto”*¹⁸, feita na USP.

No que diz respeito à relação construída entre UMM/SP e Sehab, no período descrito acima, é possível perceber que tratou-se de um tipo de parceria política de caráter virtuoso, pois conseguiu-se chegar a uma pactuação entre os atores que preservou a autonomia dos movimentos sociais, visto nos infindáveis momentos de enfrentamentos ocorridos do decorrer da gestão, e sem que isto viesse a prejudicar o próprio processo de implantação das políticas públicas do setor. Outro ponto positivo foi a incorporação da participação popular em todas as fases do programa de construção de moradias populares; da reivindicação das casas, à elaboração dos projetos das casas e durante toda a execução das obras (quando o processo construtivo era o mutirão autogestionário). Vê-se, deste modo, que o espírito participativo que impregnava a interação entre estado e sociedade nada mais era

¹⁶ BONDUKI, Nabil. *“Construindo territórios de utopia: a luta pela gestão popular no desenvolvimento de projetos habitacionais”*.

¹⁷ RONCONI, Reginaldo. *“Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (o programa Funaps comunitário)”*.

¹⁸ FELIPE, Joel P. *“Mutirão e autogestão no Jardim São Francisco (1989-1992): movimento de moradia, lugar de arquiteto”*.

de uma democracia real. Ou seja, uns pensam que, finalmente, os movimentos sociais foram 'tornando-se realistas' e podem, portanto, colaborar para a consolidação democrática; o mesmo motivo parece estar nos trabalhos dos que pensam que os movimentos sociais tendem a ser cooptados por governos locais, deixando perder sua virtualidade democrática. Outros pensam que o espaço de negociação dialógica (entre governos e movimentos, entre classes sociais antagônicas) abre, ao contrário, uma dimensão insuspeitada para a criação das regras democráticas que levam os limites da democracia formal para muito além de si mesma: em direção da criação da lei democrática, pensada como construção de uma medida comum entre forças conflitantes, que expressam a criação de novos direitos'¹⁵

A análise de Paoli é clara e não deixa dúvidas quanto à nítida divisão de opiniões acerca dos possíveis rumos a serem tomados pelas organizações populares no momento histórico que viviam nos fins da década de 80 e começo dos anos 90. Desta forma, o ambiente acadêmico onde estavam imersos os estudiosos dos movimentos sociais estava “rachado”: havia os que constataavam na chegada ao poder do campo de esquerda, do qual os atores populares eram partícipes, a inevitável perda de autonomia dos mesmos perante o governo, e deste modo reificando os elementos da forma conservadora de relação estado e sociedade civil; e o outro grupo que via neste contexto a possibilidade, histórica, de se criar um novo patamar na relação movimento popular e estado, baseados em premissas efetivamente democráticas, e desta forma dar uma genuína contribuição ao processo de construção da democracia no Brasil.

Não cabe a nós avaliarmos essa disputa, que tem como pano de fundo a divergência quanto ao sentido, e a relevância, da ação política *movimentista*, pois era isto que estava em jogo. Mas não há dúvida quanto à riqueza do debate em si. De qualquer forma, vale a pena vislumbrar, mesmo que parcialmente, uma experiência pós-eleitoral, que não seja da relação estabelecida entre partido e movimento durante a eleição como descrito anteriormente, e sim entre organização popular e governo. Isto porque, ao voltarmos nossa atenção à referida interação, poderemos analisar qual foi o impacto que a articulação entre a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo com a Prefeitura de São Paulo na gestão petista de Luíza Erundina entre os anos de 1989 e 92 (portanto no auge destes debates), teve na produção social da época. Nesta observação veremos sinais, muito interessantes, das potencialidades democráticas que foram experimentadas nesse momento histórico.

¹⁵ Idem. Pg. 46.

de si, ao mesmo tempo que consegue, com significativo sucesso, obter expressivas vitórias nas urnas. Mostra, com isso, capacidade de transformar apoio popular em voto, e neste processo, as organizações populares têm importante participação. Ao contar com vasta rede de contatos, militantes politizados e organizados, os movimentos sociais urbanos se tornam fator de grande relevância para o sucesso eleitoral deste partido, principalmente nas grandes cidades. Mas esta vinculação, que com o tempo se tornará cada vez mais orgânica, entre PT, eleições e movimentos não aconteceu de forma tranqüila e permite abordagens distintas sobre o desenvolvimento da relação.

Se por um lado a proximidade entre uma estrutura não-institucional com uma institucional pode ser interpretada positivamente, pois explicita o amadurecimento do regime democrático brasileiro, que estava levando ao poder público os movimentos sociais, mesmo que de forma indireta, por outro lado pode ser encarado como a morte da ação *movimentista* autônoma. Por certo existiam problemas já no início da referida interação, entre estes atores sociais distintos, mas como veremos adiante, principalmente no período que vai até meados dos 90, este fenômeno contraditório era muito discutido tanto pelos movimentos, quanto pelo partido em questão. Esta articulação política foi tema de importantes seminários e congressos à época, organizados principalmente pelo PT, onde a tônica dessas discussões era, quase sempre, o respeito à autonomia das organizações populares¹⁴.

Para concluirmos nossa análise da primeira etapa da produção teórica sobre os movimentos sociais no Brasil, dos seus primórdios até a primeira parte da década de 90, torna-se fundamental entender o impacto que este momento histórico teve na produção acadêmica do período, principalmente no que diz respeito ao surgimento, pela primeira vez na história do país, da questão da institucionalização da participação popular em governos de esquerda. Mais uma vez, cito Paoli:

“Agora, a questão aparece entre os que pensam que as negociações com governos provam que a autonomia dos movimentos sociais foi-se com sua entrada na política institucional, e os que pensam que tal entrada remeteu a autonomia dos movimentos à sua mais dura prova: a de atuar independente, negociando com governos e poderes da direção

¹³ Conforme divulgado no JORNAL DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA, edição de dezembro de 1991. Pg 3.

¹⁴PARTIDO dos TRABALHADORES, *op cit.*

voltar a máquina estatal para os que mais necessitavam; enfim, a democracia era o elemento central da vida pública nacional. O ápice é atingido com a elaboração, e posterior entrada em validade, da Constituição Federal de 1988. A participação nas ações estatais começa a ganhar estatuto jurídico e muitos espaços de atuação são criados: finalmente as portas para a institucionalização da ação *movimentista* são abertas, e um infindável número de Conselhos e Fundos serão criados posteriormente, como o Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente, os Conselhos de Habitação, etc.

A grande inovação que o conjunto de leis mais importante da nação traz, ao nosso ver, é a possibilidade de participação direta da população nas tomadas de decisão do Estado. A democracia direta, além de devidamente regulamentada, é incentivada, do ponto de vista legal, deste momento em diante. Surgem articulações nacionais para a elaboração de projetos de iniciativa popular e emendas constitucionais, como a criação, através destes mecanismos, do Fundo Nacional de Moradia Popular, iniciativa da incipiente União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (e de outras organizações pró-moradia espalhadas pelo país), que coletou quase um milhão de assinaturas em todo o território nacional (só em São Paulo foram cerca de seiscentas mil)¹³. É fundamental dizer que tanto os campos institucionais de participação popular, tais como os Conselhos em seus mais variados tipos e níveis de participação, quanto as leis de iniciativa popular, devem ser considerados exemplos tácitos da importância que desempenharam as organizações civis de modo geral, e os movimentos sociais de modo específico, no processo de construção da democracia no Brasil. Sua atuação junto às estruturas partidárias, principalmente através do contato com os parlamentares, foi decisiva para a consolidação de um novo marco legislativo que redefiniu a participação social no âmbito do estado nacional.

Outro momento marcante deste período foi a chegada ao poder, em algumas cidades do Brasil, do partido político cuja plataforma de atuação era influenciada não só pelo momento histórico da transição democrática, como também pela ação dos atores populares; estamos falando do PT. Ao conquistar o governo de importantes municípios pelo país a fora, como São Paulo, o Partido dos Trabalhadores começa a mostrar grande potencial de aglutinação social em torno

resistência e de ação no cotidiano da política, reconhecendo toda a dimensão do que estava sendo observado. Da mesma forma, denunciavam a cortina de fumaça lançada pelos praticantes de posturas autoritárias que visavam encobrir as críticas sociais. Ampliavam a forma e o espaço de tensão social, disputando eles próprios os sentidos da democracia. Por isto, democratizavam. Mais do que alargar o sentido da pesquisa acadêmica, estes intelectuais alargavam o próprio conceito de política. Volto a citar Paoli:

“Os movimentos sociais e sua fundamental reivindicação do ‘direito a ter direitos’, elaborada por diversos sujeitos antes ocultos por uma sociedade autoritária e excludente, invadiam e modificavam o sentido estrito da ‘transição democrática’”¹²

Da vida na sociedade democrática

Com a queda da ditadura militar, o lento processo de abertura do Estado à participação social se inicia. Este acontecimento faz emergir um novo momento da vida pública do país, que traz consigo o debate em torno da questão da autonomia política dos movimentos sociais frente o aparato estatal, mas em termos muito distintos quando comparados a outros períodos da história política brasileira, isto porque ocorre em um ambiente político democrático. É natural, à medida que se tem uma abertura à participação, que novos caminhos sejam criados e novas opções políticas surjam à frente dos atores em cena. A nova realidade, resultado de anos de duros embates políticos, fez com que os movimentos repensassem sua forma de atuação, pois no contexto da vida em democracia era necessário que estratégias e táticas fossem reelaboradas em virtude da configuração de novos horizontes para sua atuação pública; enfim, os desafios eram outros.

O ponto de radicalização das possibilidades de atuação política na sociedade brasileira ocorre durante o processo de democratização do país: o momento era de liberdade na atuação política. Criatividade na crítica social, incorporação dos preceitos de participação na elaboração das políticas públicas,

¹¹ SADER, *op cit.* Pg. 11.

¹² PAOLI, *op cit.* Pg. 42.

Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Com o tempo eles notaram que onde, para muitos, havia apenas baderna social, aos seus olhares havia, na verdade, luta política; nas ações contestatórias que para os atores partidários nada mais eram que “chiadeira”, eles encontraram a mais pura contestação política; para estes intelectuais, era POLÍTICA, POLÍTICA E MAIS POLÍTICA o que se via em toda parte. Ao dar destaque às novidades presentes no campo social, incorporando-as à legalidade da esfera da política, contribuíram no processo de legitimação do agir *movimentista*. Esta mudança paradigmática de ver e entender o político, a ação política, foi conflituosa inclusive para os parâmetros intelectuais da época, e o seu reflexo pode ser percebido em diversos textos, artigos e livros publicados neste período. Foi desta forma que as novidades do cotidiano do país deixaram marcas na própria universidade brasileira e reverberaram para fora dos limites desta instituição, pois ajudaram no entendimento da sociedade acerca das transformações pelas quais passavam a forma de agir e contestar politicamente.

Quando os movimentos sociais ganham destaque nas páginas do primeiro caderno (por mérito próprio, vale dizer), isto ecoa no processo de abertura política por que passava o país. Neste contexto, a participação dos atores populares nas ações do estado é vista como um importante passo para confrontar os elementos autoritários presentes em sua estrutura e o tema da institucionalização das organizações sociais é valorizada, pois tem conotação democrática, mas desde que seja obedecido um dos pontos mais valorizados pelos militantes populares: a autonomia política de suas entidades.

Com novos sujeitos sociais, legitimados pelo que faziam, pelo que pensavam e pelas práticas políticas que criavam, os limites da vida em democracia alargavam-se. Como dito por Marilena Chauí, no prefácio do livro de Sader:

“...de sorte que a novidade é tríplice: um novo sujeito (coletivo), lugares políticos novos (a experiência do cotidiano) numa prática nova (a criação de direitos, a partir da consciência de interesses e vontades próprias).”¹

Estes autores notaram e constataram, na prática, todo o processo de politização vivenciado pelos militantes populares: das demandas específicas, do questionamento ao sistema sócio-econômico até a ação política no micro; tudo isto sem perder de vista as mudanças de maior vulto. Puderam valorizar as práticas de

incluir o seu modo de contestação como uma das formas de se atuar socialmente. Como dito por Paoli:

“Sua originalidade residia no fato de organizarem-se para expressar o desejo de integrar-se a uma outra esfera de poder, aquela que pertence à ordem da cidadania e dos direitos e que é regida, portanto, por aquilo que hoje, anos mais tarde, está sendo anunciado como própria da esfera de uma sociedade civil revitalizada.”¹⁰

Com a paulatina, e vagarosa, consolidação de sua ação política, concepções e práticas, os movimentos sociais se caracterizaram, para certos segmentos sociais como agentes que pautavam sua atuação na sociedade por princípios democráticos. Lutavam pela efetivação das ambições democratizantes em todas as esferas da vida em sociedade, desde o local de trabalho até o lugar onde moravam. À medida que obtinham apoio, sua forma de luta ganhava força, e os atores populares ampliaram seu leque de atuação. Suas reivindicações ampliaram de dimensão e seus feitos ecoam pelas grandes cidades.

Todo o processo descrito anteriormente, e relativo ao surgimento dos novos movimentos sociais, teve mesmo grande impacto em nosso ambiente político. Organizações sociais de caráter eminentemente popular, de composição social policlassista, lutando por direitos sociais, a partir de entidades autônomas e que negavam as formas tradicionais de interação com a política tradicional; tudo isto foi uma grande novidade para a cultura política brasileira. Novas práticas, novas concepções, novos conflitos; enfim, todo um emaranhado de sentidos e significados que alguns intelectuais foram desembaralhando e digerindo aos poucos. Apesar de haver posições distintas dentro do meio universitário, principalmente quanto ao entendimento em relação a estes acontecimentos que atordoavam o país, fora dele a realidade era bem mais difícil. Para os partidos políticos da época, o modo de agir das organizações populares era visto de maneira pejorativa, a partir de uma interpretação que os desqualificava, e que os tornavam indignos de serem consideradas interlocutores legítimos em uma “típica” relação política. Neste contexto histórico, os movimentos sociais eram, portanto, pouco mais que notícia de rodapé da página policial.

Atentos às mudanças no panorama político, muitos acadêmicos passaram a acompanhar de perto a tensa realidade social das periferias de cidades como São

¹⁰ PAOLI, Maria Célia. *“Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”*

Outra característica importante desse novo jeito de fazer política é a crítica ao modo como o Estado costumava se relacionar com os movimentos sociais mais antigos, marcadamente clientelistas, onde a *tutelagem*, o *paternalismo* e a *manipulação populista* marcavam este tipo de ação. Por isto, os novos movimentos sociais lutavam por sua autonomia, tanto em relação ao aparato estatal quanto em relação aos partidos políticos. Incorporavam novas bandeiras políticas, como a questão racial, as questões de gênero, etc... Lançavam mão de táticas inovadoras para contestar a ordem social (como as ocupações de terra, por exemplo) e articulavam-se em espaços não convencionais de se fazer política, criticando deste modo as formas já sedimentadas de ação social.

Por último, mas nem por isto menos importante (até pelo contrário), a maneira como os movimentos populares organizam sua estrutura interna de poder também se constitui elemento diferenciador em sua ação social. De um modo geral, a lógica *movimentista* pode ser caracterizada como democratizante e preocupada em implementar estes princípios dentro de suas próprias organizações, que desta feita, eram estruturadas de forma horizontal e seguindo os preceitos democráticos, inclusive no seu processo interno de tomada de decisão. Como dito por Tilman Evers, em seu texto intitulado: *“Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”*:

*“Assim, a capacidade inovadora desses movimentos parece basear-se menos em seu potencial político e mais em seu potencial para criar e experimentar formas diferentes de relações sociais cotidianas.”...“Criando espaços de relações mais solidárias, de consciência menos dirigida pelo mercado, de manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas diferentes, esses movimentos representam uma constante dose de elemento estranho dentro do corpo social do capitalismo periférico”.*⁹

Um interessante compêndio de boa parte dos dilemas vividos pelos intelectuais da época pode ser encontrado no texto de Maria Célia Paoli, intitulado: *“Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político”*. Como descrito no texto, a grande maioria dos cientistas sociais que tratava desta temática descrevia os primeiros anos de atuação dos atores populares como o momento onde o eixo fundamental de sua luta tinha como objetivo maior a radicalização dos ditames da democracia. Isto se dava, antes de qualquer coisa, para que se ampliasse o entendimento social do próprio sentido de agir político, e desta maneira

⁹ EVERS, Tilman. *“Identidade: a face oculta dos novos movimentos sociais”*.

foram incorporadas às críticas apontadas ao economicismo vigente, que minimizava as lutas políticas por direitos em razão das disputas pelos meios de produção, concepção esta apontada por muitos, como o caminho mais viável das grandes transformações sociais. A questão era: a partir da produção teórica deste período histórico, as lutas sociais poderiam ser compreendidas sob eixos interpretativos outros, que não apenas a luta pelos meios de produção. Um exemplo da abertura do escopo analítico pode ser visto neste trecho de Eunice Durham, onde a esfera do consumo, no seu modo de ver, constitui-se no elemento articulador da ação social:

*“Essa dificuldade de absorver a heterogeneidade dos setores populares numa abordagem estruturada em torno das concepções clássicas da luta de classe tem provocado a busca de novas linhas interpretativas. O que se tem salientado nas análises sobre os movimentos sociais é que, ao contrário da ação sindical, não organizam as pessoas a partir da sua inserção no processo produtivo (produzindo assim um “corte” objetivo que acompanha de perto aquele operado, na teoria, pelo conceito de classe), mas dizem respeito à esfera do consumo.”*⁷

O que podemos constatar na leitura dos textos mencionados é que o surgimento de movimentos sociais nos anos 80 e 90 tinha como ponto comum a politização de demandas sociais e sua reelaboração na forma de contestação do modelo sócio-econômico vigente. De modo geral, podemos caracterizá-los como agremiações políticas, que exigiam a efetivação de seus direitos, da mesma forma que reivindicavam ações concretas para melhorar as precárias condições de vida da população carente. Sobre sua constituição social, podemos dizer que não eram baseadas em um segmento específico da ordem econômica, pois o que se via eram desde indivíduos que participavam de organizações religiosas (e atuavam politicamente por influência das mesmas), a trabalhadores dos mais diversos extratos sociais; de modo geral organizavam-se para terem mais força política.

Como escrito por Kowarick⁸ ao analisar, anos depois, os movimentos de moradia em São Paulo, este fenômeno de participação política não tinha o caráter clássico de organização social. Sua composição era heterogênea e o sentido de sua luta era policlassista, o que para o pensamento social brasileiro era uma novidade.

⁷ DURHAM, Eunice. *“Movimentos Sociais: a construção da cidadania”*.

⁸ KOWARICK, Lúcio. *“Escritos urbanos”*.

como a academia tratou este sujeito social, levando em conta a forma como ele tem concebido e executado as suas ações políticas no espaço público, no decorrer do lento processo de consolidação da democracia no Brasil. Para tanto, dividiremos nossa análise em períodos históricos distintos: um situa-se nas décadas de 70, 80 e meados dos 90; o outro diz respeito aos tempos atuais. Passemos à interpretação dos textos.

A crise econômica vivida pelos brasileiros no crepúsculo da ditadura militar, aliada ao forte controle social que continuava a ser exercido pelas forças de segurança do regime, tiveram um importante impacto na forma da população expressar seu descontentamento. Sob pressão, começam a surgir em cenários políticos localizados das grandes cidades do país, associações populares que reivindicavam melhoras na qualidade de vida, no local de trabalho, etc... Com o tempo se tornaram movimentos organizados, com sofisticado nível de estrutura interna e alto grau de capilaridade e representatividade frente às populações mais carentes. Esta intensa transformação é explicitada por Sader, na seguinte passagem:

“Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração das classes populares no cenário público. Ou seja, não apenas em comparação com os padrões do início da década, mas também – e sobretudo – com os períodos históricos anteriores, o fim dos anos 70 assistia ‘a emergência de uma nova configuração de classes. Pelos lugares onde se constituíam como sujeitos coletivos; pela sua linguagem, seus temas e valores; pelas características das ações sociais em que se moviam, anunciava-se o aparecimento de um tipo de expressão dos trabalhadores, que poderia ser contrastado com o libertário, das primeiras décadas do século, ou com o populista, após 1945’.”⁶

Muito são os motivos e diversas são as matrizes ideológicas que impulsionaram este “boom” de participação política, mas uma coisa a literatura sociológica deste período frisava: esta ação política que contestava as relações sociais do país não tinha como elemento central a disputa econômica. Quando temos em mente os movimentos sociais urbanos, o que estava em jogo não eram apenas reivindicações de cunho classista, mas sim disputas políticas que em primeiro plano giravam em torno dos direitos sociais mais básicos, como a moradia, e objetivo político mais amplos no pano de fundo, como a deposição dos mandatários da nação. Quando traduzido em teoria social, estas constatações

⁶ SADER, Eder. *op cit.* Pg 36.

CIDADANIA e tantos outros. Do fim da década de 70, durante toda a década de 80 até meados da década de 90, muito se falou, muito se debateu e muito se escreveu sobre os movimentos sociais que atuavam politicamente em nosso país. Sem cometer nenhum exagero, a própria academia tornou-se, durante todos estes anos, um importante parceiro desses novos atores. Ao mesmo tempo em que eram realizados seminários, dissertações de mestrado e teses de doutorado, a ação de uma parte significativa da academia não se restringia às análises discursivas ou às interpretações críticas do real; ia-se muito além, e várias atividades foram desenvolvidas em conjunto com os sujeitos em questão, como cursos de formação política, assessoria técnica, etc. Estes pesquisadores participavam do dia-a-dia dos sindicatos e organizações populares, e tornaram-se partícipes dessa história. Faziam política juntos.

Ruth Cardoso, em seu artigo: “*A trajetória dos movimentos sociais*”, faz observação neste sentido:

*“Houve, portanto, uma militância clara dos próprios acadêmicos – extremamente importante e justificada pelo contexto autoritário no qual estávamos -, um desejo de valorização, um entusiasmo com esses fenômenos novos que apareciam e, ao mesmo tempo, a tendência de olhar para eles através de uma técnica de pesquisa, de um olhar diferente do antigo”.*⁵

Da concepção da pesquisa, passando pela relação sujeito/objeto, eixo interpretativo das análises, até o resultado final do corpo do texto, a inovação é uma das marcas da produção teórica sobre os novos movimentos sociais, em seus vários momentos. Esta época marca o início de uma fase de intensa produção acadêmica voltada ao tema. De todo este vasto conjunto de obras, selecionamos alguns textos para serem analisados em nosso trabalho. Neste sentido, abordaremos nossa seleção bibliográfica de modo a destacar basicamente um ponto chave, aquele que será o fio condutor de nossa análise sobre a atuação dos movimentos em questão, e justamente por se constituir em elemento fundamental de toda a novidade que marcou a produção sociológica de então: estamos falando da institucionalização da atuação política das organizações populares. Nosso questionamento tratará criticamente das transformações por que tem passado o modo de agir *movimentista* no pensamento social brasileiro, ou seja, analisaremos

⁵ DAGNINO, Evelina (org). “*Os anos 90: Política e Sociedade no Brasil*”.

III. O debate teórico sobre os movimentos sociais

Da vida na luta contra a ditadura militar

O processo de redemocratização pelo qual passou a sociedade brasileira entre as décadas de 70 e 80 pode ser considerado um dos momentos mais marcantes de nossa história, e caracterizou-se por uma intensa participação política que se disseminou em nosso meio social, que atingiu seu ápice durante a queda do regime militar, provocada não por um, mas por vários fatores e por diversos atores sociais. Situação econômica periclitante, atividade partidária incipiente e os passos iniciais daquilo que poderíamos chamar de sociedade civil organizada. A participação política começava a se consolidar por entre segmentos da sociedade que durante os anos de chumbo do regime militar haviam ficado calados. Toda a agitação política que começava a se desenvolver tinha como um de seus grandes partícipes os segmentos populares da sociedade brasileira. A forma de expressar esse descontentamento nem sempre era explícito, pois os militares ainda reprimiam com truculência tudo o que era encarado como atividade contestatória da ordem vigente, e por isto a criatividade dava o tom da disputa política. Em todas as áreas e em todos os campos de possível conflito, havia luta social.

Vivia-se a democracia, exercitava-se a democracia. Este período também foi marcado por inúmeras inovações no campo analítico das Ciências Sociais, inovações que carregavam todo o fervor desse momento histórico. Através das pesquisas participantes, onde os próprios pesquisadores estavam imersos no cotidiano de luta de seus “objetos” de estudo, acompanhando de perto tudo aquilo que os militantes populares vivenciavam e traduzindo os acontecimentos em reflexões vivas e empolgantes. Um exemplo é o clássico de Eder Sader: *“Quando novos personagens entraram em cena”*, livro de 1988, que narra de forma formidável as experiências de lutas sociais travadas pelos segmentos populares neste período.

MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA NO BRASIL; OS ANOS 90: POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL; IDENTIDADE: A FACE OCULTA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS; MOVIMENTOS SOCIAIS: A CONSTRUÇÃO DA

Posto isso, entendemos que a crítica da relação estabelecida entre movimento social e partido político deve-se dar partindo de uma perspectiva que entende a construção da democracia como uma ação perene. Por isso, fundamentamos nossa análise na crença de que esta relação só tem validade se carrega em si valores democráticos; se a ação política resultante desta articulação faz avançar os ditames da participação política e não retrocedê-los a patamares inferiores. Daí a necessidade de entendermos a situação, estabelecermos paralelos com os acontecimentos anteriores, compará-los à literatura social existente e a partir disto, construirmos nossa conclusão.

presentes na ação social de ambos atores. Se por um lado o histórico da atuação pública da UMM/SP na capital paulista mostrou um claro compromisso com os ditames democráticos, e sua atuação contribuiu, de fato, para a construção de uma sociedade civil mais atuante, crítica e participativa do ponto de vista político, por outro o panorama atual de sua ação social é nebuloso. O mesmo deve ser dito quanto à atuação do PT na atualidade.

Para melhor abordar o nosso objeto de estudo, buscamos restringir nossa interpretação a um certo momento histórico específico, de modo a facilitar, e aprofundar, este estudo. Optamos, desta forma, em analisar a relação entre ambos os atores em questão no transcurso da gestão petista à frente do governo municipal paulistano, entre os anos 2001-2004. Acreditamos que durante a administração Marta Suplicy a relação que se estabeleceu entre partido político, movimento social e governo, causou sérios danos às estruturas populares de organização social, isto porque a interação deu-se segundo princípios pragmáticos e antidemocráticos. Esta forma de se fazer, e entender, a ação política anulou as fronteiras existentes entre os atores citados, fazendo-os todos se moverem segundo a lógica de funcionamento ditada por um restrito grupo que estava no comando da Prefeitura Municipal de São Paulo. A ação conjunta entre os entes sociais fez florescer no bojo desta articulação, elementos tipicamente autoritários. E levadas a cabo, pela primeira vez em nossa história política, pelo campo da esquerda.

E porque tratar da institucionalização dos movimentos sociais como um problema para a vida democrática brasileira, tendo em vista fatos que se originaram em um período tão recente? E mais, por que encarar a relação entre PT e UMM, como um exemplo precioso dos dilemas de nossa cultura política? Porque a relação entre estes atores tornou-se foco de tensão entre valores democráticos e autoritários? Para que estas perguntas tenham respostas apropriadas, é necessário que resgatemos a validade de outros questionamentos anteriores, presentes em determinado momento do pensamento social brasileiro, e que problematizam a existência dos movimentos sociais a partir das seguintes indagações: como a questão da autonomia é tratada pelos movimentos? Qual é a importância que a questão da identidade tem para eles e qual é o espaço que um projeto político emancipatório ocupa em seu agir político cotidiano? Buscam uma nova sociedade? Acreditam na radicalização da democracia?

Mais que a própria trajetória partidária, visceralmente ligada ao surgimento e desenvolvimento de movimentos sociais, o fato do PT modelar as suas estruturas internas de maneira a criar espaços de interface em sua estrutura interna, como a Setorial de Movimento Popular, presente desde o Diretório Nacional até o Diretório Municipal, foi inovador e ajudou a institucionalizar esta interação. Obviamente a relação entre partido e organizações populares se dá de diversas formas, nos mais distintos cenários e sujeito às mais variadas intempéries. Existem casos e casos. Mas o que nos interessa aqui é, justamente, ir além da conjuntura deste ou daquele momento histórico.

Deste modo chegamos a questão central desta dissertação de mestrado. O objetivo desse trabalho acadêmico é problematizar a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, e deste modo iluminar esta questão que julgamos ser fulcral, elemento fundamental das discussões em torno dos rumos da democracia brasileira. Nossa interpretação estará voltada para a análise da relação entre o Partido dos Trabalhadores e União dos Movimentos de Moradia de São Paulo, e para tanto recorreremos a duas matrizes teóricas, de modo a abarcar duas diferentes questões.

Primeiramente tentaremos resgatar antigas preocupações que marcam os intensos debates ocorridos entre cientistas sociais na década de 80 e 90, acerca dos riscos presentes na institucionalização das organizações populares no decorrer do processo de consolidação da democracia no país. Depois passaremos ao outro ponto que é analisar o tipo de ação social que resulta da articulação política de atores sociais distintos. É neste ponto que reside, especialmente, a importância do pensamento político de Hannah Arendt. A hipótese que construímos nesta empreitada parte da constatação de que a sociabilidade que vem sendo desenvolvida na interface entre movimento social e partido político traz sérios riscos para a vida no regime democrático, visto que as relações sociais outrora pautadas em princípios democráticos, começam a dar espaço a sociabilidades permeadas por elementos autoritários.

Esta hipótese que elaboramos para o nosso trabalho se origina da análise que fizemos sobre o relacionamento entre Partido dos Trabalhadores e União dos Movimentos de Moradia de São Paulo nos dias atuais, e pode ser entendida a partir da tensão entre valores democráticos e valores autoritários, que se fazem

A relação política construída pela interação entre movimento social e partido político, que em nosso caso se materializa nas figuras de PT e UMM, é muito complexa. Por vezes é possível verificar que atuam de forma afinada, como ocorrem em processos eleitorais, mas também há diferenças, que se baseiam em elementos que vão das suas estruturas próprias de funcionamento, às formas de se organizar para a luta social e a atuação em si: estas características derivam do fato de serem construídos, ao longo das respectivas histórias, de forma diferente. O próprio processo de constituição da maioria dos movimentos sociais brasileiros é uma crítica contundente à forma tradicional de se fazer política institucional no Brasil. A rejeição deve-se, basicamente, ao modo como partidos políticos, tanto de direita quanto de esquerda, vinham se relacionando historicamente com as formas populares de organização social. Do lado dos conservadores, a crítica se dava por meio da execração de suas formas tradicionais de interação com as organizações populares, como a prática da cooptação de lideranças, paternalismo e muitos outros. Do lado da esquerda de origem comunista, o antagonismo originava-se em formas autoritárias presentes na interação, como o *dirigismo*, onde o partido manipulava os rumos do movimento segundo interesses próprios.

É neste cenário que o Partido dos Trabalhadores configura-se como exceção, pois ele incorpora boa parte das críticas feitas às formas tradicionais de relacionamento entre a política institucional e a não-institucional, ao mesmo tempo que aponta novas direções para este tipo de relacionamento político. O PT é construído com forte participação dos mais variados movimentos sociais, e absorve suas demandas e reivindicações por meio de ramificações de suas próprias estruturas de poder, garantindo deste modo a participação destes atores em suas ações sociais. Mas as inovações no diálogo com as organizações populares não param aí. Seminários são criados, encontros realizados e inúmeras resoluções são tiradas onde a relação entre PT e movimento popular é pensada e repensada. De fato, a discussão em torno da permeabilidade do partido à participação popular organizada é muito significativa, e pode ser comprovada pela grande quantidade de material produzido nestes momentos, mais precisamente nas décadas de 80 e 90⁴. Mas restrita a este período, como demonstraremos no decorrer de nosso trabalho.

⁴ PARTIDO dos TRABALHADORES, “Resoluções de Encontros e Congressos”.

Podemos encontrar militantes, e ex-militantes, em lugares de destaque em todos os poderes da nação, desde o Legislativo, como assessores parlamentares, passando pelo Executivo, onde ocupam cargos técnicos, terminando no Judiciário, onde são magistrados. Para se ter uma idéia de sua capacidade, tomemos o caso da UMM como elemento ilustrativo do poder político de um movimento social isolado. De todos os 13 Vereadores eleitos pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na eleição municipal de São Paulo em 2004, 7 tiveram o apoio direto da UMM. E que pese nesta avaliação o fato de que das próprias fileiras do movimento surgiram outras candidaturas: 5 militantes não obtiveram êxito eleitoral, apesar da grande quantidade de votos que obtiveram.

Também por seu itinerário, a UMM se assemelha a outros movimentos sociais que surgiram na década de 80. Seu percurso deita raízes nas primeiras organizações populares surgidas na cidade de São Paulo na década de 70, conforme descrito, de maneira brilhante, por Eder Sader, no clássico: *“Quando novos personagens entraram em cena”*.³ Foi neste período que surgiram algumas das associações de luta por moradia que, na década de 80, ao unirem-se, deram forma à União dos Movimentos de Moradia. Criada em 1988 com o objetivo de articular os inúmeros movimentos espalhados pela cidade, e dar mais força a luta por moradia, em suas mais diversas facetas, este ator político vêm desempenhando papel de grande relevância pública desde os primeiros momentos de sua fundação, e principalmente durante e após o governo petista de Luíza Erundina, entre os anos de 1989 e 92.

Desde seus primórdios até os dias atuais, a UMM tem desempenhado papel político de destaque; seja na cidade de São Paulo, onde sua presença é mais forte, seja no estado paulista de forma geral, com atuação mais dispersa. Como possuem uma base social volumosa e articulada, não é difícil imaginar que muito do poder político que detém advém da sua, potencial, força eleitoral. O exemplo descrito anteriormente, e delimitado na capital, pode ser estendido a todo o estado de São Paulo, porém em menor proporção. Este grande **capital eleitoral** serve basicamente a um único partido político, cujo processo histórico de formação é muito ligado às questões populares, e por conseqüência a movimentos sociais como a UMM: estamos falando do Partido dos Trabalhadores.

³ SADER, Eder. *“Quando novos personagens entraram em cena”*.

se abriram à atuação dos movimentos sociais no decorrer da consolidação da democracia no Brasil.

Por se tratar de um tema muito complexo, dada a diversidade de atores, ambiente onde atuam e a heterogeneidade das demandas que os constituem enquanto tal, o estudo dos movimentos sociais no Brasil requer que façamos recortes na análise. Precisamos escolher este e não aquele movimento, esta ou aquela demanda social em torno da qual se articulam; enfim, devemos escolher um determinado movimento popular e a partir daí tentar estabelecer conexões entre os demais atores sociais.

Neste projeto, muitos foram os motivos que nos levaram a estudar a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo e sua atuação pública na capital do estado. A começar por nossa experiência de trabalho com a UMM, sempre muito intensa e marcada por um rico aprendizado recíproco. A vivência cotidiana por mais de 4 anos possibilitou que conhecêssemos esta organização razoavelmente bem, e o trabalho em conjunto, na forma de parceria, permitiu que compartilhássemos questionamentos, acertos e erros, vitórias e derrotas. Enfim, a militância foi a grande responsável pelo início desta investigação e pela escolha do objeto de estudo. Mas não só. E quais seriam estas outras razões que fundamentaram nossa opção?

A trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM/SP) ilustra muito bem os dilemas que analisaremos. Este movimento social ligado a questão da moradia e da reforma urbana está em intensa atividade. Isto pode ser visto pelos inúmeros mutirões que tocam, em todo o estado de São Paulo; nos inúmeros espaços institucionais que participam, como o Conselho da Criança e do Adolescente; dos debates públicos que tomam parte, como a implementação na capital paulista dos Conselhos de Representantes nas Subprefeituras; e de outras atividades que vão da permanente pressão a parlamentares, quando o assunto é, por exemplo, o Plano Diretor de São Paulo a temas como o orçamento do Estado de São Paulo, o problema do contingenciamento fiscal e a conseqüente paralisia da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), empresa do governo paulista.

No que tange à trajetória de suas lideranças, a história deste movimento é semelhante a de outros egressos de importantes organizações populares.

movimentos populares. Mas também põe em evidência a atuação política das organizações populares nos dias de hoje.

Toda a vitalidade das movimentações realizadas por estes sujeitos pode ser sentida, de modo mais visível, nos espaços políticos institucionais, como Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas, Câmara Federal, gabinetes de secretários municipais e estaduais e não raramente nos Ministérios do Governo Federal. São espaços de atuação política diferentes daqueles que estes atores sociais costumavam transitar, nas décadas de 70 e 80, onde eram vistos nas ruas, percorrendo longas distâncias, de um lado ao outro da cidade, sem terem suas reivindicações sequer recebidas pelas autoridades, mas sempre acompanhado de perto, bem de perto, pela polícia. Hoje em dia, além de ocupar constantemente os espaços da política institucional para pressionar os dirigentes do poder público, vemos novidades, pois muitos de seus militantes ocupam lugares de destaque na política nacional, a começar pelo próprio Presidente da República, ex-líder sindical. Esta é a faceta mais vistosa do que é caracterizado como a institucionalização do modo de agir *movimentista*, ou seja, o estado se abre à participação popular e as organizações populares passam a ocupar esse espaço político.

Entendemos que este deslocamento no *lócus* de se atuar no espaço público ocorreu em virtude do processo de consolidação da democracia no país. Mais do que isto, a chegada ao poder do campo de esquerda, onde a grande maioria dos movimentos sociais são incluídos, potencializou ainda mais as possibilidades de participação nas ações poder público. Hoje os movimentos sociais podem atuar na formulação de políticas públicas, no acompanhamento de sua execução e na fiscalização de todo o processo. É sobre as conseqüências políticas que este novo momento histórico trouxe para o cotidiano das organizações populares que iremos nos debruçar.

Desta forma, vemos que a atuação pública dessas organizações populares aumentou e se diversificou com o passar dos anos. O tempo também deixou marcas nos objetivos e práticas da luta social destes atores, alterando-as significativamente. Para acompanhar estas mudanças, é necessário um grande esforço teórico por parte do meio acadêmico, que precisa estar atento a este contínuo processo de transformação, decorrente das inúmeras possibilidades que

fora de moda, e mais do que isso é uma preocupação marginal quando se avalia a produção acadêmica das Ciências Sociais como um todo. Nos grandes congressos de nossa área, é latente a drástica diminuição dos estudos sobre os movimentos sociais em atuação no cenário político nacional, espaço ainda menor quando se trata das organizações populares urbanas. Nosso estranhamento em relação a este fato é grande, pois vemos um interesse cada vez maior por parte de estudantes de graduação, tanto no aspecto prático quanto no teórico, com as formas alternativas de se agir politicamente na sociedade; buscam, inclusive, fazer política com atores sociais que não fazem parte do campo da política institucional.

Esta contradição nos leva a refletir, mais uma vez, sobre a real, e extremamente atual, importância de trazer para o centro do debate público de nossa sociedade a variedade de formas que a ação política popular pode tomar, abordando os seus vícios e as suas virtudes. Novas perspectivas deveriam se abrir para repensarmos o lugar destes atores no panorama político nacional, no pensamento social e na produção acadêmica brasileira. Faz-se necessário refletir criticamente, mais uma vez, sobre o próprio lugar da universidade pública, de sua pesquisa, de seu ensino e extensão, no âmbito da reprodução das estruturas da sociedade brasileira.

Mas ao contrário do que se poderia esperar, se tomássemos como referência única e exclusivamente o campo da pesquisa social, há um intenso processo de atividade política dos movimentos sociais, tanto urbanos quanto agrários, na política nacional. Esta atividade é levada ao público de forma muito distorcida pela mídia de modo geral, que volta a lançar mão, como nos tempos escuros da ditadura militar, de interpretações tipicamente autoritárias da luta política por direitos sociais. Um exemplo contundente dessas referências é vista na maneira como os meios de comunicação brasileiros abordam os métodos de luta empregados pelos movimentos sociais tanto agrários, quanto urbanos. Ocupação volta a ser sinônimo de baderna ou espoliação do bem público (quando feita em um dos vários prédios vazios que o governo federal detém no centro das grandes cidades), a pressão por crédito público é tratada como tentativa de usurpação do erário; enfim, são muitos os exemplos da tentativa de criminalizar a ação dos

expressão, que sintetizasse melhor a idéia de um campo delimitado da ação popular em uma só expressão.

II. Introdução ao tema

Este trabalho tem como desafio maior entender as relações existentes entre a vida democrática brasileira e a atuação dos movimentos sociais na vida pública do país. Nossa intenção é analisar as mudanças por que tem passado o sistema político nacional na atualidade, tais como a reorganização das estruturas partidárias e das disputas eleitorais, a partir do estudo das organizações populares.

Para tanto, iniciaremos nosso percurso discutindo tópicos da literatura sociológica brasileira sobre os movimentos populares, tentando resgatar suas questões mais relevantes, à medida que retomamos importantes questionamentos acerca do modo *movimentista*² de atuar politicamente na sociedade: abordaremos as reflexões produzidas entre fins dos 70 até meados dos 90 e que tem como objeto de análise a interação entre a política em sua forma institucional com a não-institucional. Então inserimos em nosso trabalho o pensamento da filósofa política Hannah Arendt, de modo a buscar em seus conceitos os elementos necessários para a análise do sentido da democracia, e da luta democrática, no mundo atual. É a partir das referências teóricas apresentadas que analisaremos os desafios, os dilemas e as estratégias elaboradas pelos movimentos sociais atualmente. Com isso, pretendemos avaliar a importância de sua participação no contínuo processo de construção da democracia no Brasil. Isto será feito segundo a perspectiva *movimentista*, ou seja, através do diálogo com suas principais lideranças: como eles avaliam a conjuntura política de nosso tempo, como concebem a atuação dos movimentos onde militam e de que forma pretendem superar o horizonte social no qual estão inseridos. Passemos às questões de maneira pormenorizada.

De que maneira poderíamos abordar um tema clássico no pensamento sociológico brasileiro, como é o caso dos movimentos sociais? Como colocar novas questões sobre um assunto que já foi exaustivamente trabalhado em dissertações de mestrado e teses de doutorado pelo país? Apesar de clássico, este tema está

² Atribuímos especificidade ao modo de atuar socialmente dos movimentos sociais. Isto quer dizer, como demonstraremos inúmeras vezes neste trabalho, que acreditamos na existência de um agir político característico destes sujeitos; atribuições, peculiaridades que lhes confere características próprias que os diferem das demais formas de organização social presentes na sociedade brasileira. De qualquer forma, empregamos o termo *movimentista* por não encontrarmos uma palavra, ou

estabelecer com os atores políticos diversos, indo dos sindicatos até a Igreja Católica, mantendo pauta própria, ao mesmo tempo em que ajudam a criar agendas coletivas de atuação social.

É neste contexto que nossas reflexões em torno da ação política dos movimentos sociais surgem. É a partir da experiência da militância que nossas indagações tomam forma e passam a ser problematizadas neste trabalho. Mas ainda há outros dois fatores muito importantes de nossa motivação que merecem ser descritos: a produção acadêmica sobre os movimentos sociais e a postura política dos pesquisadores. Entendo que a iniciativa tomada por alguns acadêmicos de estabelecer diálogo com os incipientes grupos populares, que começavam a atuar politicamente na periferia das grandes cidades do país, na década de 70, foi de grande relevância social e radicalidade crítica. E o resultado de seus trabalhos não ficou restrito a formação acadêmica individual destes estudantes, professores e pesquisadores. Ao acompanhar de perto o cotidiano de atores sociais extremamente discriminados pela maior parte dos segmentos sociais de então, eles valorizaram, e muito, a atuação social de seus interlocutores. O contato em si, e a subsequente atuação em conjunto com essas organizações, seja analisando o dia-a-dia de suas movimentações, seja participando delas enquanto militantes, acabou conferindo tratamento político a estas iniciativas, o que, para a época, foi uma grande audácia intelectual e política. A isto deve-se acrescentar o grande peso simbólico que estas ações carregavam consigo, pois aos olhos da sociedade, tratava-se de uma iniciativa onde jovens cientistas validavam a ação política de esqualidos indivíduos oriundos dos rincões de pobreza da cidade, participavam delas e, ainda por cima, faziam teses, escreviam artigos e publicavam livros onde tudo isto era apontado como sendo fundamental para a construção de uma sociabilidade baseada em valores democráticos.

Se, de modo geral, podemos dizer que a bibliografia acadêmica que trata deste tema não deixa dúvidas quanto a importância da contribuição dada pelos movimentos sociais ao processo de desenvolvimento histórico de nossa democracia, podemos também ver nestes atores sociais, na situação em que se encontram hoje, os dilemas que vivem e seus desafios mais importantes, os novos questionamentos que estão postos à vida em democracia no Brasil da atualidade.

Marta Suplicy, entre os anos de 2002 e 2004. Durante o intenso, e rico, período em que estive no Poder Executivo, pude observar, *in loco*, o processo de criação, desenvolvimento, execução e fiscalização de importantes ações governamentais levadas a cabo por esta gestão, petista, à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). Minha terceira, e mais recente, experiência profissional é, novamente, no Poder Legislativo, porém em nível federal. O trabalho no Congresso Nacional, mais precisamente no gabinete do Deputado Roberto Gouveia (PT-SP), foi fundamental para aprimorar meu aprendizado acerca das vicissitudes da política institucional brasileira e de como é possível desenvolver constantemente as formas de interação entre diferentes atores sociais. Em todos os casos o conhecimento acumulado neste período foi decisivo para minha formação, e contribuíram enormemente para esta dissertação. Foi a partir desta vivência, prática, que construí minhas reflexões sobre as formas de atuação política das organizações populares.

Nosso interesse pelos movimentos sociais é resultado, portanto, do reconhecimento da relevância que sua atuação pública tem hoje, em nossa sociedade. Relevância esta que pode ser notada pelo significativo espaço político que movimentos como o MST e a UMM ocupam no cenário político municipal, estadual e nacional; no peso que suas reivindicações, suas propostas de legislação e de políticas públicas têm e, acima de tudo, na grande capacidade mobilizadora que possuem.

Muito desta importância advém também da capacidade de inovação que ainda hoje carregam, e que está presente em momentos como as reuniões de trabalho que fazíamos com as lideranças populares, ou até mesmo em suas intervenções sociais onde participávamos como apoiadores. Inovação que é incorporada em seu agir político, quando desencadeiam uma ação articulada de ocupação de prédios abandonados em uma noite só, pela cidade, envolvendo milhares de militantes e deixando atônitos os burocratas de plantão. Outros elementos que valorizo na atuação destes movimentos são: a preocupação com a forma participativa em seu processo de tomada de decisão, a maneira como politizam as mazelas sociais de nossa, desigual, sociedade (tais como a falta de moradia e a concentração da posse da terra) e a articulação que conseguem

Dentre as experiências geradas nesta convivência, cuja primeira foi o trabalho de um grupo de universitários como estagiários de uma assessoria técnica em um mutirão autogestionário, a mais marcante foi a criação de um laboratório estudantil de projetos, espaço multidisciplinar, onde pudemos desenvolver atividades acadêmicas com forte inserção política na realidade de exclusão social do país. Este era o espírito do Escritório Piloto¹.

O relacionamento com os movimentos sociais também apontou a necessidade de incorporarmos em nossas práticas cotidianas a discussão da estrutura de poder que construíamos diariamente em nossa entidade. Criticar as formas autoritárias a que estávamos submetidos em nossa universidade e, pela contestação das mesmas, criar novas possibilidades de atuação onde o espírito de nossas ações fosse pautado pela convivência efetivamente democrática.

Foi a partir da relação que estabelecemos com a UMM que passamos a nos organizar de forma autogestionária. Ao criar e desenvolver no meio estudantil uma assessoria técnica permeada de valores *movimentistas*, os incorporamos em nossa formação acadêmica e em nossa militância. Passamos a ser designados, pelos nossos opositores nos embates estudantis, de “*participativistas*”. Na esteira da assessoria aos movimentos, promovemos cursos de formação política em conjunto e dois grandes seminários intitulados “Universidade e Movimento Popular”, onde a tônica dos debates era discutir possibilidades de aproximar ainda mais o cotidiano de luta dos movimentos sociais com o mundo acadêmico da universidade pública. Já formados, continuamos trabalhando em conjunto com organizações populares, através de uma cooperativa multidisciplinar que prestava assessoria técnica aos movimentos de moradia em São Paulo e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Outras três experiências profissionais, por que passei, influenciaram decisivamente os rumos deste trabalho. A primeira foi logo após a conclusão da graduação em Ciências Sociais, em 2001, quando trabalhei no gabinete do Vereador Nabil Bonduki (PT-SP), e onde pude entrar em contato com diferentes formas de se conceber, e praticar, a relação entre uma instituição pública de grande porte, como é caso da Câmara Municipal de São Paulo, com os movimentos sociais. A segunda foi o meu trabalho na equipe técnica do Gabinete da Prefeita

¹ O Escritório Piloto (EP) é um dos departamentos do Grêmio Politécnico da USP, associação

um grupo de estudantes, no qual me incluo, começasse a buscar parceiros políticos “além-muros”.

Para nós, jovens estudantes, os pouco-falados-e-tão-satanizados movimentos sociais eram atores sociais distantes. No final da década de 90, dentro dos muros da USP, o debate acadêmico sobre esse tema perdera o significativo espaço que chegara a ter em décadas anteriores no cotidiano da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e de outras unidades que, de alguma forma, discutiam o referido tema.

Neste contexto, passamos a procurar as organizações populares, com o objetivo declarado de estabelecer uma relação política que pudesse articular aprendizado em sala de aula e militância estudantil com o cotidiano de exclusão social perpassado pela contestação política, vividos por estes atores nas periferias de São Paulo. Aproximar a agenda política do movimento estudantil e universitário com a agenda de luta destes sujeitos políticos; estabelecer ações comuns, refletir sobre as divergências; enfim, o que nos importava era a construção de laços a partir de trabalhos conjuntos e o estabelecimento de parcerias para transformar a realidade social de nosso país. A interlocução criada deu frutos e possibilitou que pudéssemos participar de grandes lutas sociais de nossa sociedade aliados a atores políticos muito diferentes dos quais o movimento estudantil de nossa época costumava trabalhar, ao mesmo tempo em que conseguimos abrir os movimentos a questões outras que não às demandas específicas de cada um deles. Neste período, portanto, os estudantes passam a dialogar com os movimentos sociais a partir de uma nova perspectiva, além de os incorporar ao restrito grupo de tradicionais interlocutores da política universitária uspiana, ao lado dos sindicatos e partidos políticos.

Após participarmos de muitos debates e conversas com professores, fomos convidados a visitar a sede da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP). Este primeiro contato com uma organização popular foi relevante e iniciou uma série de ações conjuntas que marcaram a formação acadêmica de todo este grupo de jovens graduandos. É neste momento que começamos a construir a tão sonhada parceria entre movimento estudantil e movimento social, em um relacionamento que passará por várias fases e por diferentes formas de articulação política.

I. Motivações

Começo este trabalho fazendo uma breve apresentação sobre minha relação com o tema a ser estudado. Na verdade não só minha, e sim de um punhado de estudantes que, durante a graduação na Universidade de São Paulo, teimaram em fazer política para combater uma das piores conseqüências da implantação das políticas neoliberais do governo Fernando Henrique Cardoso: o isolamento político da universidade pública.

No decorrer de nossa militância nos deparamos, o tempo todo, com os estragos causados nas instituições públicas de ensino superior pelas ações governamentais adotadas pela referida administração. Vivenciamos o desmantelamento de direitos sociais adquiridos ao longo de muitos anos e a duras custas. A paulatina limitação de recursos para agências de fomento à pesquisa; a contundente queda de arrecadação de receitas que acometeu o governo estadual, com drástica diminuição dos repasses de recursos para as universidades públicas paulistas; a mudança dos parâmetros de avaliação na pós-graduação para critérios ditados pelo mercado; o incentivo desmedido à abertura de instituições de ensino privado, entre outras medidas, ou ausência de medidas, deliberadamente implementadas e que enfraqueceram a Universidade como espaço público; estas ações tiveram como conseqüência o isolamento político desta instituição, tão importante para o fortalecimento da democracia em nosso país.

Outra marca importante deste período é a indiferença com que os temas ligados ao ensino superior público foram tratados pela sociedade brasileira, com conseqüentes reflexos na política universitária, que é muito maior que a própria universidade em si, pois diz respeito à inserção da mesma no jogo político da sociedade como um todo. O fato de as pautas do movimento estudantil, por exemplo, serem exclusivamente voltadas para as questões internas da vida dos estudantes (que de fato tem sido muito dura em tempos neoliberais) pode ser entendido também como resultado da própria marginalidade que as questões sociais de maior relevância tem na agenda universitária. A sociedade pouco se interessa pelo que acontece nos muros universitários e a comunidade acadêmica faz o mesmo, no sentido inverso. Essa constatação foi o ponto de partida para que

Agradecimentos

À minha orientadora, Maria Célia, pela atenção e carinho dispensados no decorrer toda a minha formação acadêmica.

À Cibele Risek e Nabil Bonduki, por serem importantes interlocutores nessa empreitada.

À Evelina Dagnino, que esteve presente em minha banca de qualificação e tornou-se importante colaboradora deste trabalho.

À Nelson Baltrusis, Rosângela Paz, Marina Bitelman e Débora Mismeti por terem dado importantes contribuições a este trabalho.

À todos os meus colegas de trabalho, cuja ajuda tornou viável a concretização desse estudo: Gabinete do Vereador Nabil Bonduki, Gabinete da Prefeita Marta Suplicy e Gabinete do Deputado Federal Roberto Gouveia.

Ao Carlão, Henricão, Géo e Silvinha. Nossas preocupações acompanharam toda esta jornada, de três longos anos.

Ao coletivo político a que pertenço, grupo NOISAQUI, pela fundamental parceria na atuação pública, e por terem participado de todo o processo de feitura da dissertação, desde a gestão inicial das primeiras idéias até a conclusão do trabalho. É preciso agradecer, em especial, Demétrio e Wagner pela leitura atenta deste texto, Gui 68 e Mau pela transcrição das entrevistas: a ajuda de vocês foi muito importante.

À minha companheira Andréia, esposa, parceira onipresente nesta travessia, confidente de minhas angústias e cúmplice dos meus sonhos.

À minha família, em especial a Tininha e João Marcos, meus pais, por toda a formação que me proporcionaram.

Aos integrantes da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo eu dedico este trabalho.

Sumário

| | |
|---|------------|
| RESUMO/ABSTRACT..... | 3 |
| AGRADECIMENTOS | 6 |
| I. MOTIVAÇÕES..... | 7 |
| II. INTRODUÇÃO AO TEMA..... | 12 |
| III. O DEBATE TEÓRICO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS | 21 |
| <i>Da vida na luta contra a ditadura militar</i> | <i>21</i> |
| <i>Da vida na sociedade democrática.....</i> | <i>28</i> |
| IV. HANNAH ARENDT E OS MOVIMENTOS SOCIAIS..... | 45 |
| <i>A Contextualização necessária.....</i> | <i>46</i> |
| <i>Novos Tempos.....</i> | <i>49</i> |
| <i>Movimentos Sociais, partidos políticos e Governos do PT.....</i> | <i>51</i> |
| V. BREVE HISTÓRICO DA UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA | 58 |
| <i>Da organização</i> | <i>58</i> |
| <i>O começo</i> | <i>62</i> |
| <i>Os anos do governo Erundina</i> | <i>67</i> |
| <i>Governos Paulo Maluf e Celso Pitta.....</i> | <i>80</i> |
| VI. A UMM E O GOVERNO MARTA SUPPLY | 85 |
| <i>As expectativas.....</i> | <i>86</i> |
| <i>A gestão</i> | <i>88</i> |
| <i>O movimento.....</i> | <i>101</i> |
| VII. CONCLUSÃO..... | 132 |
| VIII.BIBLIOGRAFIA | 141 |
| IX. ANEXOS..... | 146 |
| <i>Questionário lideranças UMM</i> | <i>146</i> |

Resumo

Nesta dissertação de mestrado estudamos a trajetória da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) durante a administração de Marta Suplicy à frente da Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP), entre os anos 2001 e 2004. O objetivo desse trabalho é entender os dilemas da vida democrática brasileira na atualidade a partir da relação política que foi estabelecida entre movimento social, partido político e governo, no referido período histórico.

Desde a segunda metade da década de 90, o estudo das organizações populares começa a perder força no contexto acadêmico, fato que contraria a presença cada vez maior destes sujeitos políticos no cenário político nacional. Para entender os novos desafios postos pela conjuntura atual, retomamos a bibliografia acadêmica que aborda o assunto sob a perspectiva das conseqüências que a institucionalização traz ao modo de agir *movimentista*, e a ela acrescentamos a análise feita pela filósofa alemã Hannah Arendt dos novos desafios enfrentados pelo pensamento político democrático.

Palavras Chaves: movimento social, partido político, teoria sociológica, democracia, São Paulo.

Abstract

This study deals with the political trajectory of the União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) during the government of Marta Suplicy, as the Mayor of São Paulo, between 2001 and 2004. The objective of this work was to understand the dilemmas of the democratic life in the Brazilian society nowadays since the relation established between social movement, political parties and governments in this period.

Since the second half of the 90's, the number of academic works related with popular organizations has decreased dramatically, even though their presence in the political scenery has just risen. To understand the new challenges imposed by the today's conjuncture, we revisited the bibliography that deals with this kind of matter under the perspective of the consequences that the institutionalization of the movements was brought to their form of act. To better understand the problems and virtues of democracy today, we based our questions on the thoughts of the German philosopher Hannah Arendt.

Key Words: social movements, political parties, sociological theory, democracy, São Paulo.

Mão dadas

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.*

*Não serei o cantor de uma mulher, de uma história,
não direi os suspiros ao anoitecer, a paisagem vista da janela,
não distribuirei entorpecentes ou cartas suicidas,
não fugirei para as ilhas nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,
A vida presente.*

Carlos Drummond de Andrade

*“Democracia é bom na hora de ganhar eleição!”
Anônimo*

*“O pensamento nasce da experiência dos acontecimentos de nossa vida e deve
permanecer a eles ligado”
Hannah Arendt*

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Uma Concessão ao Passado

Trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo

GUSTAVO CARNEIRO VIDIGAL CAVALCANTI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

São Paulo
2006